

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RIAN DE QUEIROZ CUNHA

**UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA À FORMAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA
TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR**

Rio de Janeiro

2022

RIAN DE QUEIROZ CUNHA

**UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA À FORMAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA
TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR**

Dissertação de Mestrado em Geografia apresentado junto
ao Programa de Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rebeca Steiman (PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

C972a Cunha, Rian de Queiroz Uma abordagem geopolítica à formação da área protegida transfronteiriça da Serra do Divisor / Rian de Queiroz Cunha. -- Rio de Janeiro, 2022.
139 f.

Orientadora: Rebeca Steiman.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Geografia Política. 2. Geopolítica. 3. Conservação Ambiental. 4. Área Protegida Transfronteiriça. 5. Serra do Divisor. I. Steiman, Rebeca, orient. II. Título.

RIAN DE QUEIROZ CUNHA

**UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA À FORMAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA
TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Centro de Ciências Matemáticas e da Terra, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia, na Área de Concentração Organização e Gestão do Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rebeca Steiman –
Departamento de Geografia - IGEO/UFRJ

Aprovada em:

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Rebeca Steiman



Prof.^a Dr.^a Licio Caetano do Rego Monteiro



Prof. Dr. Luis Paulo Batista da Silva

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa de mestrado que me permitiu, durante certo período, dedicação exclusiva à pesquisa;

À minha orientadora, Rebeca Steiman, pela dedicação, apoio interessado, críticas construtivas e, sobretudo, paciência;

A todos os companheiros de laboratório com os quais manteve vínculo ao longo desses anos, em especial Pedro Amaral e Rhuan Sartore, pela ajuda mútua acadêmica e parceria cotidiana;

Aos professores Paulo Cesar da Costa Gomes e Letícia Parente Ribeiro, pela leitura criteriosa do meu projeto, pelas contribuições e orientações pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa;

Aos professores Licio Caetano do Rego Monteiro e Luís Paulo Batista da Silva, pela generosidade em aceitar compor a banca de avaliação e pelos apontamentos críticos que me fizeram refletir sobre meu trabalho;

Aos amigos que conquistei desde a graduação;

E, principalmente, à minha família, que veio de longe e tanto batalhou para que eu pudesse cursar uma faculdade pública. Meu eterno agradecimento!

RESUMO

Uma área protegida é o reflexo territorial da conservação ambiental. Quando instituída em Zona de Fronteira tende a incorporar atributos próprios da região, como a preocupação com a segurança nacional, a frente de integração e desenvolvimento entre países e a necessidade de definir a soberania. Ao corporificar o caráter contingencial da fronteira, a área protegida transfronteiriça se transforma em laboratório privilegiado de conservação da natureza, congregando interesses de diferentes atores, como o estado nacional, as organizações internacionais e os grupos sociais centrados localmente. Defendemos que a conservação ambiental pode ser interpretada como um campo, no sentido dado por Bourdieu. Trata-se de uma arena de disputa pela legitimidade para intervir no território visando a preservação da natureza, segundo o modo de pensar particular de cada ator. Nesse intento, desenvolvem verdadeiros projetos geopolíticos independentes para as áreas protegidas, que coexistem e se superpõe sobre um mesmo território. Elaboramos uma noção própria de geopolítica, denominada de fragmentada, para entender esses fenômenos e suas particularidades. Trata-se de uma lente analítica construída para revelar as articulações multiescalares entre os atores, seus interesses (engendrados intencional ou espontaneamente), alianças e rupturas, conflito latentes e as suas possíveis consequências territoriais. A partir disso, se definiu como objetivo compreender os princípios, os processos e os possíveis efeitos territoriais da constituição da área protegida transfronteiriça da Serra do Divisor, entre Brasil e Peru, por meio de uma abordagem geopolítica sobre o comportamento dos atores envolvidos. Para cumprir o propósito, se definiu uma metodologia capaz de articular disputas territorializadas entre atores, construção de escalas e organização em rede. A principal fonte de dado de informações foram as reportagens sobre a região, os planos de manejo, os *plan maestros*, relatórios técnicos e as bases de dados de diferentes organizações, como ISA, MMA, ICMBio, ONGs e a RAISG. Descrevemos cinco estudos de caso, à luz da geopolítica fragmentada. Os resultados mostraram que uma área protegida transfronteiriça comporta ambições de múltiplos atores, convocados para disputar sua gestão, refutando qualquer análise dicotômica ou centrada nos Estados Nacionais. A fronteira tem potência para criar realidades geográficas distintas, mas que coexistem numa mesma área: atores que mantem cooperação internacionalmente, podem conflitar na escala local; alianças surpreendentes podem acontecer da mesma forma que rupturas inesperadas. Disputas entre grupos indígenas e representantes de ONGs conservacionistas não são incomuns, da mesma maneira como articulação entre grupos indígenas e empresas extrativistas e forças armadas também não. A conservação ambiental deve ser desnaturalizada e concebida como social e historicamente situado. Processos em princípio tidos como moralmente benéficos, como a patrimonialização da natureza, podem ser estratégias territoriais de controle e restrição de acesso, por exemplo. Por fim, os objetos geográficos, nesse contexto, não são meros componentes do cenário, mas influenciam discursos e projetos geopolíticos, ocupando protagonismo nas análises.

Palavras-chave: Área Protegida Transfronteiriça; Geopolítica Fragmentada; Conservação Ambiental; Parque Nacional Serra do Divisor

ABSTRACT

A protected area is the territorial reflection of environmental conservation. When instituted in a Border Zone, it tends to incorporate attributes specific to the region, such as concern for national security, the front of integration and development between countries and the need to define sovereignty. By embodying the contingency character of the border, the transboundary protected area becomes a privileged laboratory for nature conservation, bringing together the interests of different actors, such as the national state, international organizations and locally centered social groups. We defend that environmental conservation can be interpreted as a field, in the sense given by Bourdieu. It is an arena of dispute for the legitimacy to intervene in the territory aiming at the preservation of nature, according to the particular way of thinking of each actor. In this attempt, they develop true independent geopolitical projects for protected areas, which coexist and overlap on the same territory. We developed our own notion of geopolitics, called fragmented, to understand these phenomena and their particularities. It is an analytical lens built to reveal the multi-scale articulations between actors, their interests (intentionally or spontaneously engendered), alliances and ruptures, latent conflicts and their possible territorial consequences. From this, the objective was defined to understand the principles, processes and possible territorial effects of the constitution of the transboundary protected area of Serra do Divisor, between Brazil and Peru, through a geopolitical approach on the behavior of the actors involved. To fulfill the purpose, a methodology was defined capable of articulating territorial disputes between actors, construction of scales and network organization. The main source of information were reports on the region, management plans, *plan maestros*, technical reports and databases from different organizations, such as ISA, MMA, ICMBio, NGOs and RAISG. We describe five case studies in light of fragmented geopolitics. The results showed that a transboundary protected area contains the ambitions of multiple actors, summoned to dispute its management, refuting any dichotomous analysis or centered on National States. The border has the power to create different geographic realities, but which coexist in the same area: actors that maintain cooperation internationally, may conflict on a local scale; Surprising alliances can happen just like unexpected breakups. Disputes between indigenous groups and representatives of conservation NGOs are not uncommon, nor are articulations between indigenous groups and extractive companies and the armed forces. Environmental conservation must be denaturalized and conceived as socially and historically situated. Processes in principle seen as morally beneficial, such as the patrimonialization of nature, can be territorial strategies for controlling and restricting access, for example. Finally, geographic objects, in this context, are not mere components of the scenario, but influence geopolitical discourses and projects, occupying a leading role in the analyses.

Keywords: Transboundary Protected Area; Fragmented Geopolitics; Environmental Conservation; Serra do Divisor National Park

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: interação transfronteiriça na Grande Virunga, quadro analítico desenvolvido por Mirumachi e Allan (2007). Fonte: Martin et al, 2011, p. 627.	18
Figura 2: modelo de ficha de organização dos dados e informações.	26
Figura 3: tipo de associação e atores envolvidos nos eventos	27
Figura 4: esquema gráfico de relações entre atores na região da área protegida transfronteiriça Serra do Divisor – Sierra del Divisor.	28
Figura 5: legenda do modelo.	29
Figura 6: tipologia de áreas protegidas transfronteiriças. Fonte: Steiman (2008), p. 86.....	31
Figura 7: componentes da APT da Serra do Divisor. Fonte: adaptado de Steiman (2008), atualizado a partir de ISA, SERNANP, planos de manejo e planos maestros.	32
Figura 8: distribuição das áreas protegidas constituintes do Complexo da APT estudada.	33
Figura 9: sobreposições entre Terras Indígenas e demais áreas protegidas.	35
Figura 10: disposição dos elementos que, material ou virtualmente, são passíveis de influenciar o comportamento dos atores.	37
Figura 11: o trecho projetado da Bioceânica, ligando Campinorte (GO) a Boqueirão da Esperança (AC). Fonte: Mapa das Ferrovias, encontrado no sítio eletrônico da Valec, https://www.valec.gov.br/ferrovias , acesso em abril de 2019.	103
Figura 12: proposta de corredor ferroviário bioceânico passando pelo sul do continente. Fonte: BNDES (2011), apud Martins (19 ago. 2019).	108
Figura 13: mapa dos atores não humanos na região da Serra do Divisor – Sierra del Divisor.	113
Anexo A: quadro das relações entre os atores descritos no caso I. Primeira periodização: anos 1990 até meados da década de 2000.....	135
Anexo B:quadro das relações entre os atores descritos no caso I. Primeira periodização: meados da década de 2000 até o período da pesquisa (2019).	136
Anexo C: quadro das relações entre os atores descritos no caso II.	137
Anexo D: quadro das relações entre os atores descritos no caso III.....	138
Anexo E: quadro das relações entre os atores descritos no caso IV.....	139

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	17
2.1 Operacionalização	24
2.2 Área de estudo	29
3. A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMPO DE DISPUTA	39
4. A GEOPOLÍTICA FRAGMENTADA	49
5. OBSERVANDO A APT PELA LENTE DA GEOPOLÍTICA FRAGMENTADA	70
5.1. Efeitos da Fronteira e projetos geopolíticos	70
5.2 Sobreposições e disputas territoriais e competição no campo conservacionista	84
5.3 Patrimonialização Transfronteiriça da Serra do Divisor.	95
5.4 A construção da Ferrovia Bioceânica.	102
5.5 Relação entre atores humanos e os objetos geográficos	110
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO I. PRIMEIRA PERIODIZAÇÃO: ANOS 1990 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 2000	Erro! Indicador não definido.
ANEXO B: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO I. PRIMEIRA PERIODIZAÇÃO: MEADOS DA DÉCADA DE 2000 ATÉ O PERÍODO DA PESQUISA (2019).	136
ANEXO A: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO II	137
ANEXO B: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO III	138
ANEXO C: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO IV	139

1. INTRODUÇÃO

O trabalho pretende investigar o caso da região transfronteiriça da Serra do Divisor, inserida numa tendência contemporânea de formação de arranjos espaciais transfronteiriços de conservação da natureza, que assumiu especial relevância na Zona de Fronteira da Amazônia Brasileira com os países vizinhos (STEIMAN, 2008). Áreas protegidas são usualmente definidas como “áreas do espaço terrestre e/ou marítimo especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a ela associados, manejadas por meios oficiais ou outros meios efetivos” (IUCN, 1994, p. 7). Quando instituídas de forma transfronteiriça, as áreas protegidas transfronteiriças (APTs) surgem como resposta territorial à nova estrutura do poder global, incorporando interesses de múltiplos atores e escalas em um processo que prega a necessidade de abertura para cooperação internacional e de internacionalização da conservação da natureza.

Admitindo que a biodiversidade não respeita os limites internacionais estabelecidos, verifica-se a tendência de se construir espaços transfronteiriços responsáveis pela gestão da natureza de forma compartilhada (STEIMAN, 2008, 2011). Na ausência de uma força política soberana responsável por esses espaços, se impõe a construção de modelos inovadores de gestão e de mecanismos regulatórios que consigam acomodar as necessidades e interesses transfronteiriços. As APTs seriam, portanto, espaços privilegiados para o desenvolvimento de modelos de cooperação internacional e para a gestão transfronteiriça da natureza (IRVING, 2004). Na prática, surgiriam como laboratórios das relações territoriais, sujeitos a se tornar um campo de disputas entre atores de diferentes interesses, transformando toda a dinâmica territorial e as relações de poder transfronteiriços nas regiões em que são implantadas.

Dessa maneira, as APTs são, por excelência, o local de materialidade de disputas multiescalares, conjugando, por um lado, aqueles que as defendem como sendo a melhor forma de preservar a natureza, de forma justa e imparcial, sujeitas à administração de organizações supranacionais (TERBORGH, 2002; TERBORGH & BOZA, 2002); e por outro, aqueles que acreditam que a inserção de novos atores na participação de tomada de decisões quanto às formas de gestão ambiental pode representar ameaça à autonomia da população local e à atuação do Estado (DOUROJEANNI, 2006).

Embora a temática de conservação e de áreas protegidas já possua uma bibliografia substancial, não predominam análises sobre a participação dos diferentes atores no processo de

criação e estabelecimento de tais áreas, assim como seus motivos e interesses e as articulações existentes entre eles. Tentando, justamente, suprir essa lacuna, tentaremos desenvolver uma abordagem renovada da geopolítica (em uma clara alteração do paradigma da relação entre espaço e poder) para entender a participação dos agentes na modelagem de um arranjo espacial transfronteiriço voltado à conservação. Esperamos que a geopolítica nos forneça elementos que contribuam para uma desnaturalização da conservação da natureza (no sentido de tornar a conservação produto de um determinado tempo histórico, inserido em uma dada concepção de sociedade). Portanto, a problemática que se coloca é a de como podemos observar essa nova proposta de gestão da natureza transfronteiriça: como um modelo ideal para ajustar as diferentes visões e os diferentes interesses dos atores para a resolução de problemas comuns ou como a materialização de um campo de disputas, reforçando as disparidades entre os países e entre os atores envolvidos?

A internacionalização da conservação da natureza se fortalece, sobretudo, por duas consequências trazidas pelo alargamento do processo de globalização, que ocorre concomitantemente ao recrudescimento das discussões ambientais em âmbito global.

A primeira delas é a retração das funções que competem ao Estado, um esvaziamento institucional e uma subsequente transformação em sua própria natureza. A globalização promove mudança na estruturação do poder global ao transferir competências e atribuições historicamente ligadas ao Estado, como o de principal ator gestor do território (a nível nacional) e de ente político nas negociações internacionais (em nível global) para novos atores que emergem nas discussões políticas mundiais. O Estado não é mais o centro decisório único, afinal “não mais se nega que o poder é multidimensional, o que implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais, ...” (BECKER, 1983, p.2). A emergência de novos atores nos círculos decisórios é, ao mesmo tempo, demanda e resultado de um processo de globalização e de transferência de competências e responsabilidades de estruturas rígidas de poder para organizações mais dinâmicas e flexíveis, construídas e desenvolvidas por e a partir do comportamento impresso por redes.

A segunda consequência é a emergência de vetores técnico-científicos e informacionais como instrumentos imprescindíveis na relação entre os países. A globalização promove a "passagem de um paradigma técnico-econômico intensivo em recursos naturais para um outro baseado em informação e no uso crescente de ciência e tecnologia no processo produtivo" (ALBAGLI, 1998:17). Assim, se faz possível a emergência de novos atores na discussão da

proteção da natureza, por serem dotados de técnicas e especialistas na temática e por se difundirem ao redor do mundo, com alta capacidade de capilarização.

As mudanças descritas acima afetam duas dimensões importantes para se discutir problemas ambientais pela via política no cenário mundial: espaço e poder. A organização em rede, exigida para a execução da rapidez e fluidez característica da globalização, promove a incorporação de novos espaços às relações mundiais (principalmente os de escala local), que passam a ter maior autonomia e possibilidade de cumprir com suas demandas; ao mesmo tempo em que, intrinsecamente, promove a seleção de alguns espaços em detrimento de outros, revalorizando a diferenciação espacial por meio de seus atributos geográficos. Por sua vez, o poder passa por um processo de remodelagem em algumas de suas estruturas na escala mundial, com a emergência de atores não estatais na tomada de resoluções que impactam, globalmente, a maneira com que os países devem administrar seus respectivos recursos naturais. É justamente nesse contexto de redefinições mundiais que o tripé formado por ciência, tecnologia e informação adquire status de principais trunfos geopolíticos e elementos de barganha nas relações internacionais:

"Nesse sentido, C/T&I (*ciência/ tecnologia & informação*) envolvem também a geopolítica, que se baseia na informação e no conhecimento sobre o espaço geográfico e desenvolve técnicas e tecnologias para aplicar em estratégias e políticas capazes de assegurar a apropriação, o controle e a utilização desse espaço. Em outras palavras, C/T&I são essenciais à geopolítica, que, por sua vez, as estimula." (BECKER, 2015b [2008], p. 12). **Grifo nosso.**

É, portanto, por meio desses três vetores que a discussão sobre o meio ambiente vai ser moldada e apropriada pelos interesses dos grandes atores e organizações políticas mundiais no final do século XX. Discussões sobre biodiversidade (seja como recurso, potencialidade ou até mesmo valor de mercado) e maneiras de protegê-la ou usá-la ganham força no cenário internacional. Os possíveis mecanismos e estratégias futuros de preservação da natureza nascem precisamente da concepção de biodiversidade como um instrumento, ao mesmo tempo, biológico, político e científico. Nesse sentido, a gama diversa de atores atende a uma orientação particular o na forma de exercer seu poder, e, como afirma Becker (2015a, [1990] p.193), "tal orientação está associada à nova geopolítica mundial - que, como visto, não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso."

Dessa forma, embora o objeto de investigação seja o mesmo, uma nova acepção geopolítica apreende o fenômeno de outra maneira: se antes, o espaço era visto como instrumento de hegemonia e de exercício de poder, a nova geopolítica altera o paradigma ao

colocar o poder como um instrumento de gestão e preservação do espaço (CORREIA, 2002). O referido autor sustenta a hipótese de que, contemporaneamente, a geopolítica envereda por um viés que considera “o estudo do poder em benefício do espaço” (CORREIA, 2002, p. 104). O espaço passa a ser considerado como objetivo em si e não mais como um instrumento para a manutenção ou exercício do poder. Complementando essa ideia, Becker afirma que “à revalorização da Geopolítica negam os pressupostos em que tem assentado, a saber, o Estado como única unidade política do sistema internacional, e o território como fundamento do poder nacional na medida em que permite o desenvolvimento autárquico necessário ao exercício do poder mundial.” (1995, p.271 - 272).

A nova geopolítica surge e se instaura justamente no período em que os processos inovadores trazidos pelo fenômeno de globalização criam condições para a internacionalização do tratamento dos problemas ambientais e a entrada em cena de novos atores que fogem ao escopo jurídico-político do Estado. Portanto, a concepção contemporânea de geopolítica e a urgência da necessidade de debates sobre a conservação do meio ambiente são produtos de uma mesma matriz paradigmática: é na questão ambiental, por sua natureza transfronteiriça, que se torna mais perceptível a necessidade do compartilhamento de poderes e responsabilidades e da participação de outros setores da sociedade na busca de soluções comuns. Tal reflexão leva à incorporação da questão ambiental aos propósitos da geopolítica, nascendo aquilo que Correia (2002) denomina como “ecopolítica”. Segundo esse conceito, há quatro grandes linhas pelas quais uma abordagem geopolítica sobre a problemática ambiental deve ser tratada:

“Primeira, a crise ambiental é global e deve ser globalmente encarada [...]; segunda, a crise ambiental decorre do crescimento econômico, pelo que este tem de ser revisto [...]; terceiro, o espaço não pode mais ser encarado como objeto de conquista e controle, mas sim como objetivo de gestão política, de equilíbrio e de preservação [...]; quarta, da preservação do espaço depende a sobrevivência da humanidade...”. (CORREIA, 2002, p. 254 – 255)

Sob a consideração geopolítica sobre o tratamento do problema ambiental mundial, desponta, portanto, a busca pela constituição de mecanismos que garantam a cooperação internacional para a resolução de problemas ambientais. Surge, com isso, uma nova forma de tentar superar os conflitos: a globalização e a conjuntura geopolítica internacional corroboram para o surgimento de uma nova forma de se exercer o poder, conhecido como *soft power*. Caracterizado como um “poder brando”, baseado na legitimidade (social, científica ou de autoridade em determinada área do conhecimento) conquistada perante a sociedade, essa nova manifestação do poder se dá através da capacidade de imprimir pressão e influência sobre os

territórios, trocando-se mecanismos de dominação e de coerção pelos argumentos de convencimento e de consenso.

Podemos inferir, conseqüentemente, que sob a égide de uma nova geopolítica, diversos atores, governamentais ou não, podem levar à cabo seus projetos, abrindo precedentes para a sua inserção no jogo geopolítico internacional, por meio da tentativa de implementação de suas agendas conservacionistas. A geopolítica que emerge desse processo é, portanto, fragmentada, segundo Machado *et al.* (2014). Os autores argumentam que haveria um direcionamento de ações políticas, por parte de atores estatais e não estatais, sobre pequenos espaços, constituindo pequenos jogos geopolíticos. A formação de áreas protegidas estaria incluída nesse processo. Portanto, na região fronteira, a geopolítica é

“...fragmentada porque cada pequeno espaço tem uma dinâmica particular que não se explica completamente pela dinâmica geral ou mesmo binacional. A atuação do governo central em seus diversos níveis, e dos demais atores, é multidirecionada. Embora coexistentes e superpostos, os efeitos das iniciativas governamentais e não governamentais podem ser contraditórios, em parte porque os agentes e os atores envolvidos são também produtores dessa geopolítica fragmentada, cada um puxando para um lado, impulsionados por interesses distintos, em parte porque os governos não têm planejamento, domínio ou mesmo previsibilidade das situações que suas ações produzem.” (MACHADO, *et al.*, 2014, p.28)

As APTs, talvez, constituam o melhor exemplo territorial dessa concepção sobre a geopolítica, uma vez que sua própria constituição é tributária do imperativo de uma gestão compartilhada da natureza e de uma necessidade para a acomodação dos interesses dos novos atores insurgentes. Concebendo as áreas de fronteira como o lugar em que os projetos e ações dos atores, nacionais ou internacionais, adquirem maior visibilidade (MACHADO *et al.*, 2009), podemos inferir que justamente esta porção do território pode servir como potencializadora para a implantação de modelos inovadores de compreensão da natureza.

A fronteira pode ser caracterizada, sobretudo, pela tendência à rápida e permanente estruturação, desestruturação e reestruturação de suas relações socioespaciais, que seguem a demandas, anseios e prerrogativas de agentes nacionais e internacionais, atuando no terreno ou à distância dessas regiões. As atividades desenvolvidas ali, muitas vezes, têm maior relação e conectividade com o externo, ou até mesmo com outros pontos dispostos ao longo do limite internacional, do que o interior do próprio país (MACHADO, 1998). Isso se deve ao fato de que processos de territorialização em progresso nesta porção do espaço são tributários diretos das estruturas organizacionais impostas pelas dinâmicas das redes e dos fluxos.

A fronteira, por suas particularidades, e por ocupar um espaço limite com países vizinhos apresenta potencialidade de gestão compartilhada do território, uma vez que os

projetos ali implantados são tanto locais quanto virtualmente internacionais. Na rearticulação da ordem internacional, em que o caráter estratégico da conservação da natureza toma proporções decisivas, se faz necessária a tentativa de impor projetos específicos de gestão e manejo de recursos naturais, que sirvam diretamente aos propósitos dos atores proponentes. Isso quer dizer que outros atores podem, utilizando a sua capacidade de articulação multiescalar e transnacional, tentar criar superfícies de gestão próprias e experimentais, prescindindo do jugo dos Estados nacionais, apoiadas no argumento de que a disposição espacial dos ecossistemas não respeita os limites políticos internacionais estabelecidos pela sociedade (STEIMAN, 2008).

Portanto, sob esse ponto de vista, o mais adequado seria outorgar autoridade a instituições supranacionais que pudessem ter a liberdade de gerenciar eficaz e seguramente as áreas destinadas à conservação. Por esse ponto de vista, as áreas protegidas transfronteiriças não pertenceriam ao escopo de nenhum dos países pelos quais ela se espraia, mas a um território compartilhado supranacional. A fronteira assume posição estratégica para a implantação de modelos de gestão compartilhada da natureza. Nas palavras de Irving (2004, p. 28), "...as áreas protegidas de fronteira, constituem assim, espaços privilegiados para a construção de modelos inovadores de cooperação internacional, para a gestão transfronteiriça da biodiversidade e, em alguns casos, para a implantação de áreas protegidas efetivamente transfronteiriças, ...".

Uma área protegida transfronteiriça é, sobretudo, a manifestação mais palpável dos conflitos de interesse que envolvem a temática da conservação no país. Os diversos atores, por meio da promoção de tais áreas, conseguem forjar e atribuir significados diferentes a um único território: ao mesmo tempo em que são áreas destinadas à conservação da biodiversidade e do meio ambiente, são também territórios de expansão de sua presença institucional, laboratório de práticas de gestão e espaços de governança internacional. Uma unidade de conservação localizada na Faixa de Fronteira pode refletir, ainda, as características e dinâmicas próprias da região: as unidades assumem um caráter de integração e de cooperação regional, de acordos e gestão compartilhada de recursos fronteiriços entre países, mas podem agir como estratégias territoriais de ampliação da presença institucional, reforçando mais ainda as relações assimétricas que ocorrem entre os países, uma vez que estão submetidas a definições legais específicas e a diferentes tensões sociais do restante do país (STEIMAN, 2008).

Como afirma Becker (2015a [1990]), a característica marcante da fronteira é a condição de imprevisibilidade existente nessa região. A "presença do imprevisível", garantido pela multiplicidade de atores e de redes técnicas e políticas incidentes ali, particulariza a fronteira como um campo a ser ainda construído, que é aberto a inserções de interesses alheios, sendo

ainda terreno de possibilidades e grande laboratório de experiências sociais, políticas e gerenciais. Portanto, podemos inferir que é justamente essa condição que estimula tanto agentes estatais quanto não governamentais a visarem a fronteira como território de implementação de seus projetos.

Para corporificar a problemática em um tema de pesquisa, seguem os objetivos centrais da dissertação, assim como as questões que cada um deles ambiciona responder.

Objetivo geral:

Compreender os princípios, os processos e os possíveis efeitos territoriais de uma constituição de área protegida transfronteiriça, através de uma abordagem geopolítica sobre o comportamento dos atores envolvidos.

Objetivos específicos:

I. Buscar entender como a perspectiva de geopolítica fragmentada pode contribuir para analisar os processos de conservação transfronteiriça, especificamente

Em que medida a noção de geopolítica fragmentada pode contribuir para a interpretação do fenômeno de áreas protegidas transfronteiriças e qual seria o papel dessas áreas nas dinâmicas do espaço fronteiro?

II. Entender os comportamentos, alianças e contradições entre os atores do campo conservacionista atuante no território da APT, mediante o emprego de estratégias geopolíticas e discursos conservacionistas.

Quais são as tendências, práticas, interesses e estratégias desempenhadas pelos atores envolvidos no processo de constituição de uma Área Protegida Transfronteiriça na região da Serra do Divisor? Como eles se organizam? Qual é a participação e a margem de manobra disponível para novos atores emergentes nas relações de poder no que se refere à execução de projetos geopolíticos e à gestão do território, historicamente ligados às atividades do Estado?

III. Analisar a articulação mantida entre os diferentes atores, quanto: I. Escala e amplitude de ação territorial; II. Arranjos institucionais estabelecidos; III. Desenvolvimento de mecanismos de gestão transfronteiriça.

Como a divisa internacional e a dinâmica própria da zona de fronteira podem ser apropriadas pelas estratégias de alguns atores promovedores de áreas protegidas transfronteiriças? Quais os impactos territoriais, conflitos e/ou cooperação que podem surgir da justaposição e sobreposição de diferentes territórios da conservação, em que cada ator ou grupo de atores imprime sua própria concepção de conservação no território? Qual a dinâmica existente entre atores e escalas geográficas?

Por fim, em termos de estrutura, a dissertação se divide, sobretudo, em três capítulos que seguem a seção de Metodologia. Nela, trataremos da influência de alguns trabalhos para a construção de uma metodologia capaz de legitimar nossa análise, como articulamos as contribuições e demos um sentido próprio e adequado aos nossos objetivos, além de apresentar e descrever a área de estudo. No capítulo 1, a preocupação é ancorar teórica e conceitualmente o trabalho. Defendemos que a conservação ambiental deve ser lida como um campo de disputa, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu. No capítulo 2, apresentamos e delineamos a noção conceitual de geopolítica fragmentada. A intenção é contextualizar historicamente o conceito, expor seus pressupostos e desenvolver suas características e utilidade, além de apontar limites. O objetivo do capítulo 3 é empregar a geopolítica fragmentada na análise de casos concretos na Região Transfronteiriça da Serra do Divisor. Seleccionamos e descrevemos cinco casos particulares, destacando a relação estabelecida entre os atores, a construção múltipla de escalas, o tensionamento regional entre ações conflitivas e cooperativas e as disputas territoriais. Em suma, analisamos o desenvolvimento e aplicação dos diferentes projetos geopolíticos coexistentes e superpostos na Serra do Divisor.

2. METODOLOGIA

É um desafio adotar uma metodologia sólida o suficiente para evidenciar a disputa entre os atores dentro do campo conservacionista, por meio de estratégias de políticas de escalas, em que cada um deles tenta exprimir verdadeiros projetos geopolíticos diferentes em um mesmo território, estando em constante situação de atrito. Foi necessário desenvolver uma abordagem metodológica capaz de, simultaneamente, classificar as relações mantidas entre os atores e compreender a sua escala de influência, além de articular essas duas coisas.

Nesse sentido, o trabalho de Martin *et al* (2011) nos chamou atenção, primeiramente. Os autores tinham como objetivo entender a relação entre conflito e cooperação nos regimes de gestão ambiental transfronteiriços, por meio do uso de um determinado quadro analítico. A tese apresentada defendia que no lugar de enquadrar conflito e cooperação como estados mutuamente exclusivos e em extremos opostos de um espectro, seria mais eficiente buscar entender como as formas de cooperação podem existir concomitantemente a situações de conflito. A perspectiva não linear, exigente de visão mais complexa sobre o fenômeno, se alinhava ao nosso propósito.

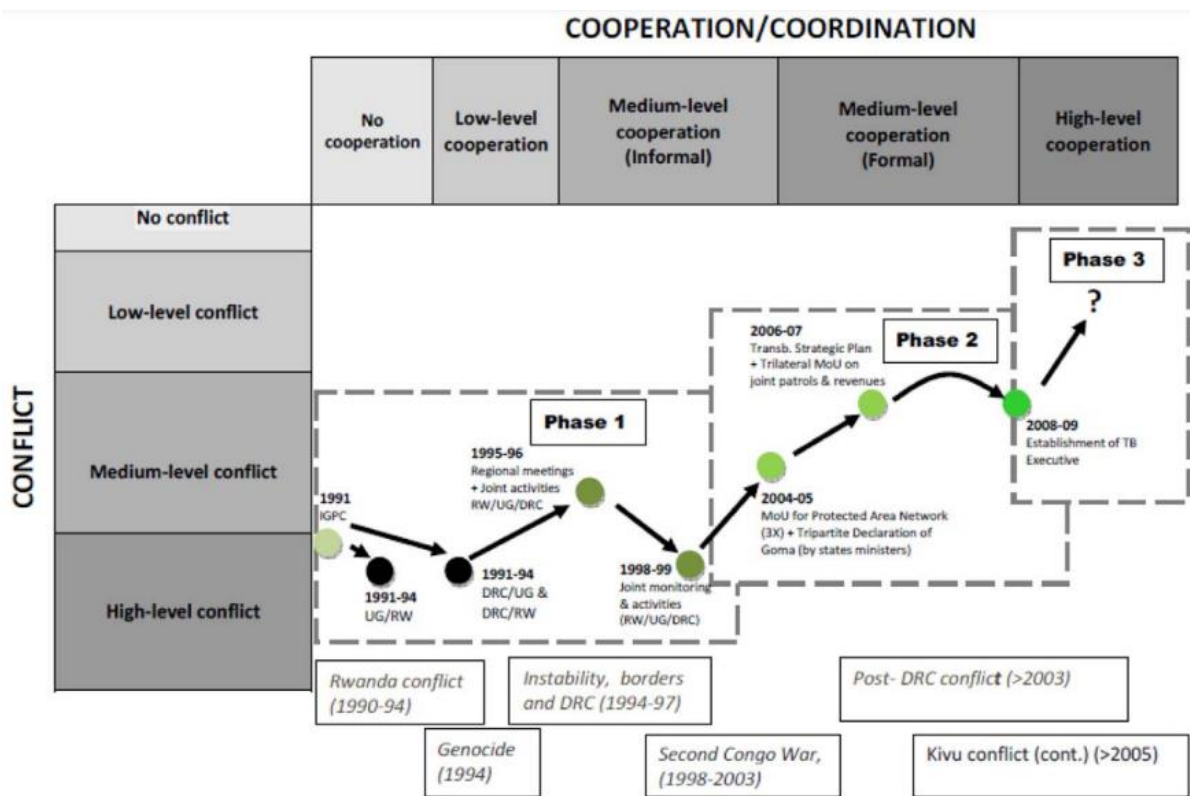
A área protegida transfronteiriça analisada no artigo foi o Parque Nacional do Virunga, compartilhado entre Uganda, Ruanda e República Democrática do Congo, na África. Isto é, um dos denominados *parques para a paz*, cuja intenção, além da óbvia conservação ambiental, é desenvolver meios de cooperação entre países vizinhos, estabilizar fronteiras conflituosas e amenizar disputas políticas e militares. A proposta se baseia na ideia de que a criação de áreas de uso restritivo e normatizado na fronteira (na prática, zonas-tampão) diminuiria o conflito entre os países envolvidos, e ao propiciar o compartilhamento de valores tidos elevados, como a conservação da natureza, contribuiria para desenvolver práticas de colaboração entre os povos e diminuir as agressões.

Esta contextualização serve para mostrar que não apenas a metodologia dos autores foi desenvolvida para atender outra realidade geográfica, mas que até mesmo as definições de conflito e cooperação têm uma outra roupagem, muito mais bélica e menos sutil do que a pretendemos esmiuçar através da geopolítica fragmentada. Outra distinção em relação ao que propomos é a análise exclusiva de um único recorte espacial, o parque nacional, tomado como objeto-fim. A preocupação é saber como o parque foi impactado pelo excesso de conflito, aumento de cooperação, informalidade ou formalidade das relações conservacionistas. O enfoque é sobre a ação em si, e não na relação dos atores interferindo na gestão territorial que,

por sua vez, recondiciona o comportamento dos atores. Em suma, o método parte de um olhar enviesado do problema – a preocupação com a gestão eficiente do parque -, o que reduz sua eficácia no nosso trabalho.

Os autores adaptam um quadro originalmente desenvolvido por Mirumachi & Allan (2007), que não conceituam conflito e cooperação de forma unidimensional, ou seja, em um contínuo ao longo de um único eixo de tempo, e defendem a necessidade de um enquadramento multidimensional de interação entre conflito e cooperação. A estrutura representa diferentes intensidades nesta relação como eixos em uma matriz bidimensional, inserindo o fator “tempo” como terceira dimensão. Para os autores do artigo isto demonstraria os estágios evolutivos de cooperação das relações transfronteiriças.

Figura 1: Interação transfronteiriça na Grande Virunga, quadro analítico desenvolvido por Mirumachi e Allan (2007). Fonte: Martin et al, 2011, p. 627.



A defesa é de uma abordagem multidimensional da relação entre conflito e cooperação, porém com forte visão teleológica sobre os parques da paz ou sobre a conservação da natureza, capazes de determinar a resolução de contendas entre países. Caso seja verdade, o campo da conservação, além de alcançar status de autonomia plena, tenderia a ser totalizante, exigindo que a realidade social e geográfica respeitasse apenas suas regras e normas.

Por outro lado, os autores ainda trabalham com níveis de formalidade ou informalidade na cooperação transfronteiriça: baixa formalidade seria algo prejudicial enquanto elevada formalidade seria benéfica. O pressuposto é que o nível de institucionalização da conservação transfronteiriça harmonize as normas e práticas de gestão e administre da melhor maneira os benefícios ambientais, econômicos e políticos. É uma perspectiva institucional e regulatória. Talvez a ideia faça sentido para a realidade geográfica com a qual os autores trabalham. Não se aplica ao nosso estudo de caso. Seria quase como afirmar que a área protegida da Serra do Divisor só poderia ser bem administrada quando os governos nacionais de Peru e Brasil acordassem a gestão compartilhada da região. A existência de povos originários, populações residentes, pequenas ONGs e outros atores seria tratada como empecilho à conservação e seus projetos geopolíticos desvalidados ou preteridos.

Acreditamos que cooperação e competição coexistam, de fato. Mas defendemos que a percepção das sutilezas desta relação é resultado da diferença de políticas de escala e de estratégias-rede dos atores. Os mesmos atores podem, simultaneamente, competir e cooperar, de acordo com a escala em que estão inseridos: no local, seguem uma lógica, no internacional assumem outra postura, por exemplo. A relação “cooperação x competição” pode ser lida como força motriz capaz de desestruturar a hierarquia de um campo e reestruturá-la, garantindo dinamicidade e funcionamento a ele. Por isso, não obstante a discordância com os autores referentes à perspectiva metodológica e ao uso dos termos, acreditamos que eles ainda sejam válidos para entender o fenômeno que pretendemos investigar, desde que tomadas os devidos cuidados. Trabalharemos com “cooperação” e “conflito” a partir de agora para sintetizar as ações dos atores estudados, mesmo cientes de que podemos incorrer em generalizações e reducionismos. Porém, acreditamos que há forte potencial analítico no emprego destes termos, e, conseqüentemente, das relações mantidas entre eles, para entender o comportamento geral dos atores envolvidos com a conservação do complexo transfronteiriço da Serra do Divisor.

Outro trabalho que nos ajudou a construir a metodologia para a pesquisa foi o de Catherine Corson (2018). Mais interessante, profundo e com propostas mais ousadas do que o anterior se mostrou grande fonte de inspiração para criarmos nossa própria perspectiva sobre como devemos abordar o assunto. A autora analisa as ações da USAID¹ na conservação de áreas

¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*) é um órgão do governo dos EUA, surgido em 1961, cuja função é distribuir ajuda externa de caráter civil. Tem ação geopolítica relevante, atua como reforço à política externa dos EUA e é acusada de desestabilizar governos não alinhados ao seu país.

protegidas em Madagascar, discutindo como o neoliberalismo verde opera. Ela constrói uma metodologia que chama de “historicamente fundamentada, relacional e multi-situada” orientada a compreender os processos transnacionais que constituem as áreas protegidas contemporaneamente. Como exemplo, a autora sustenta que três eventos, a princípio sem nenhuma conexão (uma conferência internacional, uma reunião na aldeia e uma festa de gala), ocorrendo em diferentes países e em diferentes meios políticos e financeiros, estão intimamente interligados.

A conexão se realiza pelos denominados “corredores transnacionais de poder” (Corson, 2018:2) que compõem a política global de conservação. A conferência sobre conservação, liderada pela USAID, a festa de gala, com os principais financiadores de ONGs, e a reunião na aldeia, entre a população local residente nas áreas que receberão os projetos conservacionistas, podem ser encarados como interconectados pela metodologia relacional e multi-situada proposta pela autora. Afinal, os planos, os desejos e o destino das três partes estão sendo decididos em conjunto, embora em espaços diferentes, e de forma desigual. O suporte teórico para este entendimento está na definição de florestas políticas, de Vandergeest e Peluso (2015), que concebem as florestas para além de suas características biológicas, as definindo como produtos de relações político-ecológicas particulares – reflexos de relações materiais, ideológicas discursivas e institucionais. Apoia-se ainda em Baca e Devine (então ainda não publicado), defensores da presença de uma diversidade de atores desigualmente empoderados, resultado da distribuição desigual de poder, na constituição destas florestas políticas. Segundo os autores, são as práticas situadas e as relações socioecológicas que fundam as florestas políticas, podendo variar desde uma colaboração contraditória até um ato de violência expressa.

Concordamos com Corson (2018) quando ela defende que as novas formas de organização entre os atores implicam necessariamente novas formas de autoridade e territorialidade, que podem ser construídas e reproduzidas por meio de discursos, práticas e tecnologias particulares. A metodologia relacional e multi-situada é construída para localizar momentos influentes, atores e ideias dentro de redes transnacionais a fim de analisar como e por que elementos particulares se unem e se articulam em determinado tempo e espaço. Corson (2018, p.5) chama este processo de *lugares*, “pacotes de relações sociais e dinâmicas de poder que são formadas por práticas e processos historicamente e geograficamente sedimentados”. São pontos específicos, no tempo e no espaço, concessórios para que conjunturas deem resultado e se reflitam no ordenamento do território. É a possibilidade de reunir elementos materiais e discursivos e conjecturar como e porque vários atores se articulam em redes,

associando-os às condições históricas momentâneas e conjunturais. Embora concordemos com os princípios estipulados, preferimos denominar estas mesmas situações de “eventos”. Essa ideia será bastante cara ao longo do nosso trabalho, sendo uma das categorias pelas quais poderemos analisar de forma processual, a formação da área protegida transfronteiriça da Serra do Divisor e do complexo jogo geopolítico dos atores envolvidos.

Por outro lado, a concepção de Corson (2018), orientada a discutir o neoliberalismo verde acaba por reduzir as disputas entre atores em escalas dicotômicas e antagônicas: a local *versus* a global. É como se os agentes locais pouco ou nada pudessem fazer frente à força dos agentes financeiros, empresariais e as ONGs internacionais. Embora admitamos que a desigualdade de forças aconteça de fato, e é perceptível pela efetividade em tornar concreto os projetos individuais de cada grupo, acreditamos que a proximidade e familiaridade com o contexto territorial garantem trunfos interessantes aos atores locais. A adoção da classificação de Corson engessaria a análise que pretendemos executar. Trabalhamos com as relações escalares e, sustentado por algumas observações de pesquisa, podemos dizer que a escala local tem poder de mobilização e consegue se articular com agentes globais para levar a cabo suas estratégias. Ou seja, há maior complexidade nas relações de poder que envolvem os atores no campo conservacionista do que a alegoria de “corredores de poder” pode sugerir.

Outro ponto de disjunção é a sobrevalorização pela autora do social em detrimento do natural. Mesmo quando fala sobre florestas políticas, a autora defende uma incorporação do natural ao campo da sociedade. É uma concepção empobrecedora porque seu pressuposto repousa na separação, também dicotômica, entre natureza e sociedade. Um entrave para nossa pesquisa, em que a própria existência da natureza, em sua configuração como tal, já pode ser considerada um ator capaz de influenciar comportamento dos demais, nas suas estratégias e requerimentos por normatização territorial. O entendimento relacional sobre os processos multi-situados e o reconhecimento da existência de eventos significativos a partir dos quais se pode observar o movimento conservacionista foram os elementos que incorporamos deste trabalho em nossa metodologia.

As ideias de ambos os estudos municiaram o desenvolvimento da metodologia pensada para a pesquisa, porém era necessário um quadro teórico capaz de sustentar os elementos debatidos em cada uma das abordagens. A Teoria Ator-Rede, muito trabalhada por Bruno Latour, foi de grande importância. Os desdobramentos teóricos e a relação ator-rede são mais caros para explicar o que entendemos por geopolítica fragmentada em si, e, portanto, tem seus detalhes melhor esmiuçados no capítulo dois da dissertação. Por agora, é mais adequado apenas

discorrer sobre como a teoria foi incorporada à metodologia e quais seus pressupostos fundamentais. Latour (1994) defende que o postulado central da ciência moderna nunca chegou a ser concretizado, dada sua impossibilidade: a separação clara e objetiva de natureza e sociedade. As coisas, em suas manifestações fenomenológicas no mundo, são integrais e totalizantes, não autorizando qualquer separação artificial realizada pela construção epistemológica humana. A realidade seria formada pelo que Latour chama de “objetos híbridos” e seu mundo social é pensado como a união irreduzível entre objetos e coisas, atores humanos e não humanos conectados em rede, na qual os atores podem ser definidos pela realidade e recalitrância, sua fluidez e potencialidade de inflexibilidade.

Nesta perspectiva, o conhecimento é produto de uma rede de materiais heterogêneos, sugerindo “que a sociedade, as organizações os agentes e as máquinas, são todos efeitos gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos” (CAVALCANTE *et al*, 2017, p. 3). Na Teoria Ator-Rede, as associações tomam posição de protagonismo, e o objetivo passa a ser o de revelar as redes que se formam a cada momento, pelas alterações de alianças, fluxos e mediações. Porque a própria ideia de rede deve ser entendida em uma acepção mais ampla, em que cada nó se institui de acordo com as suas conexões, associações e articulações com outros nós, sempre em uma perspectiva relacional, não individual ou não unidirecional (CAVALCANTE *et al*, 2017). Tal postura epistemológica engloba as exigências de Martin *et al* (2011) de não abordar algo apenas unidimensionalmente e mantém a perspectiva relacional de Corson (2018). Além disso, atribui a coisas não sencientes o *status* de ator, desde que cumpram papel e exerçam influência na relação, impactando de alguma forma na disputa.

A Teoria Ator-Rede tem sua operacionalização por meio do mapeamento ou a cartografia de controvérsias. Trata-se de um conjunto de técnicas e métodos para explorar e gerar imagens de polêmicas e controvérsias, observando e descrevendo o debate social em torno dos problemas sociotécnicos, geral, mas não exclusivamente (VENTURINI, 2010). Esta cartografia foi criada para lidar com a crescente hibridização entre as coisas, como um esforço para dar conta de disputa transdisciplinares. A diferença em relação a formas tradicionais de cartografar fenômenos reside na tentativa de representar movimentos provisórios e dinâmicos dos atores. o mapeamento das controvérsias tem alguns pressupostos interessantes e que decidimos incorporar na construção de nossa metodologia, ciente de que nosso objeto de análise não tem as características necessárias para ser tratada como uma controvérsia. Para ser uma controvérsia, algo deve estar em disputa socialmente, com atores posicionados discursivamente em relações de apoio e/ou conflito. A análise regional transfronteiriça que pretendemos

executar no trabalho permite a construção de um objeto claro para ser mapeado por meio das controvérsias, pois se trata da busca pela implantação de projetos geopolíticos concorrentes conflitando sobre um mesmo recorte territorial, engendrado por diferentes atores e gerando diferentes efeitos. Há, portanto, inspiração no mapeamento da controvérsia e não tentativa de aplicação de suas ideias no nosso trabalho. Essa metodologia pode ser útil ao nosso trabalho porque nos parece efetiva no rastreamento e identificação de atores-rede e no mapeamento de suas conexões, garantindo liberdade para operar tanto os eventos consolidados quanto as relações mais fluidas e eventualmente sustentadas entre eles.

Venturini (2010), ao explicar as três premissas metodológicas que o pesquisador deve ter ao adotar o mapeamento das controvérsias, descreve também alguns dos elementos que nos serviram de inspiração. Para o autor, a primeira premissa é a de que o pesquisador não deve restringir sua observação a uma única teoria ou metodologia. Muito pelo contrário, cabe ao pesquisador lançar mão de todas as ferramentas de observação e análise que detém, sem restrição ou temor de executar articulações entre elas, desde que sejam coerentes entre si. A segunda assevera a importância de observar uma controvérsia a partir do maior número de pontos de vista diferentes possíveis. Isso não quer dizer cair em um relativismo infértil, mas indica que o pesquisador deve estar aberto a novas ideias a todo momento e não eleger apenas um ator como ocupante do ponto central de sua análise. Particularmente, isto diz muito sobre nossa busca para entender os diferentes projetos geopolíticos empregados na conservação transfronteiriça, afinal de contas, privilegiar um ator (geralmente o Estado, quando se está tratando de geopolítica) significaria, no mínimo, uma análise parcial sobre o fenômeno. Por fim, o pesquisador deve ouvir as vozes dos atores mais do que suas próprias presunções, ou seja, não há razão para ideias preconcebidas ou julgamentos a priori, mas toda informação sobre a qual deve ser feita a análise provém dos atores e das ações executadas por eles. Os pesquisadores devem reconsiderar suas atitudes e pensamentos no que diz respeito aos objetos de estudo. Subentendida está a noção de que a situação deve envolver todos os tipos de atores, não somente os humanos, mas também os elementos naturais e biológicos, produtos artísticos, industriais e institucionais, artefatos técnicos e científicos, entre outros.

Não se pode negar que, embora forneça elementos potenciais suficientes para enriquecer nossa abordagem metodológica, o uso da cartografia das controvérsias exige muito cuidado e atenção. Buscar representar graficamente uma imagem de um processo dinâmico e complexo, a disputa de atores e sua organização em rede, as propostas de execução de diferentes perspectivas sobre uma mesma área é tarefa muito complicada. Mas nos parece valer a pena

pelo menos a tentativa. E alguns argumentos são dados pelo próprio Venturini (2010) quando diz que não é a cartografia das controvérsias que complica algo simples, mas sim que as demais abordagens tendem a simplificar demais aquilo que é complexo. Ademais, o território é marcado pelas relações de poder e entender essa imbricada teia de relações exige entender que suas configurações são resultado de um trabalho em conjunto, sempre relacional entre os atores e as delicadas e dinâmicas redes compostas. Ainda adiciono outro motivo a esses dois apontados pelo autor, bastante caro à geografia: o status de produtora de conhecimento que a imagem tem (GOMES, 2017). Circunscrever um fenômeno dentro de um espaço limitado e determinado, traçar as relações que seus objetos mantêm entre eles e buscar, através desse processo, extrair um raciocínio geográfico renovado é também nossa intenção ao nos inspirar nessa metodologia. Imagens organizam o pensamento, fazem emergir situações não reparadas pelos pesquisadores até então e, principalmente, contribuem para se pensar um fenômeno.

2.1 Operacionalização

Na seção anterior apresentei e discuti como empreguei as abordagens metodológicas para o desenvolvimento do trabalho. Nesta, de forma bem direta, apontarei as fontes de pesquisa que utilizei, a forma de organização dos dados, assim como os critérios estipulados. Por fim, apresento um esquema gráfico representando os atores participantes na dinâmica transfronteiriça estudada.

Nossa principal fonte de informações foram reportagens veiculadas na mídia, acessíveis através de portais virtuais sobre a região transfronteiriça da Serra do Divisor. Esta decisão foi influenciada por um pressuposto da Teoria Ator-Rede, que diz que não se deve definir de antemão com quais atores se vai trabalhar, e porque, em face da impossibilidade de ir a campo, as notícias garantem uma visão mais aproximada sobre o que está acontecendo no terreno, quais atores estão envolvidos na questão, como se organizam, quais alianças e/ ou rupturas aconteceram ou estão em iminência de acontecer, entre outros. Outras fontes importantes são os planos de manejo, documentos que estabelecem o zoneamento e normas de uso e manejo dos recursos de uma unidade de conservação, segundo a lei 9.985 (BRASIL, 2000), no lado brasileiro; e os *planos maestros*, documento do mesmo tipo, revistos a cada cinco anos, para o lado peruano.

Terras Indígenas não possuem documentos semelhantes a estes e dispõem de um estatuto diferenciado. Nossa principal fonte para estudá-las foram os relatórios especializados

de algumas organizações, como o *Violências contra os povos indígenas no Brasil*, de 2017, do Conselho Indigenista Missionário e algumas páginas virtuais de movimentos indigenistas regionais relevantes, como o do Apiwtxa – Associação Ashaninka do Rio Amônia.

O portal virtual do Instituto Socioambiental (ISA) foi de grande valia para levantar notícias do complexo de áreas protegidas transfronteiriças estudado, uma vez que suas páginas funcionam como repositório de notícias de outros portais, organizados segundo a unidade de conservação ou terra indígena procurada. Isso quer dizer que uma gama de jornais virtuais, páginas de movimentos sociais e declarações oficiais estavam todos reunidos nesse lugar: de jornais internacionais, como *o El País*, a jornais locais, como “O alto Acre”. “Povos indígenas no Brasil”, “Terras indígenas no Brasil” e “Unidades de conservação no Brasil” foram três de seus portais virtuais mais acessados. Seguindo a mesma lógica, a Agência Peruana de Notícias – Andina, no Peru, significou uma importante fonte de dados e informações.

Ademais, buscamos informações e documentos oficiais em páginas institucionais da Fundação Nacional do Índio, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e, particularmente, da Agência do Acre, por meio de seu portal “Notícias do Acre”.

Pelo lado das ONGs, se sobressaiu o portal do WWF Brasil, tanto por sua relevância na área de estudo, como pela magnitude e organização de seu acervo. Mas outras também foram consultadas, como a Conservation International Brasil, o SOS Amazônia e a Rede Pró-UCs.

Os termos de procura, além dos próprios nomes das áreas protegidas, foram *conservação, indígenas, conflitos, cooperação, alianças, fronteira, transfronteiriço, ONGs* e termos correlatos.

Como fonte de dados espaciais mais relevante, a Rede Amazônica de Informação Socioambiental – RAISG, se destacou. Informações georreferenciadas como as áreas protegidas, os territórios indígenas, os poços de petróleo, as zonas minerárias e as estradas foram todas provenientes de lá e serviram para elaborar os mapas.

Organização dos dados

Visando criar uma ordem para os dados e informações extraídos das fontes descritas acima, elaborei fichas organizacionais (imagem 2) para cada um dos atores. A intenção era criar um mecanismo comparativo e interrelacional entre os agentes observados.

Figura 2: modelo de ficha de organização dos dados e informações.

Nome do Ator
Categoria
Classe à qual pertence o determinado ator. Entre as encontradas e/ou possíveis estão: <i>governo; indígena; ONG; extrativistas; empresa; forças armadas; áreas protegidas; comunidade local; ilegal</i> ; e outros ainda.
País
País de origem do ator, se for possível determinar.
Localização
Território do respectivo ator
Escala de ação ou escala política
Escala que o ator consegue alcançar por meio de estratégias e mobilizações, visando atingir um determinado fim. Na maioria dos casos, não deve ser considerado aqui o raio de ação territorial imediato.
Relação:
Com quem mantém relação e, principalmente, de qual natureza.
Tempo:
Período no qual aquele ator foi ativo na região transfronteiriça
Descrição:
Descrição geral sobre o ator, constando informações que as demais classificações não conseguiram capturar. Fatos, perspectivas, colocações, projetos de conservação, discursos, entre outros.
Fonte:
Procedência da informação e/ou dado adquirido, constando data e horário de acesso.
Observações:
Comentários gerais sobre o que foi levantado; relações feitas com outras notícias já encontradas e literatura pesquisada; o que chamou atenção e/ou é relevante à pesquisa; entre outras funções do mesmo tipo.

Por outro lado, com a intenção de colocar esses atores em relação com os demais e tentar compreender como eles se estruturam em redes e conseguem empreender suas estratégias geopolíticas, outra maneira de organização foi pensada (figura 3). Por meio de identificações e descrições básicas, ela busca relacionar posicionamentos, disputas e alianças, segundo as categorias destacadas e discutidas na metodologia, fruto de uma perspectiva relacional entre os agentes componentes do campo conservacionista.

Figura 3: tipo de associação e atores envolvidos nos eventos

Número	Tipo	Envolvidos					Local do conflito/cooperação	Consequência territorial/pressão	Natureza do conflito/cooperação	Nível de simetria	Informações gerais	Fonte	Data de Acesso	Ano
		Ator	Grupo	Território	Ator	Grupo								
Forma de identificação quantitativa geral das associações	Pode ser de <i>conflito</i> , de <i>cooperação</i> ou de <i>mediação</i>	Os atores que estão envolvidos na relação, a qual grupo mais geral pertencem e o território que ocupam, quando possível identificar.					Território que preside o epicentro da relação	Resultado concreto da relação empreendida, como desmatamento, migração forçada, conflitos armados, entre outras	Identificação de uma categoria geral na qual se possa enquadrar a relação, se territorial, transfronteiriça, extrativista, entre outras	Se simétrico ou assimétrico, quando possível estabelecer	Comentários gerais sobre a relação, articulação com outros movimentos já identificados, observações sobre existência ou não de padrões, anotações pessoais sobre o problema, entre outros	Fonte da qual foi retirada a informação	Data que a informação foi acessada	Período da informação

Ao organizar as informações destas duas formas me foi possível comparar as ações e situar os atores em seus devidos lugares. Destes dois atributos é concebível se chegar a um terceiro: o mapeamento das relações estabelecidas entre eles (figura 4), assim como discriminar os tipos de relação e as escalas de ação de cada uma delas (figura 5).

Figura 4: esquema gráfico de relações entre atores na região da área protegida transfronteiriça Serra do Divisor – Sierra del Divisor.

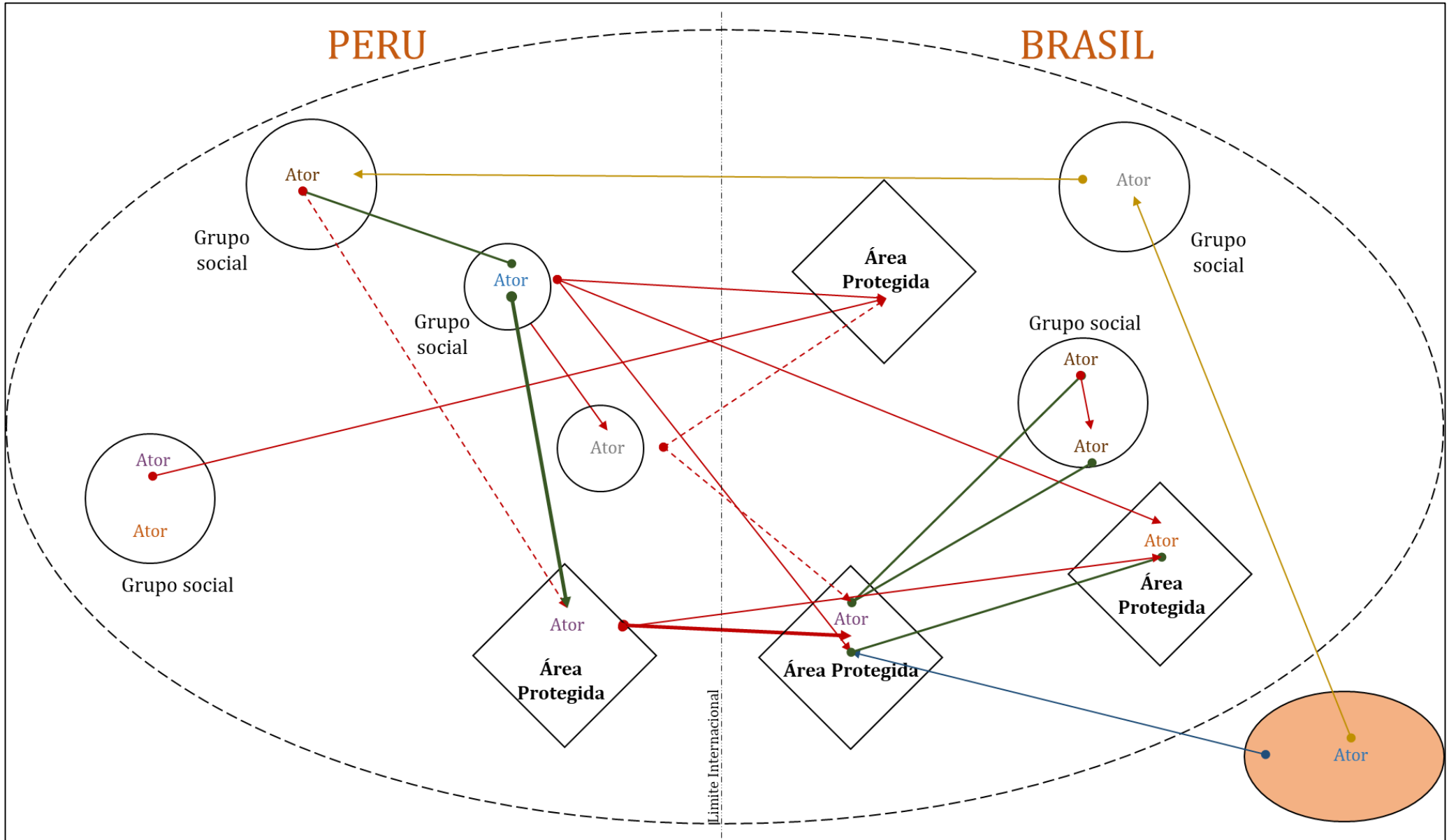








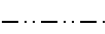


Figura 5: legenda do modelo.

LEGENDA	
Tipologia de setas	
	Conflito
	Conflito assimétrico
	Cooperação
	Cooperação assimétrica
	Conflito não intencional
	Cooperação não intencional
	Financiamento
	Pressão
Escala de articulação dos atores	
Laranja	Local
Cinza	Regional
Marrom	Nacional
Azul	Internacional
Roxo	Transfronteiriço
Outros elementos	
	Atores externos à região
	Delimitação da região transfronteiriça
	Limite internacional
	Área protegida
	Sobreposição de áreas protegidas

2.2 Área de estudo

Cabe aqui fazer algumas considerações sobre o conceito de áreas protegidas transfronteiriças e apresentar a área de estudo e a regionalização do complexo de APTs feita por mim, baseada em Steiman (2008).

Segundo a IUCN, podemos considerar como uma APT:

“Uma área de terra e/ou mar que se estende por um ou mais limites entre estados, unidades subnacionais, como províncias e regiões, áreas autônomas e / ou áreas além dos limites da soberania ou jurisdição nacional, cujas partes constituintes são especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e administrados cooperativamente por meios legais ou outros meios efetivos.” (SANDWICH, 2011, p.3)

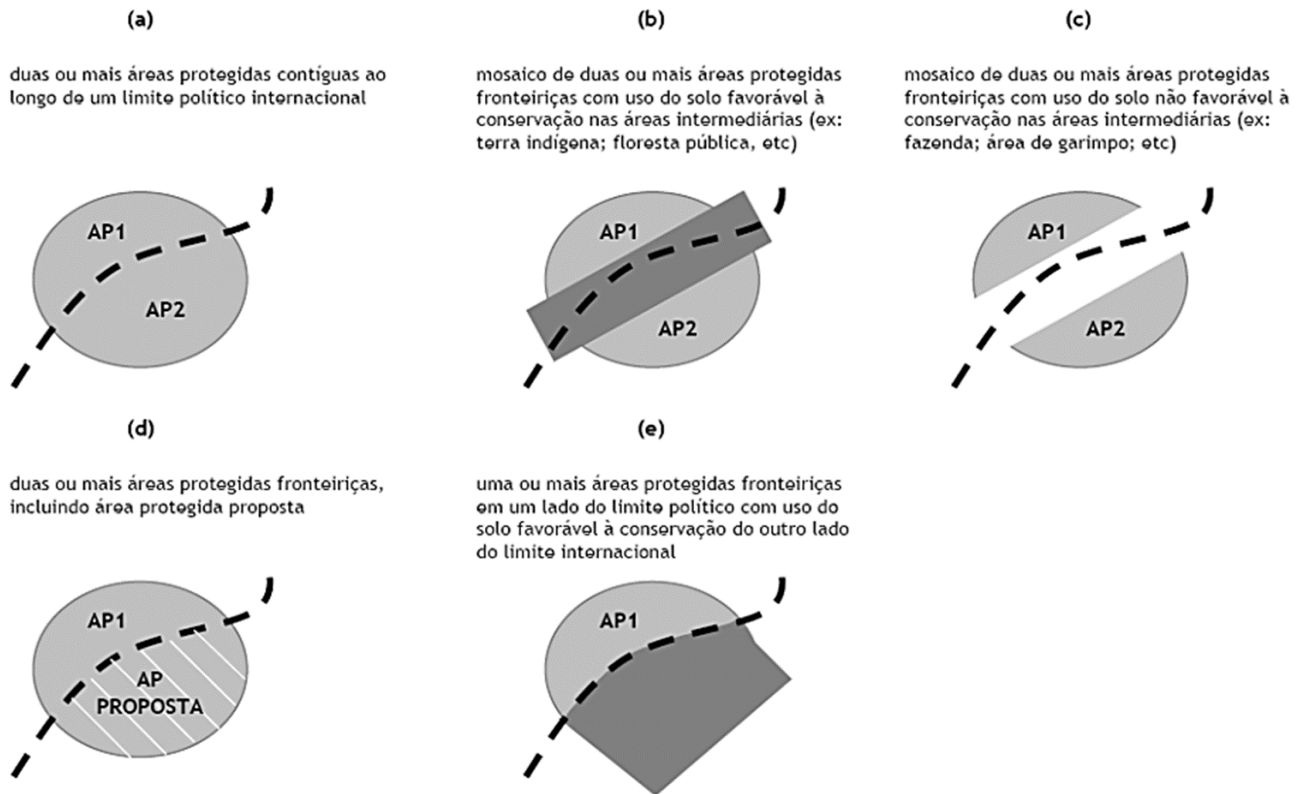
Trata-se de uma definição de tipo modelar, que se pretende generalista o suficiente para abarcar todas as APTs existentes no mundo. E por isso mesmo as considerações das realidades

geográficas de cada situação passam despercebidas ou são subvalorizadas. Embora funcione bem como orientação geral, carece de perspectiva geográfica.

Buscando resolver este problema, nos basearemos para o nosso estudo nas considerações feitas por Steiman (2008). A autora, após exposição de diferentes acepções sobre o termo e considerável exploração da literatura, destaca alguns pontos básicos, em comum entre as definições, utilizados em graus e combinações diversas. O primeiro, e talvez principal sob o ponto de vista locacional, é a contiguidade espacial entre as áreas protegidas. Em segundo lugar, a existência legal das áreas protegidas envolvidas. A institucionalidade pode garantir a conformação de arranjos entre atores e a tensão criada a partir disso. Outro ponto trazido pela autora é a categorização pela IUCN das áreas protegidas envolvidas. O uso e acesso a estas áreas, assim como seu reconhecimento internacional visando recepção de recursos internacionais, parecem estar vinculados a este critério. E, por último, a existência de mecanismos de cooperação formais ou informais entre as áreas. Afinal, mesmo contíguas, as APTs por estarem em zonas de fronteira, área estratégica para o Estado, podem ter suas relações dificultadas. A existência de ligações transfronteiriças, em múltiplas escalas, é o que garante seu caráter de integração e possibilidade de articulação para além dos limites nacionais.

Steiman (2008) confeccionou ainda uma tipologia de áreas protegidas transfronteiriças, baseada na bibliografia levantada e analisada (Figura 6). De forte caráter espacial é um modelo que auxilia a classificar os diferentes estágios do processo de constituição de uma APT. A autora defende que os estágios não são necessariamente teleológicos e que podem não seguir uma progressão linear, mudando de acordo com o tempo, incorporando a dimensão temporal à análise.

Figura 6: Tipologia de áreas protegidas transfronteiriças. Fonte: Steiman (2008), p. 86.



Acredito que o complexo de APTs da Serra do Divisor tenha passado por transformações evolutivas: no início assumia características do tipo *e*, com a constituição do PARNA do lado brasileiro, em 1989, mas sem haver nenhum movimento de conservação do outro lado da fronteira; passou para o estágio *d* quando o Peru criou a *Zona Reservada da Sierra del Divisor*, em 2006; e agora se encontra no estágio *b*, com a criação do *Parque Nacional Sierra del Divisor*, em 2015, unindo os dois parques a terras indígenas, formando mosaicos conservacionistas, com justaposição e sobreposição de áreas protegidas.

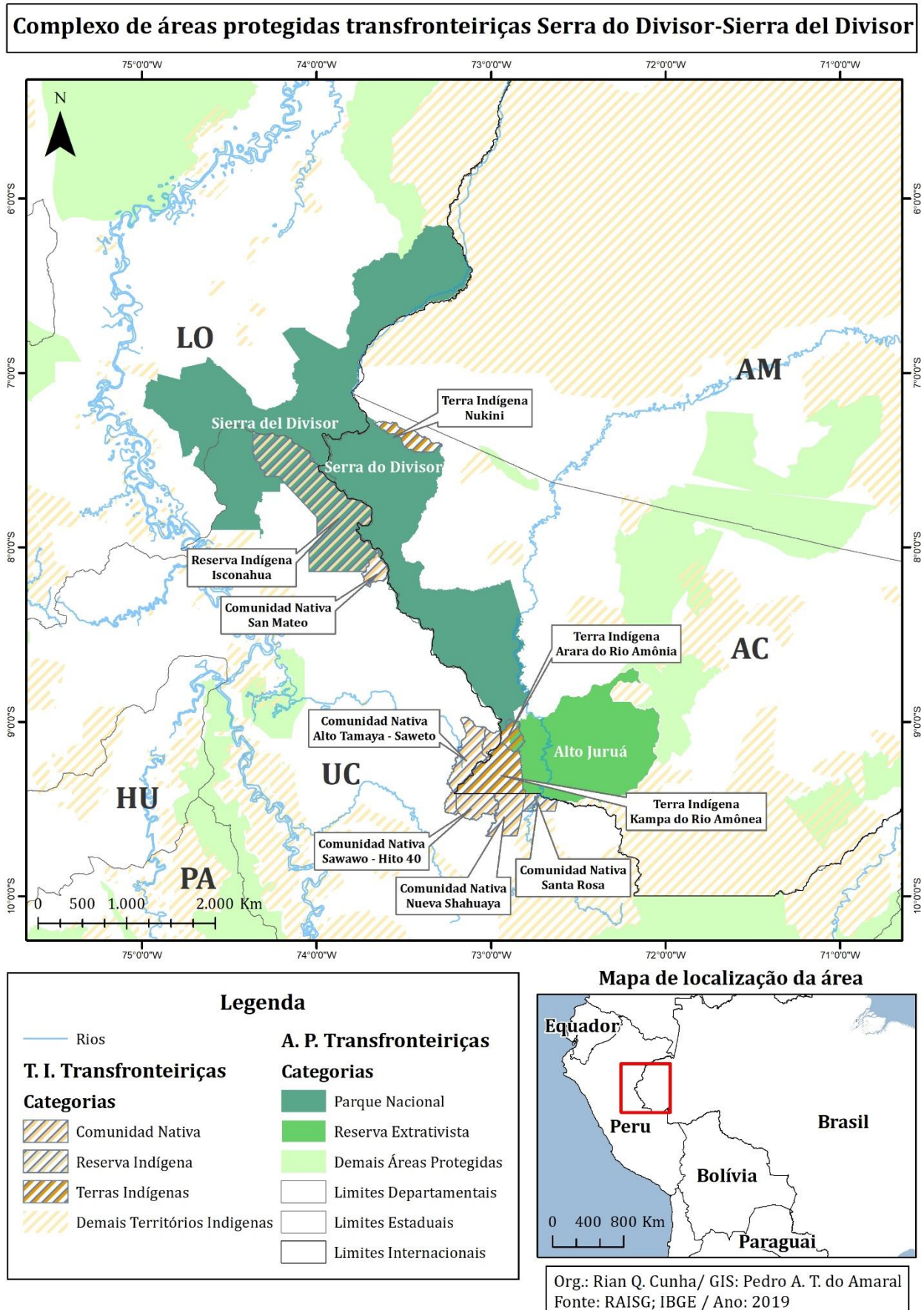
Definir um complexo de áreas protegidas transfronteiriças não é tarefa fácil porque implica em estabelecer uma região geográfica e determinar quais seus limites, ainda que fluidos, quais entidades estão inclusas e quais não, e estabelecer os motivos racionais para esta construção.

Por outro lado, não parto do zero e sigo como referência o trabalho de Steiman (2008), tomando sua denominação *APT Serra do Divisor – Sierra del Divisor* de empréstimo, para balizar a minha própria região. Segundo meu levantamento, houve algumas mudanças e atualmente a área se configura de forma diferente daquela traçada pela autora. A figura 7 traz uma tabela atualizada dos seus componentes, com algumas características importantes sobre sua constituição e a figura 8, a seguir, um mapa geral sobre a região em questão.

Figura 7: Componentes da APT da Serra do Divisor. Fonte: adaptado de Steiman (2008), atualizado a partir de ISA, SERNANP, planos de manejo e planos maestros.

Nome	Categoria	Ano de Criação	País	Área (ha)	Plano de manejo
Principais áreas e afins					
Serra do Divisor	Parque Nacional	1989	Brasil	846.633	2002
Sierra del Divisor	Parque Nacional	2015	Peru	1.354.485	2016
Outras áreas protegidas (justapostas ou sobrepostas)					
Alto Juruá	Reserva Extrativista	1990	Brasil	506.186	n
Terras Indígenas (justapostas ou sobrepostas)					
Nukini	Homologada	1991	Brasil	27.263	n
Kampa do Rio Amônia	Homologada	1992	Brasil	87.205	n
Arara do Rio Amônia	Declarada	2009	Brasil	21.000	n
Comunidade Nativa (justapostas ou sobrepostas)					
Sawawo - Hito 40	Titulada	1998	Peru	36.112	n
Alto Tamaya - Saweto	Titulada	2003	Peru	78.000	n
Santa Rosa	Titulada	1992	Peru	19.137	n
San Mateo	Titulada	1998	Peru	21.000	n
Nueva Shahuaya	Titulada	2003	Peru	46.680	n
Reserva Indígena (justapostas ou sobrepostas)					
Isconahua	Declarada	1998	Peru	295.000	n

Figura 8: distribuição das áreas protegidas constituintes do Complexo da APT estudada.

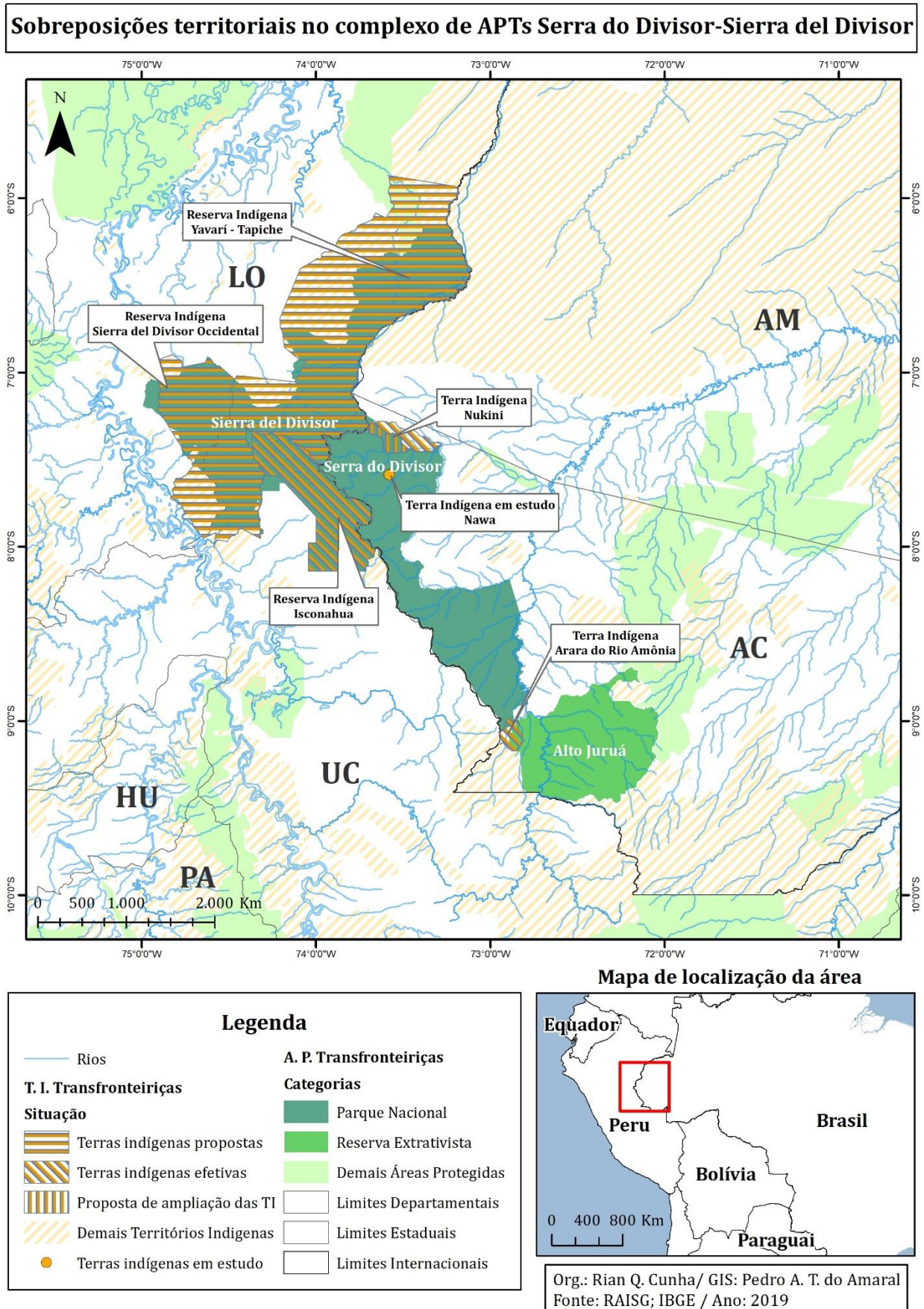


Primeiramente, a tabela de Steiman (2008) incluía o Parque Nacional da Serra do Divisor e a *Zona Reservada da Sierra del Divisor* como as *áreas core* da APT. Adicionava ainda as Terras Indígenas brasileiras Vale do Javari, Nukini e Kampa do Rio Amonêa, além da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Não havia nenhum território indígena peruano no complexo. Com exceção da TI Vale do Javari², as demais continuaram constando nesta nova conformação e ainda foram acrescentadas a TI Arara do Rio Amônia, do lado brasileiro, e seis territórios indígenas peruanos à área.

Concordamos com Oliveira (2015) que os indígenas assumem papel de protagonistas nos conflitos socioambientais na zona de fronteira entre Brasil e Peru e, por isso, seus territórios ocupam posição de destaque dentro de nossa análise. São atores indispensáveis e não podem ser desconsiderados para o entendimento das diferentes geopolíticas fragmentadas que a área comporta. Mesmo porque os indígenas pleiteiam reconhecimento e/ou ampliação de suas terras. E uma boa porção delas se sobrepõe ao terreno dos Parques Nacionais (figura 9). É uma situação conflituosa, em que atores se mobilizam, cada qual com sua estratégia, cada qual com suas alianças, para impulsionar ou deter o movimento indígena.

² Os levantamentos mostraram que a Terra Indígena não mantém estreita relação com os demais atores que compõem o complexo de APTs.

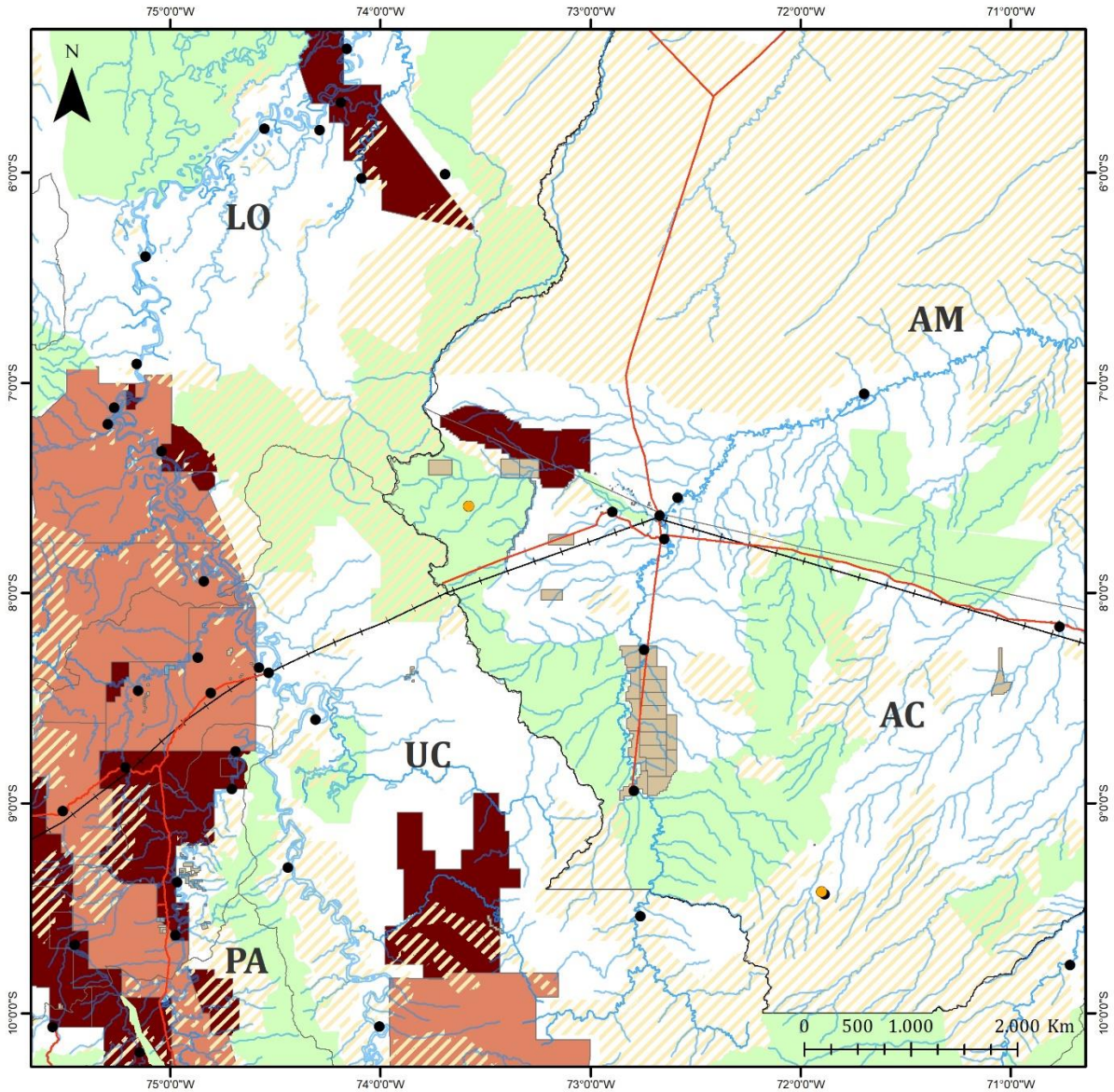
Figura 9: sobreposições entre Terras Indígenas e demais áreas protegidas.



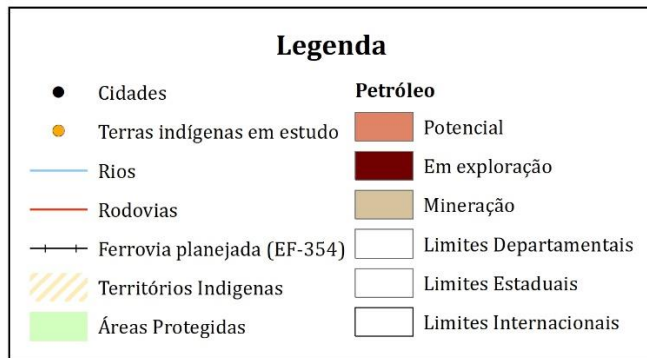
Além das próprias áreas protegidas, e conseqüentemente de seus atores também, a região conta com uma diversidade de elementos que contribuem para aumentar a tensão e/ou meios de cooperação. Coerente com a ideia latouriana de que objetos, coisas e elementos não humanos também são atores e devem ser considerados na análise, a figura 10 expõe todos os entes que acreditamos ser passíveis de inclusão na perspectiva ator-rede. Exemplo disso, é que um dos motivos da TI Vale do Javari não constar mais nos noticiários ou nas pautas de discussão como um membro da APT Serra do Divisor – *Sierra del Divisor* é a aparente mudança de foco regional dos atores do complexo. Parece que o ponto quente de disputas e discussões se encontra mais ao sul da APT, seja pela possível construção de uma ferrovia bioceânica, abordada em um dos estudos de caso no capítulo final da dissertação, seja pelas disputas de terra entre indígenas e conservacionistas.

Figura 10: disposição dos elementos que, material ou virtualmente, são passíveis de influenciar o comportamento dos atores.

Elementos de tensão no entorno do complexo da APT Serra do Divisor-Sierra del Divisor



Mapa de localização da área



Org.: Rian Q. Cunha / GIS: Pedro A. T. do Amaral
 Fonte: RAISG; IBGE / Ano: 2019

Os três mapas tentam representar a complexidade territorial característica da APT, assim como evidenciar que posição de cada um dos elementos retratados podem condicionar, influenciar e afetar o comportamento dos atores-rede que operam sobre aquela região. São ao mesmo tempo produto da pesquisa e instrumento para análise e levantamento de novas questões sobre os fenômenos que ali ocorrem. Nesse sentido, os próprios mapas da área de estudo, ao representar elementos da realidade de maneira selecionada segundo critérios preestabelecidos e buscar coerência entre eles sob uma perspectiva definida, se tornam também parte da metodologia.

3. A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMPO DE DISPUTA

É proposta nossa desenvolver o conceito de geopolítica fragmentada a ponto de torná-lo uma ferramenta analítica capaz de investigar fenômenos que relacionam posição espacial, relação de poder e estratégia de atores não necessariamente convergentes. Faz-se necessária a construção de um prisma teórico-conceitual sólido o suficiente para suportar a audácia do projeto. Portanto, defenderemos que a conservação ambiental pode ser lida como um campo autônomo de relações, em que os atores ocupam posições desiguais e competem entre si, criam normas e regras e definem o legítimo e o ilegítimo³.

Ancoramos nossa perspectiva na teoria dos campos, do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Para ele, a dicotomia *subjetivismo-objetivismo* deveria ser refutada nas ciências humanas, uma vez que cada um desses momentos nas relações sociais está em perpétua relação dialética: no mundo social existiriam as estruturas objetivas, capazes de dirigir e coagir as representações e ações dos indivíduos, porém todas essas estruturas são construídas socialmente, cotidianamente, podendo ser transformadas ou conservadas, mediante pensamentos e ações das pessoas. Esta negação de cisão e busca por entender a realidade social de uma maneira totalizante vai ser o fundamento originário da ideia de campo.

Bourdieu via os fenômenos pela perspectiva sociológica, a partir da escala que articula as estruturas da sociedade com o indivíduo, isto é, privilegiava as análises que evidenciassem como os agentes incorporam as estruturas sociais ao mesmo tempo em que as produzem, legitimam e reproduzem. Isso significa que pouca, ou até mesmo nenhuma, atenção foi dada à dimensão espacial e a influência das disposições dos elementos nos espaços físico e imaterial nas relações sociais e políticas. É verdade que não há preocupação em pensar o fenômeno em termos geográficos. Muito menos geopoliticamente. Porém, defendemos que a produção intelectual de Bourdieu e a potência que a teoria dos campos sociais possui não se limitam a um único domínio científico. Defendemos que o nexos por trás da formulação destas ideias pode

³Não há ineditismo em tentar circunscrever os estudos ambientais ao conceito de Campo desenvolvido por Pierre Bourdieu. Por exemplo, Carvalho (2001) e Carvalho & Steil (2009) trabalham essa perspectiva e a denominam de “campo ambiental” e “*habitus* ecológico”. Por sua vez, Belaidi (2016), seguindo o crescente interesse de aplicar os conceitos de Bourdieu nas Relações Internacionais, defende que a biodiversidade criaria um campo específico. Viégas (2009) utiliza o conceito de campo para entender os conflitos ambientais. Dentre outros exemplos possíveis, esse trabalho vai abordar a proposta de enxergar a conservação ambiental como um campo e quais seriam os desdobramentos disso.

ser enxergado como devidamente espacial ao estudar o engendrar de estratégias, o comportamento dos atores e as execuções de seus projetos.

É desafiador colocar aqui uma definição conclusiva e finalizada sobre campo, seja pela complexidade do conceito, seja pela profundidade da temática explorada pelo autor em diversos trabalhos. Preferimos nessa seção discutir as principais formas de abordagem, as características gerais e a estrutura do conceito. O todo social é formado por campos, que funcionam concomitantemente como um microcosmo e um espaço de relações objetivas, possuindo uma lógica própria, não reproduzível e irreduzível a lógicas que regem outros campos. Logo, numa primeira aproximação podemos dizer que um campo é um microcosmo social relativamente autônomo. Isso significa “que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho.” (BOURDIEU, 2000, p.10). Acabam por possuir estrutura própria, sendo relativamente independentes a outros campos sociais, ainda que habitem o macrocosmo social, e se organizem em torno de objetivos e práticas específicas, apresentando lógica de funcionamento particular que será responsável por estruturar as relações entre os agentes no seu campo. Segundo Garcia (1996), essa relativa autonomia frente aos demais microcosmos e, principalmente, ao todo social, é garantida quando um grande número de propriedades, relações, ações e processos que também são encontrados no mundo global se revestem de forma particular, segundo a racionalidade própria de cada um dos campos.

Como desdobramento desta característica, surge o fato de que um determinado campo se estrutura a partir da união dos agentes internos contra aqueles que não pertencem a este campo e, eventualmente, tentam atacá-lo, e a concomitante disputa entre esses mesmos agentes no seu interior. Segundo Bourdieu (1996), a estrutura do campo, como um espaço sempre relacional, designa uma exterioridade (aquilo que não é o campo), e uma interioridade mútua: os agentes e instituições que existem e subsistem pela diferença, isto é, como ocupantes de posições relativas na estrutura. Um exemplo concreto retirado de nossa problemática que ilustra este processo são as rápidas formações de coalizões entre organizações protetoras da natureza, setores do governo e empresariais, indígenas e comunidades locais ou quaisquer grupo cujo sustento dependa de uma floresta que esteja sob ameaça madeireira ou extrativista contra tais atividades; não significando, em momento algum, que tais grupos, momentaneamente unidos, não disputem entre si por posições melhores dentro do próprio campo da conservação ambiental.

Afinal, outro atributo definidor e estruturante dos campos, segundo Bourdieu (1983, p. 89) são os objetos de disputa e os interesses específicos contidos em cada um deles:

“O campo se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesse implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). *Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo* dotados de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”. (Grifo nosso).

Bourdieu (1983) explica ainda que a existência de objetos de disputas e pessoas, ou grupos, resolvidos a disputá-los promove concorrência e, conseqüentemente, a geração de estratégias de conservação da estrutura atual e exclusão, ou então estratégias de subversão, segundo as posições relativas no interior do campo. A dinâmica que prevalece dentro de um campo é de concorrência e dominação. Essas estratégias visam defender ou conquistar posições de dominância na hierarquia que estrutura um campo. Uma posição mais dominante pode significar deter poder suficiente para definir critérios e exercer legitimamente o monopólio sobre determinada atividade. No campo conservacionista, por exemplo, Steiman (2008) aponta a IUCN⁴ como ocupando o ponto mais alto desta hierarquia, conseguindo prescrever sua própria visão sobre proteção do meio ambiente a outras organizações, países e sociedades.

Na verdade, segundo Bourdieu (1987), um campo é tanto mais autônomo quanto maior o seu poder para definir as normas que orientam a sua produção, as condutas de seus membros e o poder de retraduzir todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Parece-nos um dos argumentos mais seguros para determinar a conservação ambiental como um campo próprio. A IUCN e as demais grandes ONGs internacionais criaram e desenvolveram verdadeiros programas conservacionistas mundiais, que com o passar dos anos se capilarizaram nos territórios em que foram implantados e produziram territórios destinados à conservação da natureza, as áreas protegidas, gerando rearranjos territoriais em todos esses lugares (por exemplo, STEIMAN, 2008; CUNHA, 2017). A identificação da conservação ambiental como um campo, contendo atores em constante disputa, possui um

⁴ União Internacional para Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature*) é uma organização civil internacional dedicada à conservação da natureza. Fundada em 1948, reúne mais de 1250 organizações, incluindo 84 governos nacionais, 112 agências de governo e cerca de 10000 membros individuais, cientistas e especialistas. Sua sede fica localizada em Gland, na Suíça.

rebatimento territorial intrínseco e este é um dos principais argumentos que pretendemos defender nesta primeira parte de discussão. Voltaremos a isso adiante.

Cabe ressaltar, porém, como afirma Thiry-Cherques (2006), que os embates entre os participantes não se tratam de uma disputa política meramente, mas de uma luta pelo poder dentro de um campo, na maioria das vezes de maneira inconsciente. Inconscientes porque são

“(...) razoáveis sem serem o produto de um raciocínio proposital ou, com mais razão, de um cálculo racional; motivadas por um tipo de finalidade objetiva sem serem conscientemente organizadas em relação a um fim explicitamente constituído; inteligíveis e coerentes sem serem o produto de uma intenção inteligente ou de uma decisão deliberada; ajustadas ao futuro sem serem o produto de um projeto ou de um plano.” (Bourdieu, 1974, p.3 *apud* Garcia, 1996, p. 66).

Ainda segundo Garcia (1996), essas estratégias são ações que, mesmo visando determinadas finalidades, não são concebidas como tal, sendo devidas mais ao “senso prático”, do conhecimento das regras e do “sentido do jogo” social que é adquirido pela experiência e pela participação em atividades sociais no próprio campo. A este comportamento, ligado ao senso prático e relativamente estável de um ator, ou grupo de agentes, ao longo do tempo, Bourdieu dará o nome de *habitus*, em sua obra.

Conceber o comportamento dos diversos atores que compõem o campo da conservação ambiental por meio do *habitus* garante maior riqueza na análise do fenômeno. Admitir que todos aqueles que pertencem a este limite social relativamente autônomo estão em estágio de competição, mediados pelos recursos de cada um, é entender que as ações não necessariamente provêm de uma decisão moral. Decisão esta que embarçaria a abordagem crítica. Com isso, qualquer abordagem dicotômica, purista ou maniqueísta cai por terra. É uma posição equivocada alçar as ONGs a função de atores imparciais e naturalmente benéficos à sociedade por não serem estatais (como ocorre, entre outros em FERNANDES, 1988; LENÁ, 1997; HERCULANO, 2000); do mesmo jeito que pode ser reducionista enxergá-las apenas como organizações de viés imperialista à serviço de uma agenda neoliberal (como visto em PORTO-GONÇALVES, 2006; DIEGUES, 2008; CAMELY, 2018). As ONGs serão nada mais do que atores competindo por sua posição dentro de um campo específico, normatizado e que vão dispor de todas as estratégias viáveis para verem concretizada sua própria visão sobre a conservação.

O campo é, a um só tempo, “campo de forças”, a face objetiva– estrutura que constrange os agentes nele envolvidos – e “campo de lutas”, a face subjetiva – meio que permite os agentes atuarem conforme suas posições relativas no campo de forças para manter ou transformar a estrutura interna (BOURDIEU, 1996). Cada campo cria seu próprio objeto (no caso,

defendemos a conservação como um deles) e o seu princípio de compreensão, porque resultam de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo. Para Bourdieu (1987), são espaços estruturados de posições em um determinado momento, não é uma estrutura imutável e somente existe enquanto os interesses específicos que o estruturaram existirem. Depende diretamente do investimento de tempo, recursos e intenção realizado pelos agentes que o compõem. Em outros termos, enquanto houver desigualdade de forças dentro de um campo, a luta por sua mudança será a força motriz que fará com que ele continue existindo e impactando concretamente a sociedade e o espaço. E as posições desiguais dentro do campo, em que alguns estão no domínio e tendem a manter essa estrutura e outros desejam suplantá-la, se deve a acessos diferenciados a recursos que têm significado e valor dentro daquele campo específico. A estes tipos específicos de recursos, Bourdieu denomina *capital*, podendo ser de naturezas diversas, como social, econômica e simbólica.

O direito de entrada em um determinado campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo e pela posse específica do capital (THYRI-CHERQUES, 2006). Segundo o mesmo autor, baseado nas obras de Bourdieu, todos os agentes aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem, reconhecendo que cada campo tem um sistema de operação próprio: um agente dominante em um pode não ser em outro. O que caracteriza um campo é justamente a relação de força resultante das lutas internas e as estratégias empregadas por parte dos atores.

Cada espécie particular de capital está intimamente ligada a um campo, tendo os mesmos limites de validade e eficácia que o campo no interior do qual tem curso (BOURDIEU, 2000). Porém isso não quer dizer que as formas de capital não sejam conversíveis umas às outras, pelo contrário. Por exemplo, o capital econômico pode ser revertido em capital simbólico, e vice-versa⁵. Aliás, este último talvez seja o mais complexo de todos os demais, uma vez que pode ser entendido como síntese entre o cultural, o econômico e o social e necessita sempre, para ser legitimado, do reconhecimento social por parte dos demais agentes do campo. Geralmente, segundo Bourdieu (1990), é expresso em forma de reconhecimento, legitimidade e consagração, institucionalizadas ou não, compreendido também como prestígio e/ou honra, que os diferentes agentes ou instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas no interior do campo. Isso garante oportunidade a determinados atores de impor seus pontos de vista e seus valores como exclusivamente válidos, ampliando seu poder social intracampo. No caso aqui

⁵ E não é exagero reiterar que “a posição relativa na estrutura é determinada pelo volume e pela qualidade do capital que o agente detém” (BOURDIEU, 1987, p. 72).

estudado, o capital simbólico acumulado contribui para a determinação da transmissão de visões específicas sobre conservação ambiental de um determinado grupo aos demais atores dentro do campo, sustentados pela ideia de monopólio da ciência e discursos de matriz puramente biológica (e, portanto, pretensamente imparcial), assim como a definição de princípios básicos conservacionistas e a aplicação de agendas internacionais ambientalistas, reforçando ainda mais a desigualdade entre os agentes.

Seria de imaginar que tamanha desigualdade e imposição de valores gerassem total revolta entre os membros marginalizados do grupo, que atuando juntos, poderiam questionar a legitimidade daqueles que estão nas posições hierarquicamente superiores. Porém, na maior parte das vezes este comportamento não é observado. Em todo o campo a distribuição de capital é desigual, o que implica que os agentes vivam em constante conflito, no qual os indivíduos dominantes procuram defender seus privilégios contra o inconformismo dos demais indivíduos ou grupos (THIRY-CHERQUES, 2006).

O capital simbólico, para Bourdieu (1989), funda o poder simbólico, isto é, o poder de manter uma ordem relativamente estável dentro de um determinado campo mediante o reconhecimento de uma figura de autoridade, que não necessita recorrer à violência aberta. Trata-se de uma forma de violência exercida sobre um ou vários atores, no sentido de constranger e tolher suas iniciativas, utilizando a retórica de que as circunstâncias e ordens sociais assim como se apresentam e são percebidas são evidentes e naturais. As relações de poder são reificadas.

Em trabalho anterior (CUNHA, 2017), quando empregamos a noção de *Soft Power*, espécie de poder brando, para entender as relações mantidas entre ONGs, governos e populações locais nas unidades de conservação da Faixa de Fronteira, verificamos haver relação entre o *soft power* o poder simbólico. Ainda indicamos que as relações mantidas, numa perspectiva de poder simbólico, não podem ser vistas como estanques e circunscritas a grupo de atores, mas sim ser entendidas através da construção de escalas próprias de atuação. No campo da conservação ambiental, o poder simbólico exercido pelas ONGs em escala internacional e/ou nacional pode ser subvertido pelas práticas dos atores locais, cujas ações tomam as condições materiais e contingências do território como ponto de partida.

Da mesma maneira, as diretrizes de políticas ambientais são decididas em fóruns, nos quais se negociam convenções e tratados sobre a diversidade biológica entre países desiguais (CHATURVEDI, 1996). A desigualdade de poder resulta na tomada de interesses nacionais sob o pretexto de interesses globais: as áreas protegidas devem ser criadas para preservar a

biodiversidade, mas elas devem se localizar em alguns países específicos. O autor aponta que os países selecionados, algumas vezes, precisam de financiamento internacional, liberado mediante o cumprimento de condições estipuladas pela organização fornecedora, como o tamanho das áreas protegidas e se elas devem ou não comportar pessoas etc.

O reconhecimento social sobre a importância da conservação depende do uso de conceitos científicos, na maioria das vezes, proveniente das ciências naturais. Por exemplo, a noção de biodiversidade surgiu na década de 80 para descrever a riqueza e variedade do mundo natural. Trata-se de um artefato construído nos círculos científicos e biológicos que já nasce atrelada a uma normatividade específica, um enfoque no que deve ser valorizado e preservado, assim como descreve os instrumentos de verificação para averiguar o cumprimento dos objetivos de conservação. Exclui ou torna periférico o saber tradicional, confinando os atores que a partir dele se orientam às posições subalternas no campo da conservação. A violência simbólica praticada no campo é legitimada pela cientificidade dada à conservação, pretensamente imparcial e neutra. O *soft power* se instaura pela sugestão de gestão territorial específica, orientada a obter resultados biológicos eficazes, a mensurar se a biodiversidade de uma área protegida está ou não resguardada. Todo o campo vive do conflito entre os agentes que o dominam e os demais, entre os agentes que monopolizam o capital específico do campo, pela via da violência simbólica (BOURDIEU, 1983). A dominação não é evidente, não é explícita, mas sutil e violenta. E é mais sutilmente violenta porque é julgada como legítima dentro de cada campo. É vista como algo inerente ao sistema.

Seguindo na argumentação que a conservação ambiental pode ser entendida como um campo específico, utilizamos Bourdieu (2000) quando ele afirma que todo campo tem sua gênese, possui uma história social. Coisas que nos parecem hoje evidentes, e muitas vezes imutáveis no tempo, são produtos de invenções históricas. E as formas pelas quais o restante da sociedade enxerga a suposta eternidade das coisas são ditadas pelos grupos que detém o monopólio da verdade naquele dado instante dentro do campo. Não podemos dizer que a conservação ambiental é algo novo, nem é pretensão nossa aqui fazer uma historiografia da ciência para identificar o momento em que ela surgiu. Porém, podemos traçar, sem receios, que a urgência e relevância do tema surgiram na década de 1970, junto com a necessidade de discutir a internacionalização da natureza e o compartilhamento de responsabilidades entre os países, alçando ONGs como atores importantes neste processo. Data do mesmo período a discussão mais atual sobre áreas protegidas totalmente dedicadas à proteção da natureza, nos moldes como

conhecemos atualmente, orientada a preservar a biodiversidade, geralmente projetada e normatizada pelos países do norte global e implantadas em territórios dos países do sul.

Defendemos, portanto, que a invenção deste tipo de conservação, que podemos classificar como contemporânea, se constituiu de uma fragmentação de um campo político mais amplo e ajudou a fundar um outro, autônomo e com leis próprias. E imediatamente a este processo, atores disputaram por seus respectivos capitais e organizaram o campo conforme suas estratégias conservacionistas, relegando a posições periféricas aqueles que chegaram depois ou que não faziam parte do círculo de decisão institucionalizado e global. E que, concomitantemente a tudo isso, a criação de áreas protegidas (concebidas para serem alocadas em países do sul global) como resposta territorial a estas pretensões conservacionistas estabelece processos geopolíticos. Diferentes atores, por esta perspectiva, propõem diferentes formas de usar um mesmo território e exercer seu poder. Este é um dos cerne para discutir, mais à frente, a geopolítica fragmentada.

O que está em jogo é a disputa pela imposição legítima dos princípios de uma visão e divisão do mundo social; é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma determinada maneira. É uma luta a partir de ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como forma de mobilizar algo: se o que um ator propõe como o *nomos*, como a forma de organização universal de um campo, for visto pela maior parte dos agentes como a única verdadeiramente capaz de livrar, por exemplo, do desastre ambiental, este ator obtém sua conquista (BOURDIEU, 2000). Para isso, mobilizará todos os recursos que o capital simbólico puder comportar, como fazer o uso de mídias diversas para divulgar suas marcas e atuações; dar ares de cientificidade e, portanto, imparcialidade às suas ações; ou buscar apoio na sociedade que está fora do campo para utilizar como margem de manobra para operações dentro do campo e rivalizar com outros atores-concorrentes, para se diferenciar ou se apropriar de posições vantajosas⁶. Uma outra estratégia é realizar ações cuja função seja primordialmente reproduzir a estrutura interna e garantir sua estabilidade ao longo do tempo. É o que acontece com as ONGs, segundo Hirsch (2003), que usam grande parte dos seus fundos para a própria manutenção da organização como tal.

⁶ Saber disso ajuda a desconstruir uma série de mitos criados em torno das ONGs, por exemplo, de que elas constituiriam canais possíveis de internacionalização das práticas da sociedade civil, servindo como uma rede não territorial de atores (GALTUNG, 1980); representaria necessariamente alternativas para novas formas de construção de cidadania (BRIGAGÃO, 1991); ou desempenhariam “o exercício diferenciado de uma cidadania” (HERCULANO, 2000, p. 123)

Parece, no mínimo, contraditório argumentar que se deve considerar a conservação ambiental como um campo social justamente por comportar diversos atores em constante disputa e mencionar, predominantemente, até agora somente as organizações não governamentais. Para ampliar o escopo dos atores que fazem parte do campo da conservação recorro a Bourdieu (2000). Segundo o autor, o critério básico para reconhecer a presença ou existência de um agente em um campo é reparar se sua presença transforma o estado do campo ou se as coisas se modificam significativamente com a sua retirada. Então, além das ONGs (de todas as magnitudes, das internacionais até aquelas locais), devemos incluir também neste rol os indígenas, as comunidades locais, os governos (em diferentes esferas e escalas), os bancos de financiamento, as forças armadas, os fundos de investimentos, as empresas, entre outros que contribuem direta ou indiretamente para o funcionamento autônomo do campo.

Buscamos defender que há muitas características próprias de como se configurou a conservação ambiental nas últimas décadas para defini-la como um campo autônomo. Tal campo é estruturado pelas relações de força entre os agentes e as instituições que buscam hegemonia no seu interior, ou seja, o monopólio da autoridade que possibilite ditar as regras; embora trate da preservação do meio ambiente, teoricamente um bem comum a todos, se configura autônomo perante outros campos; há eventos, disposições e regulamentos que apenas tem valor dentro de seus limites; há repartição do capital simbólico e de autoridade entre os agentes: dominar a técnica e a ciência propiciam deter argumentos mais facilmente aceitos no campo, por exemplo; há disputas entre os agentes por objetos em comum, utilizando-se de estratégias próprias e particulares a cada um dos concorrentes⁷: disputam-se definições sobre “conservação”, o que deve ser conservado, de que maneira, por quais meios, quem devem ser os responsáveis por ela e, principalmente, qual território deve ser conservado; há claramente uma *doxa*, um senso comum, aquilo que todos os agentes se encontram de acordo (como por exemplo, “a natureza deve ser preservada”) e um *nomos*, as leis gerais, invariantes, de funcionamento do campo; entre outros.

Ancorar a conservação na teoria dos campos possibilita maior efetividade no emprego da geopolítica fragmentada para entender o fenômeno das áreas protegidas transfronteiriças. Em primeiro lugar, uma área protegida é cunhada por ideias ambientais e territoriais (COELHO *et al*, 2009) que já nascem em meio a conflitos territoriais e de acesso a recursos (CASTRO JR

⁷ Poder-se-ia argumentar, inocentemente, que a proteção da natureza seria algo desejável para todos, estando ou não este indivíduo incluído em um determinado campo. Se assim o fosse, a própria definição de *natureza* não seria um objeto de disputa social. Para provar o que dissemos, tente você mesmo, leitor, definir natureza e perceba o fenômeno da incerteza surgir em sua mente.

et al., 2009). Trazem, em seu cerne, a reprodução de relações entre espaço e poder. Podem ser lidas, dentro da geografia, como territórios, de fato. Segundo, como já foi dito, elas são respostas territoriais a dois processos: valorização da questão conservacionista nas últimas décadas e rebatimento local das demandas decididas, muitas vezes, em escala global. Terceiro, há lutas simbólicas entre os atores conservacionistas, que dispõem de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. Isto se desdobra em projetos conservacionistas específicos e desiguais, de origens diversas, que competem e disputam sobre uma mesma porção territorial. Cada um dos atores desejará que sua própria visão se estabeleça e seja seguida como a norma, seja ele dominante no campo (como parecem ser as grandes ONGs internacionais), seja ele marginalizado (como parece ser o caso das comunidades locais).

Partir do princípio de que cada agente ou grupo segue uma racionalidade própria, prática e duradoura para ver seus objetivos alcançados, pulveriza a visão de um grande bloco conservacionista, originário de certo senso comum, em uma multiplicidade de estratégias e territorialidades diferentes, que ora convergem, ora conflitam. Cria um meio teórico-conceitual, e até mesmo metodológico, que permite averiguar casos complexos, intrincados e até mesmo surpreendentes quando vistos de outra forma que não através deste prisma analítico que pode ser a geopolítica fragmentada. Geopolítica porque a posição dos atores no território, seus projetos e intenções em ambos os lados do limite internacional impactam diretamente na natureza da relação estabelecida. Fragmentada porque comporta a multiplicidade de atores, dispostos em rede, em que o movimento de um impacta indubitavelmente na reação do outro, seja seu aliado ou não; porque as alianças e disputas variam de acordo com a escala e com a temporalidade; porque os próprios discursos e práticas conservacionistas são fracionados, contraditórios e complexos.

Acreditamos que a abordagem da geopolítica fragmentada nos permite construir de maneira rigorosa a realidade que é a conservação transfronteiriça e os jogos e movimentos políticos envolvidos. Para dar conta de um nível alto de complexidade, defendemos que a geopolítica fragmentada pode ser muito útil.

4. A GEOPOLÍTICA FRAGMENTADA

O sueco Johan Rudolf Kjellén criou o neologismo *Geopolítica* em 1899. Sua pretensão era fixar conceitualmente a tensão mantida entre concepções políticas e disputas territoriais, tão presentes na atmosfera europeia da virada dos séculos XIX para o XX. Ainda que não com esse nome, a ideia já se fazia presente em trabalhos anteriores, como os do alemão Friedrich Ratzel e os do francês Élisée Reclus; e se consolidaria como campo de estudos em 1904, com a teoria do inglês Halford John Mackinder sobre o pivô geográfico da história. Tanto a noção quanto o conceito de geopolítica derivam de um contexto histórico geográfico específico: as disputas envolvendo as grandes potências imperialistas da Europa.

Desde sua origem, a geopolítica desperta discussões sobre sua natureza. Para alguns, como Kjellén, se trata de uma ciência autônoma, com objeto próprio e novo: ela deveria estudar a influência que os fatores geográficos desempenhavam sobre o desenvolvimento político da vida dos povos e dos Estados (TULE, 2018). Já outros a consideram um subproduto reducionista técnico e pragmático da geografia política, como Costa (1992). Horta (2006) nos diz que não são poucos, ainda, os que a classificam como pseudociência orientada a ideologia de dominação e/ou um instrumento discursivo do Estado. Dependendo da perspectiva, pode ser entendida como prática política, teorias acadêmicas ou método analítico de situações.

Sendo empregada, muitas vezes, para descrever a política de conflito entre Estados, sua própria identificação com um campo do conhecimento exclusivo se faz difícil. Relações internacionais, geografia e política tendem a capturar a geopolítica, fazendo com que ela seja encarada como uma forma específica de política internacional (HODGETTS, 2018) ou ciência da política (FERNANDES, 2009).

É difícil definir com clareza a natureza e a identidade da geopolítica. Mais fácil é dizer que se trata de um conhecimento que traz consigo sempre a tensão entre território e poder político. Como disciplina acadêmico-científica e saber prático, a geopolítica está longe de ser um campo de conhecimento unitário (FERNANDES, 2002). Ainda assim, ela é viva e sempre presente na análise das relações territoriais de poder porque parte de uma concepção histórica e material. É possível dividir a geopolítica em dois momentos ao longo de sua história como conceito e/ou área de conhecimento: o período clássico e o período crítico.

A geopolítica clássica nasce e se desenvolve entre 1870 e 1945⁸, em um período de maior rivalidade entre os impérios europeus (que culminariam nas duas Guerras Mundiais), de ebulição na redefinição de fronteiras nacionais e do mapa político mundial, de amplo desenvolvimento tecnológico e de poder (TUATHAIL,1998). Tratada como conhecimento a serviço do Estado e de suas pretensões territoriais, esteve intimamente ligada à matriz epistemológica de seu tempo: o determinismo ambiental e a aplicação de modelos típicos das ciências naturais para entender e explicar a sociedade.

Nesta perspectiva, o Estado foi encarado como um organismo vivo. Conquistas territoriais seriam a maneira segura desse organismo se manter estável e se desenvolver. Guerras e conflitos entre países não representavam a morte da deliberação política, mas o estágio mais avançado da vocação natural do Estado. Os elementos geográficos eram percebidos como determinantes para o curso da história, da política e da sociedade pois exerceriam maior influência na estruturação e conformação dos Estados do que a vontade e predisposição das pessoas (TUATHAIL & AGNEW 1992). Posição, extensão, relevo, fronteiras, recursos naturais, organização da sociedade e industrialização bélica eram elementos fundamentais ao raciocínio geopolítico. Partia-se de interpretação equivocada e inapropriada da teoria darwinista para defender que os Estados evoluem e apenas os mais fortes sobreviveriam. Era possível depreender leis gerais de comportamento para o Estado, prever situações políticas e melhor gerenciamento dos recursos territoriais dos países. Recorrer à biologia garantia o caráter científico para a geopolítica; e como ciência era sinônimo de racionalidade exclusiva e neutralidade, legitimidade para ambições imperialistas, conquistas territoriais e segurança nacional. Domínio e controle eram, ao mesmo tempo, objetivo e desdobramento da geopolítica.

Nas palavras de Agnew (1998), a geopolítica clássica, em seu contexto visualizava e mapeava o espaço global do alto, construindo uma estruturação binária das relações entre os países (nós/eles, Leste/Oeste); concebia as diversidades espaciais sob um modelo evolutivo único, europeu e ocidental; considerava que a soberania somente poderia ser exercida a partir de espaços de fronteira fechados, encerrando uma organização política incontestavelmente representada pelo Estado; e dedicada a temas relacionados à conquista de poder e do interesse nacional.

⁸ Note que o período da geopolítica clássica tem início antes da invenção da palavra que traduziria o pensamento geopolítico, indicando que as ideias já circulavam no ambiente europeu antes de se corporificar em conceito.

Na segunda década do século XX, a geopolítica é introduzida com mais intensidade no contexto político e militar alemão por Karl Haushofer, que funda a primeira escola geopolítica assumidamente, em 1924: o Instituto de Geopolítica, em Munique. Haushofer buscou desgarrar a geopolítica da geografia política e dar autonomia teórica e prática ao conhecimento. Para ele, a geografia política estudaria a distribuição do poder estatal mediante a superfície dos países e as condições (como solo, clima e recursos) nas quais este poder é exercido; por sua vez, a geopolítica teria como objeto próprio a atividade política num espaço natural (KORINMAM, 1990). Segundo o alemão, a geopolítica seria o estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas (TUATHAIL, 2006).

Porém, a ideologia imperialista nazista, após ascensão de Hitler ao poder da Alemanha, vai encontrar na *geopolitik* alemã a justificativa ideológica para seu projeto expansionista. Com isso, a Escola de Munique se afasta do rigor acadêmico para se tornar um verdadeiro centro de inteligência bélica a serviço da guerra e das pretensões do Terceiro Reich (CORREIA, 2002). O uso de conceitos como espaço vital justificou o avanço indiscriminado nazista sobre outros países, por exemplo. A vinculação da geopolítica ao expansionismo nazista alemão foi tão nociva que para alguns pesquisadores é impossível distingui-la do totalitarismo, de um saber voltado às estratégias militares e da dominação estatal, enfim, de uma verdadeira “geografia do fascismo” (HORTA, 2006). Afinal, as teorias geopolíticas deixaram de tentar explicar o poder com base na análise dos fatores geográficos e se comprometeram em justificar os poderes expansionistas das grandes potências por meio militar (CORREIA, 2012). O meio acadêmico e o público, em geral, condenaram o termo *geopolítica* à proscrição e seu nome foi evitado após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Vesentini (1997), tomando como sinônimos o conhecimento geopolítico e a *geopolitik* alemã, defendeu o enfraquecimento, e até mesmo, o esgotamento da geopolítica com o avanço da democracia. Para o autor, o progressivo enfraquecimento do Estado nacional moderno, o aprofundamento da globalização, a terceira revolução industrial e suas inovações tecnológicas sepultariam o conceito de geopolítica, datado e restrito a um tempo pretérito na historiografia das ciências. Contudo, as grandes potências rivais na Guerra Fria pareceram seguir à risca a cartilha geopolítica: a primazia do Estado como ator central no sistema político internacional, a disputa territorial por regiões específicas do globo (por motivos econômicos e/ou estratégicos), a preocupação com a segurança nacional e a busca por controle e dominação marcaram o período. As estratégias de Estados Unidos, União Soviética e dos principais países europeus não esqueceram das reações mantidas entre território e exercício do poder; muito pelo

contrário: a disputa de poder aconteceu em diferentes territórios do mundo, com efeitos que podem ser sentidos nos dias atuais. Embora oficial e discursivamente, os Estados Unidos tenham abominado a geopolítica em termos acadêmicos e políticos, as contribuições de Alfred Mahan⁹ e de Nicholas Spykman¹⁰ não foram deixadas de lado, mas revalorizadas e empregadas na política internacional do país (CORREIA, 2002).

A realidade é que, como conhecimento prático, a geopolítica jamais deixou de ter seu valor e prestígio. Porém, academicamente vivenciou um período de ostracismo até a década de 70, quando começa a ser revalorizada, particularmente na geografia francesa. Nomes como Yves Lacoste¹¹, Michel Korinman, Pierre Marie Gallois e Paul Claval reintroduziram o debate sobre geopolítica no ambiente acadêmico (FERNANDES, 2013). Não se tratou de uma substituição, mas uma onda propositiva de novas abordagens, rupturas e descontinuidades em relação à geopolítica clássica, rejeitando alguns de seus pressupostos e objetivos. O escopo e o foco da geopolítica se modificam para abranger representações políticas em outras escalas que não a nacional, novos atores políticos, a difusão de narrativas e as materialidades da população e da sociedade (EKEN, 2019). Dá-se o nome de geopolítica crítica ao conjunto dessas correntes questionadoras.

A geopolítica crítica apareceu com mais veemência entre as décadas de 80 e 90, na esteira da virada cultural, linguística e construtivista pela qual passaram as ciências sociais, e a geografia humana em particular (MOISIO, 2015). Não à toa esta perspectiva tende a entender a geopolítica, sobretudo, como uma forma política e culturalmente variada de descrever a geografia e a política internacional; a geopolítica pode ser vista como um discurso (TUATHAIL, 2006). Ao ganhar corpo na pós-modernidade, compartilha aspectos epistemológicos do movimento, como a falta de uma teoria geral e única, o distanciamento de metodologias quantitativas e métodos formais e a valorização da dimensão multicultural. Há menor ambição e preocupação em provar a cientificidade do conhecimento geopolítico. A geopolítica crítica,

⁹ Responsável pela teoria do poder marítimo, defendia que o controle dos mares e, conseqüentemente, de seus fluxos de navegação garantiria enorme vantagem. A supremacia naval se basearia em seis fundamentos: posição geográfica, formação física, extensão territorial, tamanho da população, caráter do povo e caráter do governo. Colocou os Estados Unidos como o sucessor natural do Império Britânico, caso utilizasse desses recursos geopolíticos.

¹⁰ Responsável pela teoria do *Rimland*, uma faixa de terra que circunda a Eurásia de suma importância para o controle do continente eurasiático. Defendia que a garantia da segurança dos Estados Unidos obrigava ultrapassar os limites de suas fronteiras e intervir em áreas estratégicas do mundo. É um dos precursores da “estratégia de contenção” empregada pelos EUA no pós Segunda Guerra.

¹¹ Lacoste foi particularmente importante para a reintrodução do termo Geopolítica no âmbito acadêmico ao lançar a revista *Hérodote* (1976) e depois a inserção da palavra em seu subtítulo (1983): *Revue de Géographie et Géopolitique*. (FERNANDES, 2002).

na verdade, é formada com um conjunto diversificado de teorias, apenas unidas pela forma como enfatizam a importância de contextos particulares, a heterogeneidade de atores políticos e a relevância de realçar as consequências desiguais das práticas geopolíticas (HODGETTS, 2018). A perspectiva da geopolítica crítica entende a impossibilidade de a geopolítica formal e a prática serem neutras politicamente (TULE, 2018).

Contrariando a concepção clássica, passa-se a defender que os fenômenos políticos são caracterizados pela intencionalidade dos atores envolvidos e não pela determinação dos fenômenos físicos, sendo a principal função da geopolítica desvelar essa intencionalidade latente. A ruptura alcança outros pressupostos da geopolítica clássica. O Estado deixa de ocupar a centralidade da análise para dar lugar a uma visão em rede, propondo diferentes escalas, focando nas rivalidades e competições de atores políticos incidentes sobre territórios. Segundo Hodgetts (2018), a geopolítica crítica enfatiza a complexidade das relações multiescalares na explicação do comportamento dos múltiplos atores e não em explicar, exclusivamente, o comportamento dos Estados como os principais atores em um cenário internacional anárquico.

Implícito nessa posição está o entendimento de que o poder é difuso, ainda que desbalanceado e exercido de maneira desigual. O poder não é primazia do Estado e de seus agentes estatais. Atores marginalizados na geopolítica clássica, como instituições subnacionais, ONGs, movimentos sociais, órgãos multilaterais entre outros são encarados como produtores de pensamentos geopolíticos e organizadores de territórios. Nesse sentido, o enfoque se expande para as consequências secundárias das práticas geopolíticas: além de entender como as ações de um Estado podem afetar as de outro, deve-se considerar como grupos sociais e demais atores específicos podem afetar a dinâmica geral (HODGETTS, 2018). Afinal, como afirma Agnew (1998), deve-se analisar as palavras e as ações de múltiplos atores, expandindo o exame para além dos representantes estatais, dos assessores e dos diversos agentes com influência no sistema internacional em direção às pessoas e atores diretamente afetados por regimes de territorialização e segurança do Estado.

Para os teóricos da geopolítica crítica, a ideia de geopolítica não pode ser desvinculada das estruturas de poder e conhecimento. Os discursos geopolíticos são forjados por atores e instituições com o objetivo de justificar seu próprio poder e autoridade sobre a população e outros Estados (Ó TUATHAIL, 1998). As representações políticas podem ser lidas como forma específica de produção de saber e como instrumentos produtores de discursos.

A perspectiva de geopolítica que se pretende aplicar nesse trabalho, chamada de geopolítica fragmentada, é tributária da teoria geopolítica crítica, mas algumas ressalvas devem

ser colocadas. Concordamos com Horta (2006) que a geopolítica, como campo de conhecimento, não deve ser relegada ao ostracismo ou aniquilada (como se tentou fazer após a Segunda Guerra) e entender que, historicamente, esse conhecimento desenvolveu ora um interesse por dominação ora uma práxis de libertação. Ainda assim, não podemos deixar de destacar que independente das correntes, clássica ou crítica, implicitamente a discussão é centrada na categoria de “posse” direta de territórios, nas características de um *hard power*, no emprego de estratégias visando o controle material (seja econômico ou militar) e não propriamente na fluidez distintiva da organização em redes, na introdução de novas tecnologias na manifestação das relações de poder e na construção de novos conceitos capazes de rastrear o dinamismo das relações políticas contemporâneas. Em ambas as correntes, o Estado, corporificado pelos limites nacionais, é tomado como recorte privilegiado, ainda que distraidamente – seja por meio de suas ações diretas ou dos grupos que disputam seu controle internamente. Obviamente, o Estado jamais será desatrelado da geopolítica enquanto o Estado-nação perdurar como modelo de organização política, porém não se deve tomar os dois como sinônimos: geopolítica e Estado não pertencem exclusivamente um ao outro, não se reduzem um ao outro.

Macdonald (2019), por exemplo, ao discutir possíveis comportamentos que podem interferir na conservação ambiental trata geopolítica como sinônimo da escala internacional: as decisões sobre política ambiental seriam tomadas pelos Estados. O local é esvaziado de sentido geopolítico, embora seja nele que as decisões geopolíticas incidem e se materializam. Vesentini (2000, p.11), ao comentar o aparecimento de “novas geopolíticas” não consegue se desfazer do recorte fetichizado do Estado ao defender que essas novas correntes constituem “um campo de estudos interdisciplinar que se refere à correlação de forças no plano espacial, com ênfase na escala mundial”. A escala de análise em geopolítica já estaria posta, independente da matriz teórica assumida ou da construção do objeto de pesquisa: recorte nacional com destaque para ação do Estado sobre o espaço. A inevitabilidade da escala nos estudos geopolíticos, além de limitar o poder analítico, pode comprometer observações contingentes impostas pelo local: os arranjos políticos e a mobilização territorial são resultados de acordos, conflitos, disputas e até mesmo condições aleatórias impostas pela materialidade e não pela abstração de leis geopolíticas gerais sobre o comportamento dos Estados diante de situações descritivas específicas.

No plano analítico, a geopolítica fragmentada se fundamenta mediante a articulação de três ideias principais: o questionamento do caráter absoluto do recorte estatal como escala, o

emprego de escalas como estratégia e o valor da ação em rede na construção de escalas particulares de análise geopolítica.

Para Agnew (1994), haveria três premissas geográficas que sustentariam a exclusividade do Estado como recorte, prejudicando o pesquisador a identificar e entender questões que extrapolam os limites dos territórios nacionais. O primeiro deles seria reificar o espaço territorial do Estado como unidade fixa de espaço soberano, descontextualizando os processos de formação, fragmentação e desintegração por quais os Estados passaram nos últimos séculos. Assim sendo, se cria e se reforça a ilusão de que o Estado como conhecemos hoje sempre o foi desta forma, e é a partir desta imutabilidade que devemos pensar as relações entre espaço e poder. O segundo é a polarização de termos como “doméstico x estrangeiro” e “nacional x internacional”, complicando o entendimento de processos operados em diferentes escalas e prejudicando a análise de fenômenos interescares¹². Por último, o autor critica a defesa do Estado territorial como “recipiente” da sociedade, tornando a sociedade um fenômeno nacional. Adotar esta visão é naturalizar uma determinada escala de observação generalista, afirmando haver coesão, uniformidade e homogeneidade interna e invisibilizar qualquer conflito interno e fragmentação do tecido socioespacial ou político da sociedade.

Adotar qualquer uma destas três suposições geográficas como princípio e/ou algo imutável condenaria o pesquisador a cair naquilo que Agnew (1994) denominou de “armadilha territorial”. O desdobramento teórico do raciocínio conduziria a três conclusões ilusórias: o espaço ocupado pelos Estados é atemporal; seus limites são sinônimos de uma escala definida, sendo o recorte mais confiável para análises; e o recorte territorial do Estado tem características únicas e personalidade que o definem como tal e os diferencia dos demais. Centrar-se apenas no recorte territorial construído pelo Estado e, pior ainda, reificá-lo como escala de análise para todo e qualquer fenômeno é muito limitante. Na configuração do mundo atual, Estados territoriais e atores não estatais operam, juntos ou individualmente, criando outras formas de entender a realidade geográfica e novas redes de poder que não são capturadas apenas por representações territoriais singulares. Ainda que o Estado se mantenha como um importante

¹² Esta consideração importa particularmente para o nosso estudo, porque é limitante posicionar e, sobretudo, entender o comportamento de alguns atores quando pensado sob a perspectiva dicotômica, como é o caso das grandes ONGs e dos povos indígenas, dois dos agentes mais importantes dentro do campo da conservação ambiental. O WWF Brasil é nacional ao possuir uma sede autônoma no país, mas ao mesmo tempo integra uma rede internacional, cuja sede se encontra na Europa. O povo Ashaninka pode ser dividido e classificado como brasileiro ou peruano, quando na verdade compartilham mesma origem étnica e mantêm laços anteriores ao traçado dos limites políticos internacionais na região.

ator a ser considerado, cada vez mais aparecem outros, insurgentes, questionadores da ordem territorial imposta e que buscam driblá-la.

Outra ideia importante para discutir o potencial analítico da geopolítica fragmentada é o conceito de política de escala. Já vimos anteriormente, na discussão sobre campo, que é a posição do agente na estrutura formada pela relação de suas forças que condiciona o nível de efetividade de sua ação, isto é, a posição que o agente ocupa, e as relações que a partir dela mantém, auxilia a entender muitos processos. E a posição de um ator, em relação a outros atores, mediados por contexto(s) específico(s) pode ser lido na geografia através da escala.

Smith (1992) diz que uma das características centrais da escala geográfica é que ela representa uma instância material, garantindo solução maleável, para a contradição básica entre cooperação e competição. Com isso, temos uma maneira geográfica de compreender as relações entre os atores que ocorrem dentro de um campo. A relação de competição e cooperação entre os atores demanda a criação de novas instâncias de aliança, que por sua vez podem dar origem a novas escalas, com cada uma delas contendo um arranjo de atores diferentes, cujas alianças também sejam de outra natureza. Por exemplo, os indígenas, organizados sob uma forma política, quando recorrem à escala global, espaço do capital e dos fluxos econômicos, precisam fazer alianças com ONGs e fundações privadas, como a *MacArthur Foundation*; porém, localmente, no espaço vivido, entram em conflito muitas vezes com ONGs patrocinadas pelas mesmas fundações.

Ainda no mesmo trabalho, Smith se propõe a questionar as diferenças espaciais (escapando, portanto, da armadilha territorial, como nos propomos também a fazer) para conseguir ir mais além das categorias existentes e introduzir uma conceituação da escala geográfica. Neste intento, ele afirma que as diferentes sociedades não produzem apenas seu próprio espaço, mas também produzem sua própria escala. Para ele, escala não é um elemento ontológico. A diferenciação de escalas se estabelece através da estrutura geográfica de interações sociais. O autor garante ainda que admitindo a escala como algo socialmente produzido se evitaria dois erros muito importantes, e particularmente interessantes para nossa pesquisa: o relativismo que trata a diferenciação espacial como um mosaico e a reificação e a divisão acrítica de escalas que reitera um fetichismo espacial. Encarar um complexo de áreas protegidas transfronteiriças sob este ângulo é afirmar que as porções que as compõe não é resultado de um simples conjunto de justaposições de áreas e nem que possui uma escala dada; mas sim que a materialização que observamos através deste tipo de regionalização é fruto de estratégias de atores específicos, mediante interesses particulares e resultado do confronto entre

diferentes escalas em uma única porção do espaço. Cada ator, ou grupo de atores, constrói para si uma própria escala de ação, e se articula da forma como planeja ou da forma como pode. Estratégias de permissão ou restrição de acesso, por exemplo, são criados. Este conflito e/ou esta negociação implica limites socialmente construídos, mesmo que seus limites sejam forjados e reforçados pela prática social. E é exatamente este movimento que faz com que uma mesma porção do espaço possa ser disputada entre diferentes territorialidades.

Atores, ou grupo de atores, ao acionarem a escala e ao torná-la efetiva em suas práticas, estão construindo políticas de escala. Eles fazem uso da escala como estratégia para organizar uma racionalidade e alcançar seus propósitos, resguardando o território como referência dos entrelaçamentos entre discurso e prática. Política de escala é “[...] o campo no qual têm lugar as lutas materiais e discursivas entre diferentes atores para estabelecer configurações escalares hegemônicas. Nesta luta os atores utilizam “narrativas escalares” para justificar e dar impacto aos seus argumentos” (GONZÁLEZ, 2010, p. 125-126). A autora quer dizer que atores precisam forjar alianças que permitam atingir escalas diferentes daquela em que o movimento se originou. E cada uma dessas articulações acaba criando instâncias independentes, que podem ser analisadas como tal. Quando as organizações mundiais discutiram que era preciso ampliar o número de áreas destinadas à conservação, houve a criação ou desenvolvimento de grandes ONGs internacionais, que mais tarde se nacionalizaram em boa parte dos países em que promoveram projetos. Por outro lado, quando objetivaram ser ouvidos e participar politicamente das decisões, os Ashaninka fundaram a *Apiwtxa* – Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia, institucionalizaram laços tradicionais com os Ashaninka peruanos, criaram redes sociais e se mobilizaram para ter impacto internacionalmente (OLIVEIRA, 2015).

González (2010) ainda identifica e elenca quatro pilares constitutivos do enfoque das políticas de escalas. Primeiramente, concordando com Smith (1992), as escalas não são um ente ontológico, mas construções que expressam a organização dos processos sociais. Elas não são dadas, mas sim resultados de construção, conflitos e cooperações. A segunda característica é que a escala é tanto um objeto como um meio para lutas econômico-políticas e que as relações escalares são relações de poder. Logo, qualquer escala é a expressão dessas relações. Em terceiro lugar, as escalas não podem ser entendidas como níveis organizados hierarquicamente, mas deve ser concebida como uma rede para que se possa entender os processos pelos quais opera a política de escalas. Esta última afirmação será de muito valor para nosso trabalho. E, por último, as escalas somente devem ser pensadas como um conceito dinâmico e processual. Isso se deve ao fato de serem “[...] elaborações sociais conflitivas, [...] produções humanas

coletivas, dinâmicas, multidimensionais, com os diversos atores e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual contingente e aberto” (BRANDÃO, 2010, p. 243).

Intercambiáveis e complementares, esses quatro fundamentos servem para conseguir exprimir quais estratégias, alianças e abordagens os atores estão propondo e, principalmente, como eles estão mobilizando escalas para atingir seus objetivos. Projetos geopolíticos fragmentados somente podem ser entendidos quando admitimos que é através das políticas de escalas que os atores conseguem propor e implementar, ou não, seus projetos territoriais. Alinhamos o nosso pensamento com Brandão (2010) e defendemos a escala como uma categoria analítica e como categoria da práxis política, concomitantemente. Os atores que querem empreender sua política de escala eficientemente, precisam entender a necessidade de, ao mesmo tempo, encontrar um meio adequado no qual suas ambições possam se encaixar e serem alcançadas e construir alianças e estratégias para garantir a resolução de seus problemas.

Para a geopolítica fragmentada o fenômeno somente pode ser entendido quando se assume a rede como escala analítica. Escala não pode ser tomada como atributo pressuposto e tampouco há entre os atores hierarquização a priori. Assim como defendem Ramutsindela *et al.* (2019), defendemos que sistemas distantes e conectados devem ser partes integrantes da análise territorial. Os territórios são construídos por atores que não operam isoladamente ou em níveis fixos, mas que interagem por meio de redes. Apoiados pelo processo de globalização, e o subsequente desenvolvimento de ciência e tecnologia, esses atores dominam elementos suficientes para suplantar a distância espacial e o modo de operação dos Estados. Os principais elaboradores de diretrizes conservacionistas estão localizados nos países do Norte Global; por sua vez, os ambientes identificados como prioritários pertencem ao Sul Global. A geopolítica fragmentada, colocando a rede como escala privilegiada de análise, consegue construir realidades geográficas capazes de materializar a relação de poder mantida entre pesquisadores ambientais, agências de financiamento internacionais e ribeirinhos amazônicos na constituição de áreas protegidas, por exemplo.

Os efeitos de rede não são fixos, definitivos e até mesmo evidentes, como as análises tradicionais exigem. Eles foram pensados para incorporar a transformação das alianças (muitas vezes efêmeras) entre os atores, os constantes conflitos dentro dos campos políticos e a aleatoriedade inerente a qualquer processo geopolítico. Desta forma é possível tornar explícita a relação de poder em tomadas de decisões feitas à distância, desvelar a conexão entre conjunturas locais a demandas globais e ordenar a posição dos atores para produzir uma interpretação válida para acontecimentos aparentemente sem conexão.

Afinal, a rede assume caráter de estratégia para ações coletivas ao mesmo tempo em que é uma forma de organização e de atuação dos sujeitos coletivamente organizados (SCHERER-WARREN, 1999). Se ela é estratégia e forma de organização, concomitantemente, significa que abrange os arranjos interescares formados pelos atores e ajuda a estruturar suas ações, sendo determinante para o sucesso ou fracasso de seus projetos geopolíticos. O reflexo concreto será a disputa geopolítica por um território feita de maneira fragmentada, em que setorialmente as alianças dependerão da organização em rede dos atores e, particularmente, da posição que cada um ocupa nesta rede. Desta forma, a decisão de como gerir uma área será sempre uma disputa entre as políticas de escalas engendradas por cada um.

É pelas redes de poder e organização que as políticas de escala se expressam, que sua potência pode ser exercida ao máximo, em que as alianças e arranjos institucionais tem seu lugar e podem se opor a outras alianças e arranjos institucionais. Coelho Neto (2017) denomina este processo de conformação e ordenamento de estratégias-rede. Segundo ele, tais estratégias “se caracterizam pelo desenvolvimento de políticas de escala, nas quais os agentes sociais se articulam em diferentes escalas, construindo estratégias de ação multiescares” (COELHO NETO, 2017, p. 43). Atribui, portanto, um espaço específico para que ocorram os debates e lutas envolvendo as estratégias utilizadas pelos atores através das políticas de escala.

Assim como o referido autor, também admitimos a escala como uma construção social, perpetuamente processual e conflitiva e que, necessariamente expressa relação de poder. Nossas ações aqui devem, portanto, se dirigir para esses atores, identificar seus interesses e tentar manifestar ações, estratégias e políticas engendradas por eles. Assumindo a rede como escala de análise, uma série de perguntas muitas vezes negligenciadas pela geopolítica podem ganhar corpo: com que atores e agentes participam da relação? É possível identificar interesses particulares? Há a preparação de meios táticos/ estratégicos para concretizá-los? Os fenômenos se manifestam em que escala? É possível perceber uma cadeia de poder territorial? Qual a localização dos centros de decisão e comando das ações percebidas no território? Acreditamos que a partir do conceito de geopolítica fragmentada, atrelada à teoria dos campos sociais, utilizando as políticas de escalas e as redes como instrumentos analíticos, escapando da armadilha territorial podemos lançar luz sobre estes problemas e ajudar a entender melhor as dinâmicas de alguns fenômenos geopolíticos, como a constituição de áreas protegidas transfronteiriças.

Transformar a rede em escala de análise parte da premissa de que os objetos da investigação geopolítica podem ser construídos, entendimento incomum para um campo de

conhecimento acostumado a tratar eventos históricos como elementos “reais” e positivos. O pensador geopolítico Marini (1985), por exemplo, ao defender que geopolítica constitui uma ciência autônoma indica objeto e método próprios: o espaço geopolítico, que seria o espaço onde se desenvolve a política em sua plenitude integral, e a análise espacial a partir de seu passado visando projetá-lo em direção a uma intenção política no futuro. Marini apenas reproduz a ideia geral de boa parte dos pensadores geopolíticos, sobretudo os clássicos, de que acontecimentos históricos tem valor prático para desenvolver teorias geopolíticas. Passado e futuro possuem um nexo linear e evolutivo do qual os estudos geopolíticos poderiam se aproveitar.

As raízes epistemológicas originárias desta noção de geopolítica remetem ao que Popkewitz (1994) chama de historicismo, visão historiográfica particular e muito popular que tende a ver o mundo como formado de estruturas vinculadas que funcionam em relação umas às outras numa sucessão, tendo os atores e a agência humana papel central nas mudanças estruturais. Qualquer mudança significativa é precedida pela identificação histórica de atores, suas intenções, propósitos e vontades e pela ordenação cronológica de eventos. Passado, presente e futuro são vistos como produtos da ação humana direta. Nas palavras de Popkewitz (1994, p.182):

“o principal objetivo do historicismo foi o de objetivar toda a vida social; a realidade era explicada tal “como realmente aconteceu”, através da ordenação de eventos ou dos pensamentos singulares dos indivíduos. Os eventos e atores eram reunidos através de uma ordenação cronológica das práticas concretas no tempo”.

Desta maneira, passado, presente e futuro são vistos como produtos da ação exclusiva da ação humana num mundo socialmente construído, organizado linearmente e em que eventos do passado servem como retroalimentação para pensar o mundo futuro. Boa parte dos estudos geopolíticos, particularmente aqueles voltados às ações estratégicas e militares, lançarão mão desse argumento, confinando a complexidade histórica das relações entre países e grupos sociais em uma cadeia causal de eventos. Resolvemos elaborar esta reflexão para esclarecer uma possível confusão sobre a noção de geopolítica fragmentada: assim como para o historicismo, para a geopolítica fragmentada também é importante a ação dos atores. Acreditamos que propósitos e intencionalidades como são chaves importantes para entender a dinâmica geopolítica. No entanto, adotamos outra matriz epistemológica para entender a construção de objetos de análise vinculado aos eventos históricos e à própria percepção de história.

O mesmo movimento pós-modernista que criou condições epistêmicas para o desenvolvimento da geopolítica crítica engendrou uma renovação na maneira de conceber a história, no geral, e na forma como os objetos de pesquisa podem ser lidos, especificamente. Segundo Popkewitz (1994), a história deixa de ser a compilação de sucessões e sequências de fatos para ser um modo de raciocínio, que demanda tanto evidência empírica quanto reflexividade sobre a ordem na sociedade. Os objetos não são fatos, mas construções sociais e coletivas sobre acontecimentos históricos. A aplicação de categorias e conceitos é mais importante do que determinar se um fato histórico é ou não real, haja vista a impossibilidade de constatar a fidelidade dos eventos. Os objetos de análise passam a ser literalmente construídos, mediados por ferramentas discursivas, como os conceitos científicos, bases epistemológicas e recursos empíricos. O foco está em como categorias, distinções e diferenciações de sistemas de ideias posicionam as práticas e ações do sujeito; vista dessa maneira, a história seria uma atividade teórica que constrói seu objeto de pesquisa por meio da forma de distinguir e categorizar os fenômenos dos estudos históricos (POPKEWITZ, 1994).

Atores e intencionalidades não deixam de ter importância, mas o foco é colocado na forma como essas coisas são contextualizadas. Afinal de contas, para essa nova perspectiva o foco está na forma como os espaços discursivos são construídos para organizar e produzir subordinação (POPKEWITZ, 1994). Aplicado ao estudo geopolítico é possível aniquilar a perspectiva determinista na geopolítica (seja ambiental, seja de escala de análise) e entender que se trata na verdade de um conjunto de discursos de poder territorializado, no qual há constante disputa pelo controle e dominação entre os agentes envolvidos. Propósitos e ações dos atores derivam do contexto e da escala geopolítica em que estão inseridos, e a agência humana na transformação tem seu peso relativizado com a ponderação de que elementos não humanos desempenham um papel na construção de geopolíticas atuais. No campo conservacionista, por exemplo, ocorre disputa pela legitimação dos diferentes discursos ambientalistas e, conseqüentemente, da organização territorial que cada uma preconiza como fundamental na preservação do ambiente.

Para o historicismo, a ausência de agentes humanos introduziria um mundo determinista sem possibilidade de mudança. A radicalidade do argumento não procede ao entendermos que, por exemplo, a própria ideia de natureza é socialmente construída e se transformou ao longo do tempo, se refletindo em diferentes vertentes do movimento conservacionista que concorrem entre si. Até mesmo aquilo que poderia representar o determinismo por definição pode ser construído como objeto de análise e posto em perspectiva. A geopolítica não precisa ser

determinista e sustentar seus argumentos apenas sobre fatos naturais e disposição de recursos, tampouco aplicar uma única escala à sua análise. Objetos de pesquisa geopolíticas não existem a priori, mas são construídos com um fim analítico: dependendo das categorias e classificações que serão articuladas pelo pesquisador – é o que defende a adoção da geopolítica fragmentada. Os atores permanecem como protagonistas da arena geopolítica. Mas eles não precisam agir individualmente, nem muito menos se restringirem à intencionalidade humana.

O *ator* que desejamos tratar em uma abordagem a partir da geopolítica fragmentada se vincula à Teoria Ator-Rede¹³, proposta por Bruno Latour. Epistemologicamente, Latour (1994) argumenta que o postulado central da modernidade de separar natureza e sociedade como dois polos independentes nunca foi concretizado de fato. E isto se deve à própria constituição das coisas, que em suas manifestações fenomenológicas, torna qualquer tentativa de separação uma arbitrariedade infértil. Na mesma obra, o autor diz que a realidade é povoada por objetos híbridos, objetos que se proliferam no assim chamado “mundo dos híbridos”, espaço onde se misturam e integram pessoas, animais, plantas, crenças e mitos e artefatos; enfim, coisas que pertenceriam ao universo da natureza e coisas que pertenceriam ao universo da sociedade. Seu foco principal é o “tecido fronteiro das naturezas-culturas” (p.12), as tramas sociotécnicas que enredam o social e o natural. Para ilustrar o argumento, Latour utiliza o exemplo dos transgênicos: a regulamentação de tais alimentos não diz respeito apenas às pessoas (se podem ou não, deveriam ou não os produzir), mas também ao papel que o vegetal desempenha na sociedade e as relações que a partir dele podem ser estabelecidas. Admitir isto é admitir que o coletivo é resultado de um imbricado processo de articulação entre o “natural” e o “social”.

Para nós, o mesmo acontece com as áreas protegidas. Não podem ser enquadradas em algo puramente natural, porque seu uso ou acesso é normatizado através de leis elaboradas política e socialmente; tampouco podem ser um artefato social, porque as dinâmicas geocológicas que as definem se dão independentes do desejo, pretensão e existência de políticas conservacionistas. É um objeto híbrido, sobre o qual, no interior de um mesmo limite, é perceptível a constante tensão entre as aspirações humanas e a existência concreta da floresta.

Nesta situação, poderíamos falar que a própria formação geocológica, completa em sua realidade e imóvel, seria também um ator? Segundo a Teoria Ator-Rede, sim. Seu mundo social é um mundo com objetos e coisas, elementos humanos e não humanos conectados em rede, em

¹³ Mais famosa por seu acrônimo em inglês, ANT - *Actor Network Theory*.

que os atores podem ser definidos pela realidade e recalcitrância, sua fluidez e potencialidade de inflexibilidade.

Segundo Cavalcante *et al* (2017), Latour se choca com a sociologia tradicional ao argumentar que o conhecimento é um produto social ou efeito de uma rede de materiais e não algo produzido por meio de um método científico privilegiado. O conhecimento se originaria de relações heterogêneas, sendo também um produto heterogêneo. Isso quer dizer que o conhecimento é produto de uma rede de materiais heterogêneos¹⁴, sugerindo “que a sociedade, as organizações, os agentes e as máquinas, são todos efeitos gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos” (CAVALCANTE *et al*, 2017, p. 3). Por isso, os não-humanos, como a formação geocológica da Serra do Divisor, mas também as legislações ambientais dos dois países, as políticas ambientais dos dois países, a existência do limite internacional, entre outros, podem ser vistos como atores para entendimento do fenômeno e da rede. Afinal, a Teoria Ator-Rede é mais eficaz justamente nas situações em que as divisões entre grupos não são tão claras, em que há proliferação de inovações e entidades e complexificação de relações (exatamente o que acontece em uma região de fronteira).

Nesta teoria, as associações entre atores se tornam protagonistas, atravessadas a cada momento por alianças fluxos e mediações. Porque a própria ideia de rede deve ser entendida em uma acepção mais ampla, em que cada nó se institui de acordo com as suas conexões, associações e articulações com outros nós, sempre em uma perspectiva relacional, não individual ou não unidirecional (CAVALCANTE *et al*, 2017). Afinal, para Latour, a rede é o meio de transporte da teoria ator-rede: “Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas.” (LATOURE, 2012, p. 8-9).

Os atores, ao organizarem e produzirem redes (ao mesmo tempo em que também são produzidos por elas), têm as mesmas possibilidades de produzirem interferência e mediação, não sendo, por isso, hierarquizáveis. Desta forma, um mediador pode se tornar um intermediário

¹⁴ Na Teoria Ator-Rede, esses elementos heterogêneos são chamados de Actantes (atores humanos e não-humanos). O termo “Significa tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença (...) ele é o mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros. Ele é o que “faz-fazer”” (LEMOS, 2013, p. 42). Um actante pode ser tangível, intangível ou um interagente, que singulariza aquilo ou aquele que interage com o objeto de estudo. Usa-se a terminologia para não restringir a ação a pessoas ou a um ator-social puramente humano. Como será visto na continuação da apresentação da teoria, o emprego do termo faz todo o sentido. Porém, confessamos que o contato com a Teoria Ator-Rede ainda nos é muito recente e não dominamos todas as suas sutilezas teóricas e conceituais. Por isso, manteremos, pelo menos por enquanto, neste estudo os termos de “ator” e “rede”, já bastante consagrados dentro da Geografia.

e vice-versa. Um mediador é caracterizado por quem realiza ou o que realiza uma ação na rede; já um intermediário é aquele que não produz modificações na mesma, ficando em segundo plano. O intermediário tem status menor dentro da rede, em relação aos demais componentes, porque apenas transporta, mas não produz ou transforma as relações que estão estabelecidas. Dentro de um campo, seriam os atores marginalizados, ou aqueles diretamente subjugados a outros de posição mais elevada, porém que não ocupam o centro, mas podem ter autoridade suficiente para determinar regras. Por exemplo, as ONGs de médio porte, geralmente regionais, orientadas pela ONG internacionais, que determinam como as de pequeno porte, locais, devem empregar seus recursos. Estas ONGs marginalizadas dentro da perspectiva de um campo social, não deteriam capital suficiente para transformar as redes nas quais estão inseridas, mas têm como característica principal o transporte de informações, decisões ou recursos.

Cabe ainda evidenciar a dialética íntima mantida entre ator e a rede. Para Latour (2012), o ator não é visto como a fonte da ação, mas o alvo de um conjunto de entidades que se digladiam compelindo-o a agir, transformando-o em ator. Desta maneira, uma ação na rede é assumida pelos atores-agentes na rede. A rede só existe com todas estas entidades se conflitando em controvérsias e ações. O ator-rede é concebido para agir, e isto significa induzir outras entidades a fazerem coisas, porque todos estão relacionalmente interconectados. Geopoliticamente falando, incorporar a noção de ator-rede é migrar a centralidade da ação de um ator específico para a relação mantida entre atores diferentes. Não haveria, a priori, protagonismo de nenhum ator geopolítico; haveria conjunturas específicas responsáveis por organizar o quadro relacional entre os atores participantes de uma disputa territorial.

São sobre os objetos híbridos, aqueles que não encontraram seu lugar na divisão clássica criticada por Latour, que não são “estáveis”, que a rede se desdobra. E o que a rede mobiliza são inúmeros atores, humanos e não humanos, se multiplicando e arregimentando outros atores, atrelando-os na ação e ampliando seus limites de mobilização. Para pensar como as coisas estão ligadas e forjam a aliança ator-rede, seria interessante ponderar sobre uma eventual não transformação da região geocológica da Serra do Divisor em parques nacionais. Qual seria a relação mantida entre as organizações governamentais e as populações que moram na área? Os indígenas, que pleiteiam a criação de novas terras indígenas do lado brasileiro ou sua ampliação dentro do limite do parque, teriam tamanha dificuldade como agora parecem ter para verem seus objetivos alcançados? Se a lei 9.985/ 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não tivesse sido decretada, quais seriam as consequências territoriais e ambientais para a manutenção do Parque Nacional Serra do Divisor, criado onze anos antes?

Quem foram as organizações que defenderam esta própria lei e por quê? Quando postas desta maneira, as perguntas garantem a inseparabilidade da temática em lados puramente “naturais” ou “sociais” e mostra como a ação de um agente sempre tem de ser vista como parte integrante de uma rede, capaz de gerar consequências em outros atores, humanos e não humanos.

A abordagem da geopolítica fragmentada mantém a tradição dos estudos geopolíticos se a pensarmos como um conhecimento que abarca tanto a integração quanto a multiplicidade. Toda relação entre território e poder traz consigo configurações geográficas, políticas, econômicas, ambientais e culturais próprias; exigindo articulação entre as áreas diversas do saber e contestação de toda espécie de purismo epistemológico. No entanto, a integração não pode pressupor determinismo, tampouco a transdisciplinaridade não pode admitir apriorismos. Ainda que uso de uma abordagem fundamentada na geopolítica fragmentada não negue seu foco analítico nas práticas geopolíticas, não há pretensão em desenvolver um método paradigmático capaz de ser aplicado em toda situação ou em estipular leis gerais e racionais capazes de prever e explicar de antemão comportamentos dos atores geopolíticos.

Trata-se de uma maneira de conceber e organizar uma disputa geopoliticamente. O intuito é construir um objeto de tal forma que a geopolítica possa contribuir de maneira original para entendê-lo. Busca-se compreender como os discursos geopolíticos dos atores, organizados em rede, podem afetar a relação “território-poder” e quais as práticas territoriais que podem engendrar. Os contextos particulares e a heterogeneidade dos atores políticos impõem consequências desiguais das práticas geopolíticas. Desvelar os efeitos dessa desigualdade (posicionando os atores dentro de um campo social, os hierarquizando segundo seus objetivos territoriais, construindo a escala de análise e contextualizando relações de poder) é o papel da geopolítica fragmentada. Descrição, interpretação e análise são ferramentas necessárias para entender o fenômeno geopolítico, não cabendo impulso dedutivo à geopolítica fragmentada. Um efeito geopolítico é localizável e, portanto, material. Sobre o território convergem as ações organizadas em escalas; das práticas ali executadas parte a legitimidade social e política do ator proponente; a geopolítica pode ser entendida também como discurso.

As relações entre poder e territórios são mediadas pela tecnologia, ao mesmo tempo em que a tecnologia é condicionada pela relação entre poder e território. O monopólio geopolítico do Estado é quebrado pela insurgência dos atores de outras escalas que dominam meios técnicos para tal. A tecnologia da informação e a democratização do conhecimento, organizados em rede e desigualmente distribuídos, torna o poder difuso e amplia os postulantes a imaginar projetos geopolíticos particulares. O entendimento de como ciência e tecnologia operam para estruturar

e desestruturar organizações espaciais é um fundamento central para análise a partir da geopolítica fragmentada. Possuir e dominar ciência e tecnologia garante legitimidade a alguns atores enquanto torna outros periféricos dentro de um campo de disputas. Ordenar, gerenciar e/ou controlar um território depende da posição estruturada do ator dentro do campo e de suas alianças. Afinal, transmissão do fluxo de informações e acesso às ideias novas são problemas do poder (CLAVAL, 1979); e nesta abordagem de geopolítica, o poder deve ser colocado a serviço do espaço (GALLOIS, 1990).

Uma abordagem a partir da geopolítica fragmentada pode ser uma lente caleidoscópica, capaz de perceber as intrincadas relações entre os atores organizados em rede multiescalares e dotados de metas conflitantes. Portanto, a nosso ver, tal abordagem carrega o potencial para construir os problemas geopolíticos de forma inovadora. O território não necessariamente é estático e o poder não emana de seu domínio, mas sim da capacidade de influenciar sua gestão e, a partir desse movimento, criar legitimidade social dentro do campo específico em que o ator está inserido. Essa relação é construída através das diferentes escalas incidentes no local. À luz analítica do que apresentamos como geopolítica fragmentada pretendemos investigar a formação de área protegida transfronteiriça entre Brasil e Peru, acreditando que tal perspectiva pode oferecer contribuições originais e adequadas à região.

A conservação ambiental ganha contornos geopolíticos quando o paradigma das áreas protegidas se estabelece no debate sobre proteção da natureza. Modernamente, elas existem desde o século XIX, pensadas para abarcar uma natureza contemplativa. No entanto, amparada pela biologia da conservação, as áreas protegidas incorporam conceitos científicos nas últimas décadas, como a noção de biodiversidade e são entendidas como estratégia eficiente para proteger espécies, seus habitats e ecossistemas. Implicitamente, regulação, delimitação e gestão surgem como fundamentos da conservação, aproximando-se ao conceito de território: uma parcela do espaço delimita, regida por códigos específicos e sobre a qual há exercício de poder. Reúnem-se, assim, todos os elementos necessários para que os “espaços da conservação” se tornem objetos de análise geopolítica. Como diz Albert (1992), as perspectivas da geopolítica seriam úteis para entender o desenvolvimento das áreas de conservação, os regimes de gestão criados para sustentá-las juridicamente e as relações de poder engendradas por elas. Não à toa aparecem conceitos amplos que tentam circunscrever a relação entre geopolítica e conservação ambiental, como ecologia geopolítica, geopolítica ambiental e, particularmente, geopolítica da conservação, que é capaz de teorizar as formas de territorialidade que ocorrem quando os territórios de conservação são reivindicados, controlados e disputados por diferentes atores,

como Estados concorrente, ONGs, organizações internacionais e comunidades locais (HODGETTS *et al.*, 2019).

Algumas percepções perpassam todos esses conceitos, como a participação de atores alheios aos estados na territorialização da conservação, representada pelas áreas protegidas, em múltiplas escalas. Nas palavras de Hodgetts *et al.* (2019, p.10),

“[...] the relevant actors in shaping these protected spaces are by no means limited to states; they increasingly include conservation NGOs (nongovernmental organizations). These organizations have become relevant political actors at both international and national scales (Larsen & Brockington 2017) and engage in acts of territorialization as they enact spatial strategies to create, expand, and connect protected areas of various scales (Dowie 2009; Adams et al. 2014). Furthermore, as the rationale for protected areas has developed over time (toward species and biodiversity conservation), global conservation treaties (and their associated bureaucracies and funding mechanisms) have emerged as important arenas through which ecological spaces within countries are shaped.”¹⁵

Acrescentaríamos que no campo da conservação desenvolver estratégias territoriais é exigência indispensável. Um ator que almeja ser dominante, ou que deseja permanecer como tal, não pode se furtar a ter um projeto geopolítico próprio com estratégias claramente discriminadas, independente da escala que esteja inserido. Pensar o território, assim como ferramentas vantajosas para executar sua gestão, é o básico para a disputa no campo conservacionista. Os acordos sobre conservação, as regras e mecanismos de financiamento são definidos, geralmente, em escala internacional. Nessa esfera é decidido o que deve ser conservado e de que maneira, se a conservação deve ser institucionalizada ou se intervenções individuais são mais proveitosas, com quais mecanismos a conservação vai ser mensurada e quais dimensões elas devem considerar. As recomendações produzidas nessa escala representam o resultado da disputa do campo e os mecanismos eficazes para a reprodução dessas disputas em outras escalas. E é no local, com suas contingências, que os planos tentarão se materializar.

Neste momento, atores marginalizados na disputa internacional, como agentes locais, povos indígenas, ONGs de menor capital, agentes ilegais, governantes periféricos, entre outros, passam à cena como protagonistas. Os discursos ambientalistas, dotados de cientificidade e argumentos técnicos, precisa se coadunar com a visão territorial de atores locais. Portanto, o

¹⁵ Tradução livre do autor: “os atores relevantes na formação desses espaços protegidos não se limitam de forma alguma aos Estados; eles incluem cada vez mais ONGs de conservação (organizações não-governamentais). Essas organizações se tornaram atores políticos relevantes em escala internacional e nacional (Larsen & Brockington 2017) e se engajaram em atos de territorialização à medida que decretam estratégias espaciais para criar, expandir e conectar áreas protegidas de várias escalas (Dowie 2009; Adams et al. 2014). Além disso, à medida que a lógica das áreas protegidas se desenvolveu ao longo do tempo (em direção às espécies e à conservação da biodiversidade), os tratados globais de conservação (e suas burocracias e mecanismos de financiamento associados) surgiram como arenas importantes através das quais os espaços ecológicos dentro dos países são moldados.”

pensamento geopolítico é parte indispensável para a existência do campo da conservação. Atualmente só é possível discutir conservação ambiental se levarmos em consideração aspectos geopolíticos.

Nesse sentido, a geopolítica, quando aplicada à conservação, poderia ser entendida em sentido duplo: como uma maneira de moldar as intervenções de conservação no território e como uma forma de entender as práticas conservacionistas e suas configurações contextuais (HODGETTS *et al.*, 2019). Incorporando a ideia ao nosso raciocínio, a geopolítica é, simultaneamente, o resultado da disputa do campo e o instrumento precursor de novas disputas; a escala transforma essa aparente contradição em desdobramento lógico. Por exemplo, a decisão por aumentar o número de áreas protegidas no mundo, particularmente no Sul global, é resultado da desigualdade de forças e influência entre países e entre grandes organizações internacionais. O delineamento da política ambiental surge na escala internacional e é resultado das tensões, conflitos, disputas e do desequilíbrio entre os participantes do campo da conservação ambiental. Já a efetivação das diretrizes se dá mediante a configuração local, as contingências materiais do território, que já dispõe de disputas de poder e de relações entre atores previamente organizados, exigindo a recomposição dos arranjos originais em novas configurações. É no local onde são retrabalhados os projetos geopolíticos importados, onde atores inusitados assumem protagonismo, dando início a novas disputas. A criação de uma área protegida, seu estabelecimento e sua manutenção incorporam aspirações múltiplas, do local ao internacional, gerando múltiplas territorialidades.

Geopolítica aplicada à conservação mobiliza conceitos científicos, como biodiversidade, para justificar a restrição de atividades sobre uma área, da mesma forma em que influencia o comportamento de Estados, organizações e grupo sociais sobre o território. Dissimulado sob pretenso argumento científico, é comum que narrativas ambientais se imponham como as “corretas”, privilegiando certas perspectivas enquanto marginalizam outras. (O’LEAR, 2013). O próprio “meio ambiente” se torna uma arena geopolítica. É comum se encontrar, dentro do campo conservacionista, opiniões contrárias à presença de humanos em áreas protegidas, incluindo povos tradicionais e indígenas, por exemplo. Subentendida está a noção de gestão eficiente da natureza e de hierarquia de saberes. Linguagem técnica e recursos tecnológicos avançados se sobrepõem à vivência ancestral dos povos indígenas e tradicionais, por supostamente propiciar uma conservação mais eficiente da natureza.

Ciência e técnica, como mencionado anteriormente no capítulo um, são de muita importância para o campo da conservação (já que contribuem para validar o conhecimento) e,

por conseguinte, são fundamentos da geopolítica ambiental, porque produzem argumentos para a criação de área protegidas. Atores que dominarem essa área de conhecimento, ou se associarem a ela, terão maior chance de verem implantados seus projetos geopolíticos de conservação. Esse novo elemento de poder é um trunfo dos atores emergentes contra os já historicamente situados, como os Estados nacionais.

Nesse sentido, é contraproducente abordar questões ambientais sob a perspectiva da geopolítica clássica, preocupada, por exemplo, com a securitização das fronteiras dos Estados-nações concorrentes (DALBY, 2009). A perspectiva ambiental desloca a discussão de fronteira concebida como zona frágil e vulnerável dos Estados, um problema, devendo ser resguardada, e a coloca no centro do debate, com outro significado. Agora, a fronteira é vista como alvo privilegiado para ações: uma vez que é a interface entre dois sistemas políticos e territoriais, comporta mais heterogeneidade dos atores, sobreposição de territorialidades, incidência de escalas de ação múltiplas e intencionalidades conflitantes.

A própria fronteira assume papel de destaque nas discussões ambientais por ser o loco do confronto entre o “mundo natural”, representado por biomas ou formações geoecológicas contíguas e o “mundo político”, por definir os limites de administração, gestão e controle de cada um dos Estados (ver, por exemplo, STEIMAN, 2008). Nesse sentido, ela pode ser observada como passando por uma verdadeira revalorização de significado e sentido. Se primeiro era vista como o elemento que serve para isolar e separar, e depois como algo inútil e ultrapassado, nesse momento, sob os auspícios do olhar ambiental, ela pode ser encarada como área de verdadeiros laboratórios de gestão conservacionista (IRVING, 2004; CUNHA, 2017), quer seja um projeto mais globalista, como o das grandes ONGs, impulsionados pelos ditames da IUCN, quer seja uma proposta local/regional, como a aliança transfronteiriça de indígenas. Vale ressaltar que em momento algum defendemos a ideia de que o poder do Estado territorial tenha se extinguido, nem que seja subordinado a algum outro. O que defendemos é que agora ele pode não deter mais o monopólio sobre a gestão de porções de seu território.

É por isso que a constituição de uma área protegida transfronteiriça, com tudo o que ela envolve, se torna um objeto de estudo excelente para a geopolítica fragmentada. É sobre o território da conservação transfronteiriça que vão incidir os projetos geopolíticos, as práticas de conservação por meio de agentes em rede, a busca de seus objetivos em locais específicos e as disputas do campo da conservação. No próximo capítulo, buscaremos ilustrar isso por meio da análise de cinco estudos de caso na região transfronteiriça entre Brasil e Peru.

5. OBSERVANDO A APT PELA LENTE DA GEOPOLÍTICA FRAGMENTADA

A exposição teórica e metodológica precedente converge para a aplicação prática da geopolítica fragmentada como instrumento analítico nos cinco casos descritos nesse capítulo. Todos tratam, direta ou indiretamente do processo de transfronteirização da conservação na região da Serra do Divisor, que se consolidou a partir de 2015. O primeiro aborda como a fronteira pode criar realidade geográficas desiguais e ser usada como argumento de projetos geopolíticos diferenciados. O segundo trata das disputas territoriais expressas na sobreposição de áreas protegidas e na coexistência de interesses divergentes sobre um mesmo território. O terceiro descreve o choque entre escalas que um processo de patrimonialização mundial pode criar. O quarto mostra como o processo transfronteiriço pode ser mobilizado em espaços externos à fronteira. E, por último, o quinto caso explora a visão dos objetos geográficos como atores-rede indispensáveis para se compreender o fenômeno da APT da Serra do Divisor.

5.1. Efeitos da Fronteira e projetos geopolíticos

O primeiro dos cinco casos retratados aqui talvez seja o mais emblemático porque envolve atores de naturezas distintas, heterogeneidades dentro de movimentos pretensamente coesos, disputas territoriais em escalas diferentes, projetos geopolíticos concorrentes e mobilizações a partir de configurações territoriais, além de exigir uma análise espaço temporal, já que as alianças entre os mesmos atores mudaram radicalmente na região ao longo do tempo (Anexos A e B).

O Vale do Juruá, no oeste da Amazônia, historicamente foi pensado como uma fronteira de recursos. Datam do século XIX as primeiras grandes expedições de reconhecimento e descrição da região segundo os desígnios do empreendimento da borracha e para o plantio de seringais, do lado brasileiro. Pelo lado peruano, formando uma grande unidade com a *selva central* do Peru, a região foi alvo do assédio extrativista (particularmente, o madeireiro aliado à exploração de petróleo e gás). Sua identidade regional é definida pelo cerco às florestas montado desde os grandes centros urbanos regionais de cada país em direção ao limite internacional. Seria como se o destino manifesto de cada um dos países fosse crescer rumo à divisa dos países, incorporando as florestas e as integrando à lógica territorial da região core de cada país. Cruzeiro do Sul, no Acre, conhecida como a capital do Juruá, e Pucallpa, capital do departamento de Ucayalli, ainda que separadas por aproximadamente 200 km de distância, não

mantem ligação terrestre ou ligação aérea regular. Se a geografia, muitas vezes inóspita¹⁶, dificulta a integração por terra, tampouco há muito esforço estatal para que as regiões se conectem. Nesse sentido, o limite internacional poderia ser encarado como um verdadeiro “muro”, limitando intenções de diálogo transfronteiriços. Porém, ainda que pese a falta de infraestrutura e o relativo isolamento, a comunicação entre os países nunca foi interrompida: as rotas fluviais e os varadouros serviram de caminho para que outros atores criassem uma identidade regional transfronteiriça.

Como exemplo estão os Ashaninka, um dos principais povos indígenas amazônicos, habitantes de amplo e descontínuo território, que se estende desde a Selva Central, no Peru, até a bacia do Alto Juruá, no Brasil, desigualmente distribuídos entre os países: estima-se que enquanto em solo peruano haja aproximadamente 100 mil Ashaninkas, no lado brasileiro o número não ultrapasse os dois mil, distribuídos em sete terras indígenas, todas situadas no estado do Acre, próximas aos afluentes do Juruá (PIMENTA, 2012b). A terra indígena Kampa do Rio Amônia, demarcada em 1992, faz fronteira com o Peru e reúne mais da metade das famílias Ashaninkas brasileiras, que vivem concentrados nos arredores da aldeia Apiwtxa, nas margens do rio Amônia, afluente do Juruá (PIMENTA, 2018). Essa aldeia tem papel de protagonismo na mobilização geopolítica regional. Subindo o rio Amônia, passando pelo marco fronteiro, se encontra a Comunidad Nativa Sawawo – Hito 40, comunidade Ashaninka peruana, com cerca de 200 pessoas, criada em 1994 por algumas famílias indígenas que viviam do lado brasileiro e que foram atraídas pelo governo peruano com promessas assistencialistas e se juntaram a outros Ashaninkas peruanos, tendo sido reconhecida como Comunidad Nativa em 1999 (PIMENTA, 2012b; 2018). As tensões, alianças e estratégias geopolíticas de ambas as comunidades ditam o ritmo de interação transfronteiriça na região, à parte dos acordos bilaterais oficiais firmado pelos países.

Tanto Brasil quanto Peru, historicamente, pensaram a região sob uma perspectiva desenvolvimentista, na qual elementos da natureza são concebidos como recursos naturais destinados a contribuir no desenvolvimento socioeconômico nacional. Porém, a partir da década de 1980, a exploração se intensificou de ambos os lados e a extração de madeira de lei, particularmente mogno e cedro, se tornou a principal atividade econômica na região. Para ilustrar, nesta época, o Juruá passou a ser chamado de “rio da madeira”. Além disso, o Peru autorizou a prospecção de petróleo em áreas destinadas à conservação e territórios indígenas

¹⁶ A Serra do Divisor que separa Brasil e Peru tem aproximadamente 3000 metros de altitude, por exemplo.

próximos ao limite nacional. Os Ashaninka se viram ameaçados por ambos os governos e reagiram de maneira diferenciada.

Do lado brasileiro, diante dessa nova frente de colonização e exploração os indígenas perceberam a necessidade de se organizar e defender seus direitos, sobretudo, os territoriais. Os Ashaninka do Acre se constroem como atores políticos nesse contexto. Durante a década de 1980 temas como desmatamento, perda de biodiversidade e injustiças socioambientais contra povos originários sensibilizaram a mídia internacional e a opinião pública em geral. Afinal, não havia passado nem dez anos desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, que reconhece a necessidade de proteção ambiental em escala internacional – e os olhos do mundo se voltam para a maior floresta tropical do planeta: a Amazônia. Aproveitando-se da oportunidade, os indígenas brasileiros articularam suas reivindicações políticas e culturais à retórica ambientalista e conseguiram visibilidade internacional (PIMENTA, 2012a). Realizaram, portanto, verdadeiro curto-circuito, angariando apoio de escalas superiores, com capacidade de mobilização mundial, driblando a negociação com o poder central estatal, firmando-se como atores centrais no campo conservacionista, momentaneamente, e conseguindo executar verdadeiros planos geopolíticos. A aliança firmada entre indígenas, grupos indigenistas e ambientalistas se disseminaram na Amazônia naquele momento e buscaram alcançar objetivos pragmáticos territoriais (CONKLIN & GRAHAM, 1995). A estratégia principal era pressionar instituições financiadoras internacionais, forçando que os subsídios econômicos somente fossem dados aos países desde que houvesse garantia de proteção ao meio ambiente e às populações locais¹⁷.

As lideranças indígenas se articularam com populações tradicionais importantes da região, como os seringueiros, discutindo a possibilidade de reivindicações territoriais conjuntas e desenhos políticos específicos que atendessem as suas demandas. As demarcações das primeiras reservas extrativistas nascem na esteira desse movimento de articulação política. Mesmo não sendo correto afirmar que a emergência do movimento indígena no Acre seja um fenômeno endógeno, devendo ser situado em processo mais amplo de afirmação política dos povos originários a partir dos anos 1970 pelo mundo, como defende Niezen (2003), se deve destacar o caráter local/regional inovador do movimento ao incorporar a realidade geográfica à

¹⁷ Pimenta (2012a) diz que, por exemplo, a aliança foi particularmente eficiente no Acre e obrigou o governo a rever, mesmo que momentaneamente, os objetivos de sua política de desenvolvimento regional em 1985. A aliança conseguiu aprovar o *Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas* na região, com intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento junto ao governo brasileiro, incluindo ineditamente pautas ambientais e indigenistas ao desenvolvimento regional.

sua estratégia. Firmar parceria com seringueiros que, historicamente, rivalizaram seus territórios, para dar corpo às reivindicações e unicidade à luta é um exemplo.

O instrumento político mais importante que resultou dessa aproximação foi a criação da Aliança dos Povos da Floresta, reunindo lideranças indígenas e seringalistas, em meados dos anos 1980¹⁸. Mesmo surgindo para responder conflitos específicos, a Aliança gerou movimentos mais abrangentes ao articular de forma original lutas sociais a problemáticas globais (ALMEIDA, 1994). A exploração sofrida por ambos os grupos se transformou em argumento essencial para o requerimento de territórios tidos como necessários para as populações. Com isso, Ashaninka brasileiros, sempre marginalizados pela ótica do Estado, conseguiram reconhecimento, via acesso aos circuitos globais de discussão ambiental; a consequência foi a concretização de antigos projetos territoriais indígenas. Os frutos da Aliança persistiram depois do seu fim: no início dos anos 2000, existiam mais de 20 organizações indígenas somente na região do vale do Juruá, articuladas com parceiros de diferentes escalas e setores, além de ser perceptível o aprimoramento das organizações políticas indígenas da região (PIMENTA, 2012b).

Nesse contexto favorável, os Ashaninka brasileiros alcançaram seu maior objetivo com a demarcação da TI Kampa do Rio Amônia, em 1992, e criaram, no ano seguinte, uma associação própria, Apiwtxa, com a intenção de encontrar alternativa econômica à extração prejudicial de madeira (PIMENTA, 2018). Desde então, a associação se tornou a principal protagonista em articulações políticas no Alto Juruá e na fronteira com o Peru buscando integrar diferentes atores (independentemente de serem indígenas) para implementar uma política abrangente para o Vale do Juruá, de maneira transfronteiriça. Longe de defender aqui que os indígenas brasileiros têm total autonomia, conseguem ter seus direitos territoriais respeitados e tem poder institucional para modelarem as políticas ambientais no país, a realidade mostra o quanto os conflitos socioambientais são desiguais e injustos para a população indígena. Porém, a existência de estatuto jurídico próprio, reconhecimento de existência e de seus direitos territoriais e o aprimoramento de instituições indígenas garantiram aos Ashaninka brasileiros maiores poderes de barganha com o governo desenvolvimentista brasileiro quando comparados com seus familiares peruanos, muito mais numerosos.

¹⁸ Eventualmente, a Aliança foi perdendo força e aos poucos foi desativada na década de 1990, em função de divergências entre lideranças indígenas e seringueiras (PIMENTA, 2012b). Parece que os grupos indígenas, com posição já consolidada dentro do campo conservacionista, e gozando de maior margem para negociações políticas, considerou mais benéfico para o movimento o distanciamento tácito do movimento seringueiro em busca de maior autonomia para seu pleito.

A inalienabilidade territorial das terras indígenas do Brasil, no que tange ao uso dos recursos florestais, não ocorre no lado peruano (OLIVEIRA, 2015). Uma simples mudança regulatória altera todo o contexto regional transfronteiriço e influencia diretamente no modo de vida dos indígenas Ashaninka peruanos. O Peru, nos últimos 50 anos, promoveu uma série de iniciativas para incentivar a colonização e a integração da Amazônia peruana ao restante do país; não à toa a região de Ucayali recebeu grande afluxo migratório (PIMENTA, 2012b). A partir da década de 1990 o Peru adota políticas desenvolvimentistas que conduzem à exploração dos recursos da sua Amazônia, de maneira predatória (PIMENTA, 2012a.). Sobretudo a exploração de madeira, mas também petróleo e gás, são encarados como estratégicos para o desenvolvimento do país. Com isso, toda a região do Alto Juruá peruano passa por profundo reordenamento territorial e os indígenas, menos assistidos social e politicamente, sofrem os principais impactos. As atividades da indústria petrolífera se sobrepõem a unidades de conservação e terra indígenas – caso exemplar é o da Reserva Territorial Murunahua, fronteira ao Parque Nacional Serra do Divisor, no Brasil, cujos habitantes são assediados por frentes madeireiras, garimpeiras e de indústrias do petróleo ao mesmo tempo (PIMENTA, 2012a).

Qualquer ingenuidade em julgar a política ambiental peruana mais predatória do que a brasileira deve ser afastada. Os dois Estados Nacionais optaram pelo modelo desenvolvimentista apoiados pela adesão do neoliberalismo entre as décadas de 1980 e 1990. Os governos de Ucayali e do Acre tentaram a partir desse momento superar os obstáculos físicos e integrar seus territórios, até então “virados de costas” um para o outro. Sob a égide de grandes planos geopolíticos continentais, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), os governos buscaram forjar rotas de escoamento para o grande volume de recursos naturais extraídos, incorporados como matéria-prima no circuito global de produção. A insurgente indústria asiática era o alvo e a saída pelo Pacífico, desejada.

A posição estratégica de conexão e de repositório de recursos do Alto Juruá se evidencia: a região precisava ser integrada ao mercado mundial de commodities. Os efeitos sobre as políticas desenvolvimentistas são sentidos de forma diferente pelos Ashaninka porque os indígenas brasileiros, articulando suas demandas locais às discussões globais, conseguiram, ainda que momentaneamente, ser protagonistas de algumas decisões políticas na região; forjaram, dessa maneira, condições para uma resistência mais organizada, que tinha no território seu sentido, respaldo e justificativa. Por outro lado, os Ashaninka peruanos enfrentaram políticas indigenistas mais excludentes, não tiveram sua identidade respeitada ou o seu direito

territorial salvaguardado. Exemplo disso é o tratamento destinado aos indígenas isolados¹⁹, muito comuns na fronteira entre Brasil e Peru. O Brasil dispõe de ações específicas para tratar com esses grupos, ao contrário do Peru, portanto incapaz de proteger, mesmo juridicamente, esta população ou seus territórios. Não é incomum que esses indígenas fujam de invasões madeireiras e de narcotraficantes e se refugiem em terras brasileiras, entrando em conflito com outras etnias locais. Segundo Pimenta (2012a), o ex-presidente do Peru, Alan García (1985-1990) chegou a negar publicamente a própria existência de indígenas isolados na Amazônia peruana, argumentando que o grupo populacional seria, na verdade, invenção de ambientalistas e indigenistas para breca a exploração de petróleo e gás da região.²⁰

O movimento de predação dos recursos originado no Peru não cessava ao encontrar o limite internacional; na prática, a existência da divisa era ignorada. Pelo esgotamento dos recursos naturais em seu território ou por falta de alternativa econômica, madeireiros invadiram a TI Kampa do Rio Amônia, a despeito de seu reconhecimento oficial (PIMENTA, 2018). A atitude mostrou para as lideranças da Apiwtxa que qualquer política ambiental que pretendessem implementar deveria ter caráter regional: o entorno de seu território deveria ser sempre considerado e não apenas a terra indígena, em si. A ambição era construir um plano de gestão ambiental de toda a bacia do Juruá, sensibilizando e incorporando os vizinhos (sejam eles indígenas ou não), articulando parcerias estratégicas e projetando seu raio de ação para além do limite internacional (PIMENTA, 2018).

Recorrendo ao princípio de alteridade e percebendo que a floresta é vista como mero recurso natural sob a perspectiva do Estado, os Ashaninka brasileiros começaram a explorar a dimensão política da natureza. Para além de seu valor cultural para a comunidade, a natureza vira também instrumento para desenvolver política territorial inovadora e alinhada com os condicionantes locais. Empregando a experiência adquirida com a Aliança dos Povos da Floresta, entendem que a exequibilidade de sua política ambiental regional depende do apoio internacional: passam, portanto, a alinhar sua visão de conservação às discussões “mais quentes” no campo da conservação. Se as áreas protegidas transfronteiriças estão em evidência no debate internacional, por que não pensar a gestão do Alto Juruá, região com uma das maiores biodiversidades do mundo, sob esta perspectiva?

¹⁹ Chama-se de povos indígenas isolados os grupos indígenas que vivem em isolamento ou sem contato constante e significativo com as sociedades nacionais e/ou que mantem fraca frequência interativas com não-índios e/ou com outros povos indígenas.

²⁰ Não obstante ao negacionismo do presidente, estudos mostram que existem indígenas isolados em pelo menos duas reservas territoriais peruanas próximas à fronteira com o Brasil: a Isconahua e a Murunahua (PIMENTA, 2012^a).

Incidem sobre a região, portanto, três visões de fronteira: a cultural, separando intraetnicamente os Ashaninka entre peruanos e brasileiros; a econômica, como frente de expansão para os projetos desenvolvimentistas para os governos; e política, não apenas por delimitar a soberania de dois países, mas sobretudo, pela tentativa dos diferentes grupos de controlar ou administrar territórios fronteiriços, em uma verdadeira geopolítica fragmentada – jogo de disputas, alianças e rupturas executado por atores de diferentes naturezas operantes em múltiplas escalas sobre um mesmo espaço. É tamanha a complexidade dos projetos geopolíticos que tentaram ser implantados na região que sua análise deve ser dividida em dois períodos.

A primeira se inicia no final da década de 1990 e vai até o fim dos anos 2000, caracterizada pelos atritos entre os Ashaninka brasileiros e peruanos, impelidos a avançar sobre territórios vizinhos por empresas madeireiras, por sua vez apoiadas pelo governo peruano. A maioria dos conflitos na região foram motivados pela ação do capital privado, em aliança com os governos nacionais que fomentaram concessões madeireiras e minerais; agravando a situação, agentes ilegais seguiram o rastro da agitação e se valeram tanto da fragilidade do território fronteiriço quanto da instabilidade local causada pelos conflitos (OLIVEIRA, 2015). No início dos anos 2000, o governo do Peru cedeu 7,5 milhões de hectares para a exploração madeireira, transformando cerca de 30% da Amazônia peruana em “*Bosques de Producción Permanente*”, com metade dessas áreas situadas na fronteira do país com o Brasil (PIMENTA, 2018). Nessa época, em Ucayali a madeira se tornou o principal recurso florestal e sua exploração aumenta aceleradamente, sendo a fonte dos principais conflitos na região²¹. A estratégia do governo, além de promover o desenvolvimento econômico do país, foi ocupar e integrar a região fronteiriça às áreas centrais e dinâmicas do Peru. A liberação de terras para exploração das empresas foi o artifício ideal para cumprir o objetivo. Ambos saíam ganhando: o governo aumentaria sua receita e controlaria a região de fronteira (particularmente, ao minar o poder de organizações ambientalistas e indígenas, vistas como potenciais pontos de fragilidade para a segurança fronteiriça) e as empresas teriam livre acesso aos recursos naturais e à exploração de madeira. Não à toa o Peru se tornou um dos maiores exportadores de madeira tropical do mundo na época, abrindo brechas para uma série de ilegalidades e injustiças

²¹ Para Oliveira (2015), há três fatores problemáticos decorrentes das concessões florestais naquela região: “O primeiro, as extrações permanecerem sob a competência do *Ministerio de Agricultura*, sem o MINAM [*Ministerio del Medio Ambiente*] exercer autoridade quanto às irregularidades decorrentes. O segundo, devido à proximidade ou mesmo a sobreposição desses bosques às áreas protegidas, em especial as reservas territoriais para índios isolados. E o terceiro, que além do Peru causar um grande impacto negativo em seu território com essa ampla política de concessões florestais, parte dos concessionários ultrapassam seus limites legais e o reflexo dessa irregularidade é sentida no Brasil”.

ambientais: o Banco Mundial estimou, em 2012, que 80% da madeira peruana era extraída de forma ilegal (GONÇALVES, 2012), com ampla invasão a territórios indígenas. Além disso foram abertas várias trilhas cruzando a fronteira e cortando áreas protegidas, como o Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre, para o escoamento da produção (PIMENTA, 2018).

Caso emblemático envolveu a madeireira peruana Forestal Venao e os Ashaninkas. A empresa prometeu auxiliar os Ashaninkas da Comunidad Nativa Sawawo – Hito 40 no reconhecimento legal de seu território, o que aconteceu em 1999, e desenvolver planos e manejo sustentáveis eventuais reflorestamentos, que não foram cumpridos. Em troca, os Ashaninkas deveriam obter a permissão para explorar madeira em seu território (o que conseguiram junto ao *Instituto Nacional de Recursos Naturales* – INRENA) e firmar um contrato com a Venao. Ao que parece, a empresa lançou mão dessa estratégia para driblar a burocracia estatal e não depender da concessão florestal dada pelo governo peruano, negociando diretamente com os indígenas. Segundo Pimenta (2012b), dentro do plano legal, a Venao aplicou a lógica do aviamento, forneceu maquinários pesados e delegou o trabalho braçal a patrões regionais, encarregados de contratar mão de obra barata, muitas vezes entre os próprios Ashaninka. O povo indígena passava por dificuldades consideráveis. Não tendo apoio constitucional ou mesmo seu direito territorial reconhecido, como acontecia com sua contraparte étnica brasileira, tinham dificuldade de se organizar em cooperativas ou de se manter economicamente sustentáveis. Habitualmente viviam de seus roçados, da caça e da pesca e costumavam vender as carnes e peles de animais silvestres no município de Tipisca, após andar por mais de oito horas em trilhas florestais (PIMENTA, 2018). A prestação de serviços no corte da madeira e em atividades agrícolas fora das aldeias também era comum. A empresa transformou a carência econômica e de meios para se manter dos Ashaninkas e a busca por reconhecimento de seu território em barganha.

No âmbito legal, o comportamento da empresa já suscita questionamentos sobre os termos do acordo. Porém, a Venao foi acusada de cometer ações ilegais. Sua atividade extrativa não se limitou ao Peru, invadindo o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Acre, acirrando os conflitos entre os Ashaninka de ambos os lados da fronteira (PIMENTA, 2012b). Verdum (2010) denuncia ainda a abertura de uma estrada ligando o povoado de Nueva Italia²², no rio Ucayali, com a região do Alto Juruá, no qual a

²² Ainda hoje, a infraestrutura criada pela estrada e a consequente reordenação territorial local ainda causam problemas para a região. A reabertura ilegal por parte de empresas madeireiras peruanas da UC-105, estrada que liga Nueva Italia e Puerto Breu, no Peru, é alvo de diversas críticas porque muitos de seus pontos se encontram a menos de 11 km da fronteira com o Brasil e com a TI Kampa do Rio Amônia. Além disso, a rodovia, e sua

madeira era obtida, e a ampliação de estradas que cortavam outros territórios indígenas peruanos. A empresa abriu e administrou uma estrada de aproximadamente 160 km utilizada para o tráfego de tratores e caminhões e o escoamento da produção, com trechos a menos de 200 metros da fronteira, coincidindo com os limites da TI Kampa do Rio Amônia e da Resex Alto Juruá (ISA, 2008).

Ainda em 2008, durante o seminário "*Índios Isolados e Dinâmicas Fronteiriças no Estado do Acre: políticas oficiais e agendas futuras para sua proteção*", ocorrido em Rio Branco, em dezembro, lideranças Kaxinawá do rio Breu informaram a respeito da chegada à margem esquerda do rio, em território peruano, de famílias Ashaninka peruanas, provenientes da Selva Central, que estabeleceram duas aldeias em área proposta para a criação da Reserva Comunal Yurua, pleiteada pela AIDSESEP, ORAU e ACONADIYSH, desde 1996 (ISA, 2008). As duas aldeias, defronte à TI Kaxinawá-Ashaninka e à Resex do Alto Juruá, incidiram sobre território peruano tradicionalmente utilizados por Kaxinawá e Ashaninka brasileiros, criando conflito e desestabilizando regionalmente a estratégia indígena de Apiwtxa de executar a gestão transfronteiriça e integrada da região do Alto Juruá. As lideranças denunciaram que a chegada dessas famílias foi incentivada pela madeireira Forestal Venao: os indígenas receberam apoio financeiro da empresa após sua alocação e apoio na reivindicação de reconhecimento dessas novas aldeias como comunidades nativas, assim como na titulação do território recém ocupado (ISA, 2008). A estratégia parece ser clara: a empresa impele os Ashaninkas a ocupar novas terras e reclamá-las para si, assegurando respaldo institucional para suas titulações mediante o ressarcimento posterior com a venda de madeira a ser retirada desses territórios. Na prática, além de burlar a burocracia estatal, a empresa garante posse imediata do território e incorporação de novas áreas madeireiras ao usar os indígenas peruanos como “ponta de lança” para suas estratégias. Os conflitos ficariam restritos aos Ashaninkas, os lucros à empresa e o modelo produtivo de ocupação efetiva da fronteira agradaria ao Estado.

Do lado brasileiro, os Ashaninkas, reunidos em torno da Apiwtxa, acusaram a Forestal Venao por invasões sistemáticas à TI Kampa do Rio Amônia e ao Parna Serra do Divisor, sendo pioneiros na denúncia e ganhando repercussão na mídia nacional e internacional (PIMENTA, 2018). A mobilização de Apiwtxa levou a Polícia Federal e o Exército a intensificarem a

ocupação descontrolada, é ameaça a mais de 30 comunidades indígenas e tradicionais em território peruano e brasileiro. O dossiê "*A estrada ilegal "Nueva Italia – Puerto Breu": uma grande ameaça para os povos indígenas do Yurua, Alto Tamaya e Alto Juruá*" montado pela Apiwtxa junto a outras organizações indígenas e ambientalistas, em 2021, discute essa problemática.

fiscalização sobre a região e muitos Ashaninkas brasileiros participaram da operação. Por sua vez, o governo do Acre, pressionado pelos indígenas, abriu negociação diplomática com o Peru para resolver a questão. Por exemplo, Jorge Viana, governador do estado (1999 - 2007) à época, criticou a política ambiental do país vizinho e defendeu uma faixa de 40 km ao longo do limite internacional na qual a exploração fosse vedada. O que devemos destacar é que os Ashaninka brasileiros estavam tão organizados a ponto de conseguirem acessar a esfera governamental de negociação, fazer pressão e exercer influência em políticas ambientais, institucionalizando a luta e fortalecendo meios para implantar seus projetos geopolíticos transfronteiriços.

No entanto, as diferenças intraétnicas entre os Ashaninka se acentuaram. Os indígenas brasileiros acusavam os peruanos de invasão de suas terras, perda da identidade e cumplicidade com os madeireiros e seus projetos de exploração (PIMENTA, 2012b). A diferente perspectiva sobre uso do território e escolha de alianças distanciaram os Ashaninka peruanos dos brasileiros, os colocando muitas vezes em conflito, direta ou indiretamente. Nunca chegaram a romper relações, devido aos laços étnicos e familiares mantidos, mas o relacionamento se deteriorou, visitas se tornaram mais raras e restrições de contato foram mantidas. A fronteira política entre Peru e Brasil, ao criar condições institucionais diferenciadas para lidar com a população indígena, permitiu práticas territoriais distintas para uma mesma etnia. Nesse sentido, a fronteira, tomada como símbolo de distinção, teve efeito na construção imaginária de identidades entre os Ashaninka: Pimenta (2012b) relata que os indígenas brasileiros assumiam que conseguiram se libertar da opressão do homem branco ao se organizarem politicamente enquanto os peruanos, por decisões egoístas, se uniram aos projetos desenvolvimentistas, carecendo de conscientização política.

Entretanto, o avanço indiscriminado da empresa sobre as florestas, o não cumprimento das promessas iniciais feitas pela Forestal Venao, a falta de apoio do governo peruano, e a força política mostrada por seus familiares brasileiros fizeram com que os Ashaninkas do Peru começassem a modificar sua atuação, ainda em meados da década de 2000. A exploração de madeira aumentou a dependência econômica da comunidade, além de degradar e esgotar as espécies florestais e animais, aproximando as lideranças locais às lideranças da Apiwtxa em busca de alternativas econômicas sustentáveis e a criação de uma agenda política comum entre os indígenas de mesma etnia (PIMENTA, 2012b). Em 2004 é fundada a Associação Regional do Povo Ashaninka do Ucayali (ARPAU), com o desafio de unir as mais de 150 comunidades Ashaninka da região; e ainda que no começo a organização existisse sem recursos financeiros, sem estrutura ou atuação concreta, simbolicamente representou a mudança pretendida pelos

Ashaninka peruanos (PIMENTA, 2018). No mesmo período, os Estados nacionais sul-americanos estreitam a articulação visando implementar infraestruturas integradas para além de suas fronteiras, atendendo aos interesses do mercado, sob os auspícios da IIRSA. Por sua vez, a Apiwtxa entendia a necessidade de fortalecer a união transfronteiriça para garantir seus direitos territoriais e pensar numa política regional articulada, uma vez que o problema que enfrentavam atravessava a fronteira e seus oponentes se aproveitavam da instabilidade fronteiriça para se organizar. Nas palavras de Pimenta (2018, p.6):

“As ameaças vindas do país vizinho e as políticas desenvolvimentistas do governo peruano fizeram da fronteira internacional, que margeia parte da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, um problema extremamente sensível, capaz de pôr em risco todas as ações dessa comunidade em prol da sustentabilidade de seu território. Diante deste cenário, a APIWTXA, além das alianças construídas com os brancos e outros índios do Alto Juruá brasileiro, procurou expandir sua agenda política para o país vizinho, buscando parcerias com comunidades e associações indígenas peruanas, principalmente, com seus parentes Ashaninkas, considerados peças-chave nesse processo de união transfronteiriça em prol do desenvolvimento sustentável.”

A existência da fronteira política separando os Ashaninka propiciou diferentes experiências de mobilização e articulação geopolítica. A demarcação da TI Kampa do Rio Amônia, cujos limites coincidem com a divisa internacional garantiu aos Ashaninkas brasileiros a consciência de que as ameaças fronteiriças significavam ameaça ao seu próprio território e, por consequência, sua sobrevivência. A decisão dos Ashaninka peruanos em se aliarem ao capital empresarial extrativista fragilizou a posição dos indígenas brasileiros. Para a sobrevivência dos projetos geopolíticos dos Ashaninka brasileiros, essa aliança não apenas deveria ser rompida, mas a posição dos Ashaninka deveria ser transformada radicalmente. Por isso, quando os Ashaninka peruanos dão indícios de mudança em seu comportamento, a Apiwtxa se coloca como parceira natural (seja porque laços de parentesco e amizades nunca foram perdidos, seja porque regionalmente é o principal ator político na causa indígena). Segundo Pimenta (2018), os objetivos dos grupos são distintos. Os Ashaninka do Rio Amônia, organizado em torno de Apiwtxa, tem um ideal político maior: desenvolver verdadeira etnopolítica e investir na construção de alianças, articulando indígenas e não indígenas, brasileiros, peruanos e demais atores do campo conservacionista e/ou indigenista numa gestão transfronteiriça regional capaz de resistir aos assédios desenvolvimentista das empresas e dos estados nacionais. Tentam criar um projeto geopolítico próprio, forte o suficiente para lidar com os problemas fronteiriços, como ilegalidade e periferização, especificamente, e responder aos projetos geopolíticos integradores e economicistas, no plano geral. Por outro lado, os Ashaninkas de Ucayali passaram a enxergar a aliança com seus parentes do lado brasileiro como uma oportunidade de união transfronteiriça Ashaninka para se fortalecerem politicamente

contra o Estado do Peru e do próprio movimento indígena regional, personificado na Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP), no qual não se sentem contemplados e atendidos. Ou seja, um propõe projeto político ousado e inédito para a região enquanto o outro reclama maior autonomia: as próprias demandas particulares são tributárias da distinção causada pela separação fronteiriça, ao longo do tempo, assim como das consequências territoriais do fenômeno.

Com o fim das atividades da Forestal Venao, a partir de 2007 as invasões diminuíram na Comunidad Nativa Sawawo – Hito 40, a associação Apiwtxa assume protagonismo como principal articuladora e promotora de política regional transfronteiriça e os Ashaninka estreitam laços, finalmente (PIMENTA, 2018). A união elege como primeiro alvo o combate às atividades ilegais fronteiriças, como a ação de madeireiros e narcotraficantes na região do Alto Juruá. A aliança se expande e outras comunidades peruanas passam a participar, como a Comunidad Nativa Saweto.

A ação transfronteiriça em conjunto desmobiliza acampamentos ilegais do lado peruano a 200 metros do Brasil, encontra árvores nobres marcadas para derrubada e retirada e ajudam a desmobilizar esquemas ilegais transfronteiriços. Pimenta (2018) aponta que os indígenas se aliam ao exército e à Polícia Federal nas empreitadas e são responsáveis pela fiscalização da fronteira, identificando e destruindo acampamentos ilegais, prendendo madeireiros ilegais, desativando laboratórios clandestinos de pasta base de cocaína, entre outras ações, inclusive em áreas mais distantes de suas aldeias e terras indígenas, como o Parque Nacional da Serra do Divisor.

A força da aliança indígena transfronteiriça pôde ser constatada em 2015 quando, no âmbito do Programa Fundo Amazônia, a Apiwtxa foi contemplada com o *Projeto Alto Juruá*, financiado pelo BNDES no valor de 6,6 milhões de reais, o primeiro projeto concebido e apresentado diretamente ao Fundo Amazônia por uma aliança indígena sem intermediação do setor público ou de ONGs; o projeto inclui uma agenda política transfronteiriça, indicando ações previstas e dirigidas a seis comunidades Ashaninka peruanas da região da fronteira (PIMENTA, 2018)²³. Trata-se de um exemplo de curto-circuito na rede de atores, pois os

²³ “Com duração de três anos, prevê ações em três áreas principais, sendo duas terras indígenas (Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu) e uma unidade de conservação de uso sustentável (Reserva Extrativistas do Alto Juruá). Abrange um território de 624.668 hectares, correspondente a 80% do município de Marechal Thaumaturgo e beneficia uma população de cerca de oito mil pessoas, formada por indígenas e extrativistas. Seu objetivo geral é promover o manejo e a produção agroflorestal nessas comunidades como alternativa econômica sustentável ao desmatamento, além de apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território e fortalecer as organizações comunitárias.”. (PIMENTA, 2018, p.20).

indígenas dispensam os nós historicamente centrais na negociação de conservação e gestão ambiental, como as ONGs ambientalistas e os intermediários do governo. Além disso, forçam a reorganização do campo conservacionista ao pensar projetos geopolíticos regionais de maneira transfronteiriça. Obrigam, com isso, a transformação nas relações de poder do Alto Juruá partindo de entendimento territorial para resolução da ilegalidade e da degradação ambiental, historicamente marcante naquela região de fronteira. No mesmo ano realizam o I Congresso Binacional do Povo Ashaninka-Asheninka Brasil/Peru, em Pucallpa, organizado numa parceria entre a APIWTXA e organizações indígenas peruanas, reunindo aproximadamente 130 lideranças Ashaninka de ambos os países para identificar problemas e discutir estratégias compartilhadas.

No entanto, os atores políticos dominantes nas decisões geopolíticas regionais e no campo da conservação começam a oferecer resistência. O encontro binacional despertou espanto do governo de Ucayali, que pediu esclarecimentos sobre seus objetivos (PIMENTA, 2018). Mas a maior preocupação veio do próprio movimento indígena da Amazônia peruana: os dirigentes de AIDSESEP E ORAU demonstraram inquietação com a organização do evento e da proximidade entre os Ashaninka. Segundo eles, isso poderia enfraquecer e dividir o movimento indígena. A AIDSESEP é a principal associação indígena da Amazônia do Peru, agrupa 64 povos, conta com nove organizações indígenas regionais, 109 federações e representa mais de 1800 comunidades indígenas. Por sua vez, a ORAU é a representante regional da AIDSESEP²⁴ no Ucayali. O que estava em jogo era a legitimidade socialmente reconhecida das organizações arbitrarem e projetarem políticas indigenistas na Amazônia peruana. Nesse sentido, a articulação dos Ashaninka do Peru com atores regionais brasileiros significaria perda de dominância para a AIDSESEP.

Interessante perceber que, por esse ângulo, os desígnios do movimento indígena majoritário se aproximam às intenções do governo peruano, mesmo que por motivos distintos. O Estado recorre ao velho argumento de que interações entre atores transfronteiriços fragilizam a unidade e segurança nacional, enquanto o grupo indigenista institucionalizado argumenta que a aliança transfronteiriça fragmenta internamente o movimento indígena peruano. Curiosamente, a ação de agentes ilegais e de empresas extrativistas não parece ter despertado tanta comoção de ambas as organizações. Ainda assim, Ashaninka de ambos os lados da

²⁴ A primeira vez que um Ashaninka foi eleito presidente da AIDSESEP foi em dezembro de 2017 (PIMENTA, 2018). Isso mostra, ao mesmo tempo, a condição marginal que a etnia se situava na política indígena regional até aquele momento e a recente emergência dos Ashaninkas peruanos como atores políticos centrais.

fronteira tem estreitado laços e a associação Apiwtxa vem tendo cada vez mais relevância na região transfronteiriça.

Aplicar a perspectiva da geopolítica fragmentada sobre esta região e a interação territorial e de poder entre os atores nos permite entender melhor algumas coisas. A primeira é a capacidade que a fronteira tem de forjar realidades geográficas diferentes e desiguais. Uma mesma etnia dispersa e separada por poucos quilômetros, mas cortada pelo limite internacional entre Brasil e Peru, sentiram de maneira diferente os assédios desenvolvimentistas de seus respectivos governos centrais, tem estatuto legal e institucional diferentes e gozam de capitais políticos muito desiguais. A realidade geográfica criada pode se impor de tal maneira a dividir uma mesma população indígena, levando à criação de arranjos próprios que melhor atendam suas necessidades circunstanciais e perenes de seu lado do limite político internacional. Os Ashaninka peruanos, desassistidos de políticas públicas voltadas às suas demandas, viram na proposta de uma madeireira o jeito de terem seus direitos reconhecidos. Por sua vez, operando a partir do reconhecimento social de sua causa, os Ashaninka brasileiros conseguiram consolidar seus pleitos territoriais recorrendo aos circuitos internacionais de discussão do meio ambiente e fazendo pressão sobre atores políticos estratégicos.

A região do Juruá é resultado da sobreposição conflituosa de diferentes projetos geopolíticos engendrados por diferentes atores e escalas. Os governos nacionais se preocupam com a sua articulação com as principais economias do mundo, demandantes de matéria-prima. Porém esbarram na conformação da realidade concreta e material do local: há atores regionais propondo projetos geopolíticos alternativos, de integração mediante a conservação, aproveitando da onda conservacionista discutida internacionalmente para afastar a gerência de ONGs alheias, interesses privados e atores sem vinculação com a região do Juruá.

A coesão interna dos movimentos sociais e políticos passam pelo crivo do território. Ingenuamente, podemos aceitar a unidade como característica definidora de um movimento, consentindo poucas ações contraditórias para seus atores internos. Porém, ao admitir que a conservação ambiental é um campo, é perceptível a fragmentação interna dos grupos anteriormente vistos como coesos, suas estratégias para romper os limites impostos pela sua escala de ação e a busca por articulação imediata e eficaz. Os atores que constituem o movimento indigenista competem entre si pelo reconhecimento de sua legitimidade junto a seus pares: isso facilitaria a organização territorial regional e a adoção de seus projetos políticos, por exemplo. A coisa ganha mais complexidade na escala transfronteiriça. Atores pertencentes a um grupo podem ser aparelhados por outros: os Ashaninka peruanos serviram como “pontas de

lança” para os ganhos empresariais, aliados aos interesses governamentais, contra seus familiares brasileiros de mesma etnia; o governo do Acre, desenvolvimentista, se viu obrigado pela pressão indígena e da mídia nacional e internacional a interceder junto ao governo do Peru para cessarem as invasões e roubos de madeira na fronteira, indo contra seus interesses em uma integração da infraestrutura. As contradições só existem quando não se admite que a escala é fundamental para entender os fenômenos geopolíticos. E os atores, territorialmente situados, a mobilizam segundo seus interesses e pretensões. Alianças mantidas, em um determinado momento e em uma escala definida, não necessariamente serão as mesmas em outro recorte temporal. Os Ashaninka peruanos rivalizaram com os brasileiros, primeiramente; ao perceber os ganhos políticos obtidos por estes e o seu acesso a escalas internacionais mais efetivas para resolver seus problemas locais, abdicaram das antigas alianças e se integraram à luta pela gestão transfronteiriça do Alto Juruá.

A realidade geográfica criada pela sobreposição de diferentes projetos geopolíticos é tão intensa que problematiza algumas “verdades” sobre a fronteira. Acredita-se, comumente, que a presença de indígenas nas fronteiras pode ser um perigo à manutenção da integridade nacional. Sentindo-se pertencentes a nações próprias não haveria motivo para que indígenas respeitassem os limites territoriais nacionais. A situação tenderia a se agravar quando a etnia em questão fosse transfronteiriça e mantivesse estreitos laços com seus parentes do outro lado da fronteira. Tal perspectiva coloca em choque constante a securitização com a vivência na fronteira. Porém, as lentes da geopolítica fragmentada nos permitem enxergar que, nessa região, as alianças intraétnicas através da fronteira não requerem o reconhecimento de territórios independentes. Pelo contrário, recorrem a instrumentos dos Estados nacionais, como o policiamento e os exércitos nacionais, para juntos dos indígenas, coibirem atividades ilegais que fragilizam as fronteiras nacionais, porque entendem que sua sobrevivência depende desta intervenção.

5.2 Sobreposições e disputas territoriais e competição no campo conservacionista.

O segundo caso selecionado demonstra a fragmentação interna no campo conservacionista. Expõe as contradições e disputas de atores que, sob a visão do senso comum, deveriam ser aliados e complementares em sua intenção de sobrevivência e preservação. A disputa territorial é o ponto de divergência entre indígenas, gestores de parques, órgãos ambientais e governamentais. Isto é, a competição pelo usufruto de uma mesma área visando empregar concepções conservacionistas próprias, e, por meio desta estratégia, tornar legítima sua existência (Anexo C).

No Peru, em meados dos anos 2000, uma coligação formada por algumas ONGs (como TNC e WWF Peru [STEIMAN, 2008]), organizações indígenas (como AIDSESEP) e setores do governo pressionaram para a criação da área protegida que contemplasse a *Sierra del Divisor*. Em 2006, foi decretada a *Zona Reservada Sierra del Divisor*. Embora encarado como triunfo de uma articulação bem-sucedida entre atores de origens e em escalas diferentes dentro do movimento ambientalista, uma zona reservada é uma categoria transitória, segundo a lei de áreas naturais protegidas nº 26834 (PERU, 1997). Zonas reservadas são estabelecidas sobre áreas que reúnem condições consideradas necessárias para a proteção da natureza, mas que ainda requerem a realização de estudos complementares para determinar, entre outros, a extensão e categoria final na qual poderiam ser classificadas. A categoria apresenta maior fragilidade jurídica e pode ser desmobilizada conforme a vontade do poder público. Portanto, sua criação parece ter sido o resultado da tensão entre os anseios conservacionistas e os projetos políticos desenvolvimentistas do governo peruano, representado pelas tendências extrativistas. O executivo federal do Peru, ao mesmo tempo, reconheceria a importância ecológica da área e não tornaria proibitiva a realização de atividade econômica em seu interior.

Apenas em 2015, após mais de nove anos de campanha, a Zona Reservada foi transformada em Parque Nacional, categoria de maior proteção na legislação do país. O decreto vem na esteira do fortalecimento de órgãos ambientais no país, como a criação, em 2008, do *Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado* (SERNANP), um organismo técnico público especializado vinculado ao *Ministerio del Ambiente*, cujo objetivo é dirigir e estabelecer os critérios técnicos e administrativos para a conservação de áreas naturais protegidas; e a melhor organização política dos indígenas, como visto no caso anterior, em volta de organizações como AIDSESEP e outras organizações regionais, como ORPIO e ORAU .

O objetivo dos grupos que participaram da elaboração do decreto era o mesmo: garantir maior grau de proteção ambiental, respaldado pela legislação, contra os investimentos extrativistas e predatórios. Porém, as ideias sobre o uso do território são bem distintas entre si. Se num primeiro instante, há maior coesão entre os atores, o próprio decreto do parque²⁵ expõe suas fraturas internas. A principal divergência entre gestores do parque e as organizações indígenas está na concepção de conservação e seus efeitos sobre os grupos de indígenas isolados

²⁵ Apenas como presságio das disputas territoriais que estavam por vir, a própria *Sierra del Divisor* perdeu cem mil hectares em sua transição de Zona Reservada para Parque Nacional. Como o Parque é uma área de uso indireto, não pode comportar habitações, segundo a lei de áreas naturais protegidas (LEI Nº 26834, 1997). Isso significou a retirada de porções que comportavam comunidades campesinas e ribeirinhas do desenho final do parque.

que habitam a área do parque nacional: os ambientalistas defendem que a presença de comunidade humana fragilizaria a conservação da natureza; por sua vez, os indígenas argumentam o oposto (CLARK, 2016).

A lei nº 28736 (PERU, 2006) estipula que os povos indígenas em isolamento ou contato inicial devem ter seus territórios reconhecidos como Reservas Indígenas. São terras delimitadas pelo Estado e que possuem “intangibilidade transitória”, isto é, são intangíveis apenas enquanto se mantiver a condição de isolamento e/ou contato inicial desses grupos indígenas, podendo ter seu status alterado haja modificação nessa configuração. Sobre o Parque Nacional se sobrepõe três desses territórios: a Reserva Territorial Isconahua e as propostas de Reserva Indígena Yavarí-Tapiche e Sierra del Divisor Occidental.

A Reserva Isconahua foi reconhecida em 1998, antes da promulgação da lei para os isolados. Ainda se encontra sob a categoria de “Reserva Territorial” – que são os territórios de isolados reconhecidos antes de 2006 e cuja proteção é de caráter regional, e não nacional (CLARK, 2016). Já as duas outras propostas encontram-se ainda em fase de reconhecimento e, embora necessite de urgência neste processo devido à exposição dos isolados, enfrentam resistência de órgãos estatais e da própria gestão do Parque Nacional *Sierra del Divisor*. Embora apresentem estudos em curso e contem com opinião técnica favorável do *Viceministério da Interculturalidade*, referendada pela Comissão Multisetorial para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial (instância responsável por analisar as propostas de reconhecimento territorial dessa população no Peru), as duas propostas de Reserva foram ignoradas no processo de categorização pelo SERNANP (CLARK, 2016). A consequência foi a desconsideração da existência de isolados na área do PNSD no Decreto Supremo de Criação do Parque. Apenas os direitos dos isolados da Reserva Isconahua foram salvaguardados. Isto significa que, pelo menos no momento de decretação do parque, tanto sua gestão quanto o governo dissimularam a presença dos indígenas isolados e não reconheceram seus direitos territoriais.

María Elena Díaz, gestora do parque à época do decreto, justifica a omissão argumentando que no momento da recategorização foi considerado apenas o que estava oficialmente reconhecido e outorgado. Segundo ela, houve consulta prévia aos indígenas locais e o zoneamento elaborado tentou levar em consideração seus requerimentos. Por exemplo, a Reserva Indígena Isconahua somente teria sido incluída nos limites do parque a pedido das organizações indígenas. Finaliza dizendo que o tema dos isolados é de competência do Ministério da Cultura e não do Meio Ambiente e que não haveria nenhum documento formal

garantindo que os indígenas isolados habitantes das duas reservas pleiteadas existam de fato, e por quais áreas específicas eles se deslocariam (CLARK, 2016).

Por considerar a conservação ambiental como sinônimo de proteção máxima à uma pretensa natureza intocada, muitas vezes a concepção de gestores de áreas protegidas tendem a ver a presença humana como um elemento de fragilização da unidade biológica. A sobreposição com territórios indígenas também significaria o compartilhamento de cadeiras no conselho gestor com representantes indígenas, ou seja, incorporar ao centro de decisões do parque as disputas territoriais latentes existentes entre os grupos. Desde que houve a decretação do parque, há um movimento de alinhamento da gestão com o parque nacional Serra do Divisor, no lado brasileiro, com expectativa para formar uma área protegida transfronteiriça plena (abordaremos melhor esta situação no terceiro caso exposto aqui). Manter um centro de comando e controle unânime é estratégia importante para o sucesso deste intento. A imagem da fronteira como conexão e forma de proporcionar novas condições de gestão compartilhada da natureza é mobilizada de maneira subjacente e, indiretamente, dificulta o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos isolados.

Por sua vez, segundo as organizações indígenas presentes na defesa e apoio da criação do parque, como AIDSESEP (*Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana*) e ORPIO (*Organización de Pueblos Indígenas del Oriente*), sua participação no processo somente se deu porque fora acordada a inclusão da Reserva Territorial Isconahua e das propostas de Reservas Indígenas *Sierra del Divisor Occidental* e Yavarí-Tapiche na proposta de categorização do parque, além do respeito pleno aos direitos individuais e coletivos dos indígenas isolados (AIDSESEP, 2012). Segundo carta enviada pela AIDSESEP ao SERNANP, caso a exigência não fosse atendida, as Reservas deveriam ser reconhecidas por meio de seus respectivos processos iniciados junto ao Estado. E isso deveria ser feito antes da categorização do parque. Por esta perspectiva, a inclusão da Reserva Territorial não seria favor algum, contradizendo a gestora do parque; mas sim uma barganha territorial e política que não estaria sendo cumprida por uma das partes.

Os indígenas, que naquele momento já estavam bem-organizados politicamente, auxiliariam os grupos conservacionistas no reconhecimento do Parque Nacional desde que estes solicitassem a criação das reservas, ou as incluíssem sob a proteção jurídica do Parque. Tratava-se de uma negociação do tipo *toma lá, da cá*. Segundo David Freitas, assessor técnico da AIDSESEP à época, a razão para os indígenas participarem da comissão de criação do parque foi a demora no processo de reconhecimento das duas Reservas Indígenas propostas (CLARK,

2016). Como o Estado mantinha em ritmo lento o processo de reconhecimento dessas áreas, apoiar o parque significava garantir maior segurança aos territórios dos isolados: por esta ser a categoria mais restritiva das áreas protegidas peruanas, os indígenas estariam à salvo de invasões e abusos de madeireiros e extrativistas ilegais.

Na prática, o que houve foi apenas o reconhecimento da Reserva Territorial Isconahua, já demarcada oficialmente desde 1998, portanto anterior até mesmo à determinação da Zona Reservada *Sierra del Divisor*. Quanto às demais, não foram contempladas pelo decreto do parque e não tiveram seu reconhecimento por parte do governo, pelo menos à época do reconhecimento do PNSD. Na queda de braços, os grupos indígenas perderam e o projeto geopolítico vencedor foi o dos gestores do parque, tributário de visão de proteção estrita da natureza e alinhado às perspectivas internacionais de conservação elaborados pela IUCN.

O SERNANP se mostrou reticente em relação ao reconhecimento das Reservas Indígenas sobrepostas ao parque devido aos diferentes graus de proteção que as duas categorias gozam na legislação ambiental do país (CLARK, 2016). Enquanto é proibida a extração de recursos naturais e qualquer modificação e transformação no ambiente natural de áreas protegidas de uso indireto, como o parque nacional, a lei para os povos isolados, e por consequência seus territórios, traz brechas para a flexibilização da intangibilidade destas áreas. Portanto, podemos dizer que o órgão governamental enxergava o reconhecimento das reservas como uma abertura à fragilidade da proteção ambiental do parque.

Com isso, os índios isolados ficaram ainda mais vulneráveis à investida extrativista, particularmente do setor petrolífero. Por exemplo, somente sobre a área da Reserva Indígena Yavari-Tapiche incidem o lote 135 (licença de exploração concedida à Pacific Stratus Energy, atual Pacifiic E&P), o lote 137 (licença de exploração à mesma empresa) e o lote 95 (concedido ao consórcio formado pelas empresas Harken del Perú e Gran Tierra Energy) (CLARK, 2016). Ainda segundo a mesma reportagem, o tema do petróleo antagoniza as lideranças do parque e as das organizações indígenas. Aqui vale reproduzir a fala completa de María Elena Díaz, então gestora do PNSD, e de Lorena Prieto, então diretora do grupo *Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial* do *Viceministério da Interculturalidade*, à época da notícia. Segundo a primeira:

“O Parque é formado por cadeias montanhosas, e o que buscamos é proteger esses espaços, nos quais não deve ser permitido desenvolver atividades econômicas, ou seja, que não sejam extraídos recursos do interior da área para fins comerciais. **Sendo assim, acredito que não há nada que se contraponha à proteção das populações**

isoladas. No entanto, o Estado peruano tem um contrato com essa empresa, o que significa que ela tem um direito adquirido. E como observa o marco de Áreas Naturais Protegidas, temos que garantir esses direitos”. (CLARK, 2016, grifo nosso).

Por outro lado, Lorena Prieto defende que em alguns casos há alternativas para buscar reverter esse quadro:

“Nas Reservas Indígenas idealmente não deveria haver lotes petrolíferos. No entanto, nas zonas onde há direitos previamente adquiridos, o Estado deve avaliar até que ponto estas atividades poderão afetar os povos que ali habitam. O Peru já possui procedimentos legais estabelecidos para elaborar opiniões técnicas prévias de caráter vinculante, por parte do Ministério da Cultura, a fim de salvaguardar os direitos dos povos isolados e em contato inicial.” (CLARK, 2016).

Trocando em miúdos, o que as colocações nos sugerem é que há um latente reconhecimento da legitimidade da extração petrolífera por parte da gestão do parque, mesmo ciente de todos os problemas que a atividade econômica sujeita aos isolados. Se há uma série de estudos e pesquisas que demonstram os problemas socioambientais que esta atividade traz consigo, por que, mesmo que no discurso, um agente conservacionista apoiaria sua prospecção? Através da lente da geopolítica fragmentada podemos supor que se trata pura e simplesmente de estratégia de desvinculação à causa indígena na área do parque para se firmar na região como únicos atores legítimos no campo ambientalista.

Ao se mostrar simpática a um setor muito importante para a economia peruana, a gestão do parque sinaliza aliança em relação ao governo e maior permissividade à extração de hidrocarbonetos na região, desde que não seja dentro dos limites do PNSD. A intenção com isso é assumir de uma vez o protagonismo sobre as decisões de gestão daquele território inibindo a organização indígena, que se mostra mais radical em relação à presença de atividades extrativas. Lançando mão dos elementos não humanos, como a legislação ambiental peruana, que prescreve maior nível de proteção ambiental ao Parque do que às Reservas, e a localização dos blocos de petróleo, em sua maior parte fora dos limites do parque, sua gestão goza de maior margem de manobra para organizar e pôr em prática suas estratégias geopolíticas.

As propostas de criação das Reservas Yavari-Tapiche e Sierra del Divisor Occidental foram apresentadas pela AIDSESEP no início dos anos 2000; porém, depois de anos sem nenhuma medida efetiva tomada pelo Estado, os estudos foram iniciados em 2012 por parte do *Viceministério Interétnico* (CLARK, 2016,). Mesmo com todos os indícios favoráveis, o processo de reconhecimento e decretação ainda é longo: após a finalização, os estudos devem

ser apresentados à Comissão Multisetorial, que determinará se as evidências apresentadas são suficientes para sustentar a existência de povos isolados nas áreas propostas; em caso positivo, será produzido o Decreto Supremo de reconhecimento, que deve passar à Presidência do Conselho de Ministros para então ser assinado pelo Presidente da República; o passo seguinte seria a realização de novos estudos para categorização das áreas como Reservas Indígenas.

Porém, em período mais recente, houve mudança nesta situação. Em dezembro de 2017 os estudos prévios para o reconhecimento dos povos indígenas isolados que habitam as áreas da Reserva Indígena Yavari-Tapiche foram aprovados pela Comissão Multisetorial do Ministério da Cultura do Peru (NAKAMURA, 2018). A demarcação fora reivindicada desde 2003 pela AIDSESEP e ORPIO. A primeira etapa tratou do reconhecimento da existência dos isolados; as próximas devem dar conta de categorizar as propostas, fase que o governo deverá titular as reservas e definir a área de proteção. No ano seguinte foi a vez da Reserva Sierra del Divisor Occidental. Em 24 de julho, a Comissão Multisetorial, liderada pelo Ministério da Cultura e com participação da AIDSESEP e de suas organizações regionais ORAU e ORPIO, aprovou os estudos preliminares de reconhecimento dos isolados desta área (AIDSESEP, 2018). A proposta original datava de 2005 e fora feita pela AIDSESEP junto da *Federación de Comunidades Nativas del Bajo Ucayali*. Portanto, quase treze anos se passaram até que as primeiras medidas efetivas fossem tomadas. Em 2013, a área obteve a qualificação favorável exigida por lei e dois anos depois foi iniciado o estudo preliminar para o reconhecimento da Reserva. Hoje, está aguardando o Ministério da Cultura emitir o Decreto Supremo com a confirmação do reconhecimento dos povos isolados para concluir sua categorização como Reserva Indígena (AIDSESEP, 2018).

No entanto, não podemos nos furtar de dizer que em 2016 a AIDSESEP entrou na justiça contra o Ministério da Cultura pelo não cumprimento das medidas estipuladas na legislação dos povos isolados, isto é, o reconhecimento de seus direitos territoriais (AIDSESEP, 2019). Ambas as reservas apontadas aqui foram requeridas no documento. Apenas em 2019 saiu a sentença favorável à organização indígena, mas a própria existência deste mecanismo de pressão serviu para o adiamento dos processos que já estavam anos parados. O principal ganho desta resolução foi o mandato para os governos regionais de Loreto e Ucayali iniciarem o procedimento para declarar a nulidade de todas as autorizações, concessões e permissões que tenham relações com a exploração de recursos naturais sobre estes territórios. Além disso, prevê que estes governos disponham de recursos, tanto humanos quanto econômicos, e ações de interdição contra toda intervenção externa nestes territórios. Representa, portanto, mudança

significativa na relação entre os grupos indígenas demandantes, os direitos dos isolados e os órgãos governamentais responsáveis por seu reconhecimento. Algum elemento novo de barganha deve ter surgido a nível regional com força o suficiente para modificar o campo de forças e alterar a conformação de forte caráter de predomínio dos agentes conservacionistas sobre as organizações indígenas.

Nesse contexto ainda, no Brasil, o então presidente Michel Temer cortou fundos da FUNAI, que desabilitou três dos quatro postos de vigilância na Terra Indígena Vale do Javari (AIDSESP, 2017). A ação teve como efeito um verdadeiro massacre de indígenas na TI causado pelo avanço dos madeireiros e mineradores ilegais e consequente morte dos isolados da região, que tinham mobilidade transfronteiriça. O fato é utilizado como mais um argumento de pressão pelo reconhecimento das Reservas Indígenas dos isolados peruanos e tem influência no início do processo de demarcação das duas Reservas tratadas acima, mesmo que elas se choquem com os blocos de petróleo já anteriormente citados.

Como uma observação interessante, podemos perceber que os blocos petrolíferos se localizam fora do PNSD, mas sobrepostos a áreas que seriam das Reservas. Através das disposições dos elementos no espaço, e fazendo uso da perspectiva da geopolítica fragmentada, podemos levantar hipóteses para a lentidão no processo de reconhecimento dos direitos dos isolados: talvez a demarcação das Reservas inviabilizasse ou, no mínimo, prejudicasse a estratégia desenvolvimentista sustentada pelo extrativismo que o Estado peruano aplicou nas recentes décadas. Uma perspectiva a partir da geopolítica fragmentada contribui também para realizar associações pertinentes entre conjunturas políticas e disposições de elementos pelo território.

Do lado brasileiro, detectamos espelhamento do comportamento geral descrito até aqui: lentidão no reconhecimento dos direitos indígenas aos seus territórios, predominância de concepção conservacionista excludente e antagonismos entre organizações indígenas e a gestão do parque. Oficialmente, sobreposta ao Parque Nacional Serra do Divisor somente haveria a Terra Indígena Arara do Rio Amônia²⁶, no extremo sul da área protegida. Porém, o requerimento dos povos Nukini e Nawa é o ponto de maior tensão na região. A TI Nukini foi homologada em 1991, dois anos após a criação do parque, e se localiza justaposta à sua parte norte. Porém, os Nukini argumentam que uma porção considerável de terra ancestral para o

²⁶ Terra Indígena ainda apenas declarada, no ano de 2009, que também se sobrepõe à TI Kampa do Rio Amônia, mais ao sul. Na verdade, podemos conjecturar que um dos motivos para que a TI ainda não tenha sido homologada é justamente a sobreposição com o parque, que traz problemas da ordem jurídica, legal e de gestão de território.

grupo não foi reconhecida por estar incluída nos limites do parque. Por sua vez, os Nawa reclamam o reconhecimento de suas terras, que ficam no interior do parque. O processo se encontra em seu primeiro estágio²⁷, os estudos prévios de identificação, desde 2003.

Não é recente o embate entre as organizações indígenas e a gestão do parque para o reconhecimento, de um lado, da expansão territorial de um grupo e, por outro, da existência de um território próprio e pertencente a uma etnia já considerada extinta²⁸. Por exemplo, em 2002 índios da nação Nukini fecharam o acesso ao PNSD pelo Rio Môa e mantiveram o então secretário estadual da indústria, comércio e turismo do Acre, Luiz Figueiredo, refém (JORNAL DO BRASIL, 2002). A mesma reportagem assegura que as medidas tomadas foram a concretização de promessas feitas pelas lideranças indígenas caso a exigência da duplicação dos 34 mil hectares da TI Nukini não fosse atendida. Na época, representantes da sociedade civil, da ONG SOS Amazônia e gestores do parque tinham subido o rio para participar da primeira reunião do Conselho Consultivo do PNSD. A ação demonstra capacidade de mobilização, articulação política e sentido de união entre os povos indígenas, quando os Nukini dizem apoiar e se solidarizar com as reivindicações dos Nawa (JORNAL DO BRASIL, 2002).

São atos políticos que indicam relação conturbada com o Estado, no geral, e com a gestão do parque, em particular. Em 2005, por exemplo, uma força tarefa formada pelo IBAMA e efetivos da Polícia Federal e Polícia Militar do Acre, apoiados por helicóptero do Exército Federal reprimiu um grupo de famílias do povo Nukini (COIAB, 2005). Segundo a carta da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a ação de reintegração de posse, em favor do IBAMA, de áreas pretendidas por essas famílias dos Nukini, destruiu posses tradicionais, habitações, escola, posto de atendimento à saúde e diversos objetos de uso pessoal e familiar. Os indígenas argumentam que a intervenção não respeitou o prazo dado à FUNAI para contestar a liminar e eles próprios, por recomendação da Fundação, já haviam deixado a área em disputa. Antes mesmo da TI ser demarcada em 1985 e homologada em 1991, algumas famílias viviam nas áreas onde hoje existe o parque e questionam a retórica

²⁷ A saber, as etapas que devem ser cumpridas para o decreto de uma Terra indígena no Brasil são: os estudos preliminares de identificação, a identificação em si, a declaração e, por fim, a homologação e/ou registro.

²⁸ Como agravante no caso dos Nawa, durante muito tempo eles foram considerados uma etnia extinta durante as grandes “correrias” (caçada a índios) realizadas na década de 30, para “limpar” a floresta e assim facilitar o trabalho de seringueiros, caçadores e madeireiros (JORNAL DO BRASIL, 2002). Isso quer dizer que para sua Terra ser reconhecida como tal, os indígenas que a pleiteiam devem provar que são, de fato, aqueles que afirmam ser! Para o Estado, significa uma série de estudos feitos por antropólogos, arqueólogos e profissionais ligados à temática indígena, que devem determinar a veracidade da afirmação de não extinção daquele povo. Enquanto isso, os Nawa continuam sem ser reconhecidos como etnia, estando sujeitos à gestão geral do parque. Visto dessa forma, não é estranho os mais de 15 anos em que nem o primeiro estágio para a homologação de sua Terra foi vencido.

de serem “invasores”, por parte do IBAMA e da Justiça Federal. Desde antes do processo demarcatório, dizem habitar aquela área, nunca tendo chegado a residir no interior dos limites traçados para a Terra Indígena. Haveria vestígios sólidos que comprovariam antigas habitações e sítios arqueológicos (COIAB, 2005). A principal rusga seria com o IBAMA e com a ONG SOS Amazônia, uma das mais atuantes na gestão do parque, que em nome de um determinado ideal de conservação, não reconhece os direitos territoriais ancestrais dos indígenas e os enxerga como ameaça à integridade da área protegida. Os povos Nukini e Nawa alegam que a região constitui foco de interesse privado, de consórcios entre o poder público, ONGs e empresas, visando o manejo turístico e expedições científicas. O desenho do parque teria sido feito à revelia de um estudo antropológico mais profundo, condenando as populações indígenas sobrepostas à sua área a “invasores” e negando sistematicamente suas reivindicações territoriais.

É inegável que os indígenas do lado brasileiro da fronteira possuem uma estrutura política e de pressão mais organizada e mais antiga do que a de seus parentes peruanos. Não obstante, suas demandas costumam a ser atendidas. Em 2015, portanto dez anos depois do acontecimento descrito acima, os Nawa fizeram reféns o coordenador regional da FUNAI e três funcionários do ICMBio para protestar e exigir a retomada do processo constitucional e legal das demarcações de terras indígenas (CIMI, 2015a). A reportagem afirma que há três laudos comprovando a posse tradicional da terra pelos Nawa, porém o ICMBio (atual órgão governamental responsável pela gestão do parque) afirma que a terra é parte integrante do PNSD. Por esse motivo, o órgão recorreu judicialmente contra os indígenas e desde então o processo se encontra judicializado, o que paralisou o processo de demarcação.

Como mecanismo de controle (e coerção) do uso do território, o ICMBio estaria cobrando multas ambientais exorbitantes, chegando a ultrapassar os R\$ 300.00,00, para evitar que os indígenas construam suas casas e façam roçados; além disso o Instituto vem procurando as famílias para convencê-las a saírem do interior do parque alegando que a unidade jamais será uma Terra Indígena (CIMI, 2015b). Por sua vez, os indígenas afirmam que a FUNAI não tem dado atenção às suas reivindicações e se sentem desassistidos. A escolha dos funcionários públicos a serem feitos reféns não foi aleatória. O ato atesta, além da desconfiança dos indígenas sobre essas duas organizações, a ausência de canais de comunicação e diálogo saudáveis entre as instituições (CIMI, 2015b).

À época do evento, o cacique João Nawa determinou quatro motivos para fazer reféns os funcionários: I. a paralisação do processo demarcatório do território por 15 anos e a falta de

providências por parte da FUNAI; II. as tentativas de criminalização dos Nawa por servidores do ICMBio; III. a discriminação e diversas ameaças que os Nawa vêm sofrendo por servidores do ICMBio; e IV. há anos, o ICMBio vem reduzindo o espaço de usufruto do Nawa dentro da terra estudada, entre outros motivos que estão causando prejuízos para a comunidade (CIMI, 2015). É importante ressaltar que a ação não teve caráter unânime entre os Nawa: a antiga liderança não concordava com o que aconteceu, por exemplo (CARVALHO, 2015). Mesmo assim, a decisão de soltar os servidores somente foi tomada após o recebimento de uma carta do ICMBio se comprometendo a receber 15 indígenas Nawa em Brasília.

Subjacente a todo o conflito, estão novamente diferentes concepções sobre natureza, métodos mais eficazes para preservá-la e projetos geopolíticos que elas produzem. Os gestores do parque, órgãos ambientais e ONGs, sustentados por princípios internacionais conservacionistas pregam a inalienação da integridade física do parque nacional. Este seria o elemento que garantiria o fluxo ecológico balanceado no seu interior e equiparação técnica-biológica para alinhamento com o *Parque Nacional Sierra del Divisor*, no Peru. O reconhecimento de uma Terra Indígena na região central do setor norte do parque, ou mesmo a confirmação da transformação de parte do setor norte em TI, seria um duro golpe ao interesse transfronteiriço. Um parque nacional, na legislação brasileira, é uma unidade de conservação de uso indireto e bastante restritiva, nem admitindo a existência de pessoas em seu interior.

Por outro lado, uma Terra Indígena, embora ainda pertencendo à União e tendo seu subsolo vedado à exploração, pode ser utilizada pelos indígenas da maneira que acharem melhor para que suas atividades culturais e de sobrevivência sejam realizadas. Construção de moradias, aberturas de roçados e de clareiras, por exemplo, são algumas das opções possíveis. Todos os episódios mostrados nesta parte apontam para a fragmentação e disputa dentro do campo conservacionista, que se materializa através da mobilização da fronteira como recurso (muitas vezes político) e das disputas territoriais, assim como a concorrência de diferentes projetos geopolíticos na APT.

As gestões dos parques parecem sonhar com a transfronteirização da conservação. Os indígenas, suas Reservas e Terras, significam entrave para esse movimento, pois fracionaria o “tecido natural” da região. Por sua vez, os indígenas em suas lutas, mesmo que de forma indireta, fazem uso do sentido de fronteira como separação de sistemas políticos jurídicos, servindo-se de suas especificidades para terem seus direitos reconhecidos. A queda ainda que simbólica do limite internacional, e a aglutinação dos parques seria um duro golpe para suas intenções de verem suas terras reconhecidas, como ilustrado no caso a seguir.

5.3 Patrimonialização Transfronteiriça da Serra do Divisor.

Sem muitas alterações, o presente caso poderia ser facilmente inserido como um detalhe do anterior. Entretanto, acreditamos que reúne qualidades próprias com força o suficiente para ser tratado à parte. Sem dúvidas, se trata de um exemplo da materialização das disputas descritas anteriormente, mas que resguarda sua autonomia e merece maior detalhamento. Trataremos aqui da tentativa de transformar tanto o Parque Nacional Serra do Divisor, quanto o *Parque Nacional Sierra del Divisor* em Patrimônio Natural da Humanidade. Como consequência houve conflito de interesses entre os atores regionais, acirramento das disputas territoriais, medido pelo choque entre visões de conservação e de natureza antagônicas, além de rearranjo das alianças e o aparecimento de improváveis parcerias (Anexo D).

A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura) traça por objetivo preservar bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Por isso, se trata de um esforço internacional de valorização de bens que, devido a sua importância, possam ser considerados patrimônio de toda a humanidade; passando a ser obrigatório estabelecer salvaguarda para garantir sua perpetuação para as gerações futuras, por meio da garantia de maior preservação, conservação e segurança que o status de patrimônio mundial estabelece (UNESCO, 1972).

Para o bem ser tombado como Patrimônio Mundial da UNESCO, precisa atender a pré-requisitos específicos da organização e se encaixar em um dos 10 critérios estabelecidos. O documento que serve como orientador dessas decisões, chamado de *Operational Guidelines*, constantemente revisado por um comitê, tem os objetivos de fazer as inscrições dos patrimônios, garantir sua proteção e conservação e oferecer assistência internacional por meio de um fundo financeiro. O comitê, dentro da organização, analisa a possibilidade do tombamento de um bem como Patrimônio da Mundial da Humanidade e a sua classificação sob três categorias diferentes: cultural, natural ou misto. O Patrimônio Natural Mundial é o de interesse aqui e diz respeito a formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies de animais ameaçados e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estética excepcional e universal (UNESCO, 1972).

O documento define ainda os quatro critérios pelos quais um determinado bem ou lugar pode ser classificado como Patrimônio Natural da Humanidade: I. conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética; II. ser exemplos

destacados que representam os principais estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, processos geológicos significativos em andamento no desenvolvimento de formas de relevo ou características geomórficas ou fisiográficas significativas; III. ser exemplos notáveis que representam significativos processos ecológicos e biológicos em andamento na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos e comunidades de plantas e animais, e; IV. conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de notável valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Cabe aos países signatários da Convenção indicar os bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas pelos órgãos assessores da Convenção (no caso do Patrimônio Natural da Humanidade, o responsável é a IUCN) e sua aprovação final é feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes de 21 países, selecionados dentre os signatários, e sempre rotativos.

Por tudo isso, não é equivocado dizer que a seleção de um bem como Patrimônio Natural da Humanidade cobre uma série de princípios. Em primeiro lugar, traz consigo a perspectiva geracional, com a preocupação da manutenção de serviços ecológicos e de beleza cênica para as gerações vindouras. Isso quer dizer que o uso atual das áreas naturais eleitas deve ser mediado segundo a noção de continuidade e manutenção, não excluindo proibição de práticas, talvez ancestrais, de alguns grupos habitantes, desde que consideradas como prejudiciais. Em segundo lugar, envolve o reconhecimento internacional, por meio da observação que o benefício oriundo do lugar não mais apenas é pertencente a um grupo ou país específico, mas sim a toda a humanidade. É um processo de reescalonamento de um lugar, orientado por princípios abstratos, como Humanidade, em detrimento de elementos geográficos, como o território e todas as relações materiais, concretas e intrínsecas que o conceito encerra. Em terceiro lugar, carrega em si o pressuposto de manutenção da integridade ecológica e biológica, impedindo processos que supostamente corromperiam a unidade natural da formação tombada. Em quarto, a possibilidade de acesso a recursos de um fundo internacional preocupado com a promoção da conservação e desenvolvimento de alternativas econômicas para sua sustentabilidade, como o turismo ecológico. E, por último, a normatização de uso de extensos territórios e o reconhecimento social de uma visão conservacionista restritiva como mais legítima do que outras. Geralmente, por ser o órgão que julga as candidaturas ao Patrimônio Natural, as concepções da IUCN são reproduzidas na organização e gestão das formações selecionadas. Seja para que a IUCN somente reconheça áreas que já sigam uma posição de conservação

alinhada à sua, ou para que determine quais mudanças devem ser feitas para que uma determinada área seja reconhecida como patrimônio, é clara a unidimensionalidade da visão conservacionista: a de áreas protegidas como indicadas, sem a presença humana ou atividade que supostamente ameace a integridade natural e seu balanço ecológico; uma posição que defende o uso indireto da área, como nos parques nacionais.

Dito isto, é válido expor que ainda no final do século passado, em 1998, o Brasil submeteu pela primeira vez o PNSD à Lista do Patrimônio Mundial. Na ficha apresentada pelo IBAMA, consta que o parque contemplaria os quatro critérios do Patrimônio Natural Mundial, uma breve descrição de suas características físicas e biológicas e, principalmente, a existência de pessoas morando no seu interior, ou em sua borda imediata. O documento é incisivo em assegurar que a maioria das famílias seriam removidas e realocadas em locais propícios e adequados para moradia. Já a população restante (provavelmente, em sua maioria, indígenas), como possuidores de conhecimento sobre a área, poderiam ser utilizadas em atividades de vigilância, manutenção e turismo no parque. Entretanto, o pedido não vingou e hoje se encontra na lista indicativa de patrimônio mundial, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob categoria de patrimônio natural, à espera de ser reavaliado, apreciado e novamente submetido à Lista.

Movimento este que ganhou força em 2017, quando alguns setores do governo, como o Ministério do Meio Ambiente, à época chefiado por Sarney Filho, apresentaram proposta de candidatura do PNSD a Patrimônio Mundial natural na sede da UNESCO, em Paris (MACHADO, 2017). O ministro entregou a proposta ao Centro do Patrimônio Mundial (que passaria a IUCN dentro de um ou dois meses para análise e avaliação, que deveria durar mais seis meses, podendo a IUCN expandir este prazo ou pedir complementação de dados); simultaneamente, submeteu ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, à época Sérgio Etchegoyen, o mesmo documento, solicitando a obtenção da “não objeção” do Ministério da Defesa, uma vez que o parque se localiza em região fronteira do país. Segundo Sarney Filho, compor a lista de Patrimônio Mundial Natural estabeleceria a possibilidade de captação de mais recursos e financiamentos para a conservação (MACHADO, 2017).

Embora defendido por setores do governo, o movimento parece ter se originado do anseio de ONGs ambientalistas internacionais e brasileiras (GESISKY & PRESOTTI, 2017). A *Conservation International*, por exemplo, esteve envolvida na proposta enviada. E o motivo principal para o desenvolvimento desta proposta está no fato do Peru ter finalmente decretado o *Parque Nacional Sierra del Divisor*, justaposto ao parque brasileiro, em 2015, tornando a

região propícia, pelo menos teoricamente, ao estabelecimento de uma área protegida transfronteiriça pela primeira vez na história, desde que o PNSD foi decretado no Acre, em 1989.

Porém, em menos de uma semana, o pedido foi retirado. A desistência ocorreu depois do Conselho de Defesa Nacional, órgão ligado à Presidência da República, e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) terem considerado haver riscos à segurança nacional, caso o parque recebesse o título de Patrimônio Mundial. A proposta, que havia sido apresentada em 30 de janeiro junto à UNESCO, foi retirada no dia 7 de fevereiro. Mesmo assim, o governo ainda dispunha de uma semana para reenvio de um novo posicionamento à UNESCO, recolocando o PNSD para ser avaliado. Nesse ínterim, várias organizações ambientalistas, entre as quais o SOS Amazônia (ONG que os indígenas acusam de não reconhecer seus direitos territoriais, como visto no caso anterior), se empenharam em convencer o governo a reconsiderar a decisão. Como estratégia, chamaram de atrasado o posicionamento dos órgãos que se colocaram contrários à decisão de patrimonialização da Serra do Divisor, e apontaram o desperdício da possibilidade de gestão conjunta da área de maior importância em biodiversidade para o país, além da inviabilização de investimentos e retornos financeiros para a população do parque (MACHADO, 2017).

A Coalizão Pró-UCs (grupo de ONGs formado pela *Conservation International*, Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, Imaflora, Semeia, SOS Mata Atlântica e WWF Brasil), enviou uma carta endereçada à Presidência da República, ao ministro da Defesa (Raul Jungmann, à época), ao das Relações Exteriores (José Serra, à época) e ao secretário do Conselho Nacional de Defesa (Sérgio Etchegoyen, à época), por exemplo, pedindo pela reconsideração (GESISKY & PRESOTTI, 2017). A defesa da Coalizão se pautou em três argumentos: o reconhecimento de uma área como Patrimônio Mundial eleva o patamar de conservação e segurança do seu território; o novo status potencializa a captação de recursos nacionais e internacionais para proteção, manutenção e segurança e; tornar uma área como Patrimônio Mundial não faz com que o território se internacionalize ou fragilize, mas ao contrário, reforçaria a ideia de fronteira e aumentaria a proteção ambiental. Não obstante os pedidos, o governo não reviu sua decisão e confirmou a negativa à proposta.

Os atores assim dispostos como descritos anteriormente trazem consigo disputas em diferentes escalas geográficas. De fato, a candidatura do PNSD é um grande reconhecimento para a área protegida e representaria mais uma camada de institucionalidade e conservação para o parque. Constituiria importante vitória, segundo a perspectiva conservacionista compartilhada

pela maioria das ONGs e gestores de áreas protegidas. Porém, nada poderia ser mais negativo aos anseios Nukini, que reivindicam ampliação de suas terras, incluindo uma porção do parque, ou para os desejos Nawa, que lutam ainda para que a terra em que habitam, bem no centro da parte norte do parque, seja reconhecida e declarada uma Terra Indígena legalmente. A patrimonialização da Serra do Divisor significaria a paralisação institucional desses movimentos e o aumento exponencial do grau de dificuldade de verem seus objetivos atendidos, principalmente, porque diante do caráter universalista da retórica do “bem de toda a humanidade” ganharia força o argumento que o reconhecimento de territórios indígenas fragmentaria a unidade ecológica representada pelo parque, além de tornar setorial e individualizado um bem que deveria atender a prerrogativas globais e ser gerido para tal.

Este caso é um exemplo interessante de como as alianças e antagonismos entre os atores constituintes do campo conservacionista são extremamente voláteis. Historicamente, não possuindo boa relação com indígenas, sobretudo aqueles considerados de mobilidade transfronteiriça, o discurso de securitização da fronteira, bem como os atores que o colocaram em prática, tendeu a auxiliar a causa dos índios, momentaneamente. De forma não intencional, o Conselho de Defesa Nacional e a Abin, ao barrarem o projeto de patrimonialização, por considerar a Serra do Divisor região estratégica para a segurança do país, acabaram por se posicionar como aliados não-intencionais e transitórios do interesse indígena na região. A ação permitiu que os grupos indígenas mantivessem seus pleitos ligados a uma escala ainda nacional, a mesma dos órgãos envolvidos com a gestão do parque, e não tornasse o embate internacional, o que certamente exigiria maior mobilização política, trunfos e canais de comunicação para serem ouvidos em escala global.

Em 2016, portanto menos de um ano antes da tentativa de transformar o PNSD em Patrimônio Mundial, aconteceu em Cruzeiro do Sul uma reunião para discutir uma gestão compartilhada transfronteiriça entre os parques (BARBOSA, 2016). A ocasião marcou a primeira participação de representantes do Peru em uma reunião do Conselho Consultivo do PNSD. Para María Helena Diaz, gestora do parque peruano à época, como ambos os lados apresentavam problemas semelhantes, nada mais desejável que buscassem alternativas conjuntas, incluindo opções para lidar com as comunidades que fazem parte das reservas.

A Lista do Patrimônio Mundial prevê a inscrição de bens compartilhados sob a categoria de bens transfronteiriços e seriados. Os primeiros dizem respeito àqueles que se localizam em territórios de fronteira, abrangendo, portanto, mais de um país ao menos; já os bens seriados incluem partes constitutivas relacionadas a um mesmo grupo histórico-cultural, a um mesmo

tipo de bem característico de uma determinada zona geográfica ou a um mesmo tipo de ecossistema, por exemplo, valorados sempre em conjunto e não necessariamente por suas partes isoladamente, podendo estar situados no território de um único país ou dentro do território de distintos países, não necessariamente contíguos (IPHAN, 2008). Em outras palavras, há duas formas de inscrever um bem transfronteiriço na Lista: a primeira, de uma única vez, de forma integrada, com ambos os países envolvidos participando ativamente; a segunda, de forma separada, em que cada porção que constitui o bem compartilhado é inscrito em tempos diferentes e segundo os esforços do respectivo país ao qual pertence. As gestões de ambos os parques parecem ter se apropriado desta segunda estratégia, pois o Peru tentou transformar seu PN em Patrimônio Mundial Natural dois anos após o lado brasileiro não ter obtido êxito.

Em maio de 2019, o SERNANP submeteu o *Parque Nacional Sierra del Divisor* à Lista do Patrimônio Mundial, sob o tipo *Natural* (SERNANP, 2019). Como mote principal para sua patrimonialização, o documento defende a intenção de proteger uma mostra representativa da região montanhosa da floresta úmida tropical amazônica, em resguardo da diversidade biológica, geomorfológica e cultural existente, assegurando a continuidade dos processos ecológicos e evolutivos que ali acontecem, para benefício da população local. O PNSD está inscrito sob dois critérios: o de representar fenômenos naturais importantes ou áreas de beleza natural e importância estética excepcional; e conter habitats naturais mais representativos e importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica.

Seguindo o exemplo da peça de decreto do Parque, o documento submetido à UNESCO reconhece apenas a existência da Reserva Territorial Isconahua, assim como os indígenas isolados que ali habitam, e nada fala das Reservas Indígenas Sierra del Divisor Occidental e Yavarí-Tapiche, bem como dos isolados que habitam essas áreas. No entanto, é ressaltado o fato de que sua justaposição ao Parque Nacional Serra Divisor e à Terra Indígena Vale do Javari, do lado brasileiro, formam um corredor de conservação transfronteiriço. O documento defende que esta proximidade garantiria uma imensa oportunidade para a conservação da região. Por fim, destaca que o PNSD também se encontra na lista indicativa do Patrimônio Mundial e o fato de possuir características físicas e biológicas praticamente idênticas às aquelas encontradas no lado peruano apontaria para uma proposta espontânea de patrimonialização transfronteiriça. Uma nota publicada pelo Ministério do Meio Ambiente do Peru, um mês antes da submissão do PNSD à Lista, já antecipava a vocação e vontade de transformar os dois parques em um Patrimônio Mundial Transfronteiriço entre Peru e Brasil, em uma etapa seguinte (MINAM, 2019).

Há similaridades em ambos os casos de candidatura da Serra do Divisor à Patrimônio Mundial. Parece surgir imbuído de uma visão conservacionista específica, buscar a transfronteirização da gestão por meio de uma categoria internacional de proteção e inibir as requisições territoriais feitas por outros grupos que habitam os limites dos parques. O que está em jogo parece ser a legitimidade do discurso e da prática conservacionista das ONGs e dos ambientalistas em detrimento da concepção dos grupos indígenas: ao tornar os parques um bem de toda a humanidade, automaticamente, o requerimento dos indígenas fica imobilizado, ou mesmo assume ares de mesquinha individualista. De todo modo, perderiam apoio da maioria dos movimentos socioambientais e passariam por certa desmobilização política. Tornar-se Patrimônio Mundial é uma estratégia territorial, sobretudo.

Porém, a existência da fronteira e, particularmente, do imaginário coletivo que talvez seja o mais associado a ela (a de reguladora da segurança nacional) não pôde ser descartada. O governo brasileiro retira a indicação do PNSD por achar a categoria de Patrimônio Transfronteiriço uma ameaça à segurança do país. Aparentes rivais, os setores de securitização das fronteiras correm junto com as intenções indígenas e não deixaram seguir adiante o projeto do lado brasileiro. O retardamento do processo garantiu ganho de tempo aos movimentos indígenas peruanos para reivindicar mais fortemente o reconhecimento de suas Reservas Indígenas.

Como vimos no caso anterior, é justamente entre os anos de 2016 e 2019 que os indígenas ganham na justiça o processo movido contra o SERNANP e veem os estudos de reconhecimento de suas Reservas finalmente saírem do papel e dar os primeiros passos para se concretizar. A fronteira foi absorvida e mobilizada politicamente em pelo menos três significados neste caso: como elemento de contato, que serve como laboratório de gestão privilegiado, por parte das ONGs, dos gestores do parque e de alguns setores do movimento ambientalista; como diferenciador de sistemas de valores, de comportamentos e de legislação, por parte dos grupos indígenas que aproveitaram dessas características para dificultar o processo de patrimonialização a ponto de conseguirem fazer pressão pelo reconhecimento de suas terras; e como o elemento máximo de segurança de um território, por parte de alguns setores do governo brasileiro que viram com maus olhos o movimento de patrimonialização transfronteiriça daquela região.

5.4 A construção da Ferrovia Bioceânica.

Não é recente a ambição de escoar a produção brasileira diretamente para o mercado asiático, por meio do oceano Pacífico. Porém, em meados dos anos 2000 esse desejo começou a sair do papel, por influência da China, parceiro comercial importante do setor das commodities brasileiras. Mais precisamente, desde 2008 há conversas entre o governo chinês e o brasileiro para construção de uma ferrovia capaz de conectar o Centro-Oeste do país a algum grande porto na costa oeste do continente sul-americano. Os primeiros anos de negociação foram caracterizados por leniência de ambos os lados. Porém, em 2015 a história ganha capítulos novos e mais dinâmicos (Anexo E).

O primeiro-ministro da China à época, Li Keqiang, veio ao Brasil e assinou um acordo prévio entre os dois países e o Peru; como contrapartida e garantia do dinheiro chinês investido, a então presidente Dilma Rousseff, incluiu a ferrovia Bioceânica no pacote de concessões de 200 bilhões anunciados em abril de 2015 – 40 bilhões destinados diretamente para a obra da Bioceânica (BEDINELLI, 2015). Concomitantemente, a empresa responsável pelos estudos técnicos e pela coordenação do projeto, China Railway Eryuan Engineering Group, enviou um grupo de engenheiros chineses que percorreram os 3.500 quilômetros de trajeto da ferrovia em solo brasileiro, de Campinorte (GO) até Boqueirão da Esperança, em Cruzeiro do Sul (AC), último ponto do território brasileiro em que os trilhos passariam. Acompanhando os chineses, foram enviados representantes de duas estatais vinculadas ao Ministério do Transportes, a EPL e a Valec, responsáveis pela viabilidade técnica e pelos estudos dos segmentos da ferrovia em território brasileiro (BEDINELLI, 2015).

Antes do acordo com os chineses, agora responsáveis pelo estudo de viabilidade técnica, a obra de 3.500 quilômetros deveria ser dividida em quatro trechos (BEDINELLI, 2015). O primeiro conectaria Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT), com 901 km, e já teria concluído seu estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental e seu projeto básico desde 2012. O segundo partiria de Lucas do Rio Verde (MT) em direção a Vilhena (RO), com 646 km, e já teria concluído o licenciamento ambiental e seu estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental em 2014. A seguir, a ferrovia conectaria Vilhena (RO) a Porto Velho (RO) através de 770 km de trilhos; a licitação para a escolha da empresa responsável pelo estudo de viabilidade e pelo projeto base já teria sido realizada. E, por último, em território brasileiro, a ferrovia percorreria 1.183 km e ligaria Porto Velho (RO) a Boqueirão da Esperança (AC); deste trecho, nem a licitação ainda tinha sido feita (figura 11).

Basta olhar para o traçado da Bioceânica descrito acima para adivinhar qual o seu motivo de existir. Conectando Mato Grosso (principal produtor de grãos brasileiros) até o porto de escoamento no Peru, a intenção clara da obra de infraestrutura pretende facilitar a exportação de matérias-primas do Brasil e do Peru para o mercado asiático e, principalmente, chinês. Não à toa empresas do país financiam os estudos técnicos e seu governo articula com os países sul-americanos o acordo para pôr em prática a ferrovia. Segundo Jiménez (2015), o então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que quando pronta, a ferrovia poderia movimentar 40 bilhões de reais, apenas nos primeiros anos de uso, com perspectiva de aumento gradual do valor.

Figura 11: o trecho projetado da Bioceânica, ligando Campinorte (GO) a Boqueirão da Esperança (AC).



Fonte: Mapa das Ferrovias, encontrado no sítio eletrônico da Valec, <https://www.valec.gov.br/ferrovias>, acesso em abril de 2019.

Segundo a reportagem, o projeto prevê que os trilhos passem dentro de unidades de conservação, de pelo menos três Terras Indígenas já demarcadas e de outra TI em disputa. A Figura 11 evidencia que o PNSD será cortado pela ferrovia, assim como as TI Nukini e até mesmo a área habitada pelos Nawa será afetada. Apenas a alusão à abertura da ferrovia, uma vez que seus estudos técnicos ainda se encontram incipientes e nem há previsão de início da concretização da obra, tem posto atores regionais em confronto e disputas de ideias. As lideranças indígenas se colocaram contrárias a qualquer intervenção na região. Por exemplo, Ninawá Huni Kui, vice-coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas (OPIARA), expressou apreensão e desconfiança em relação às reais intenções da obra ao dizer “nos preocupamos com os impactos no meio ambiente e nas comunidades indígenas. Benefício não vamos ter, porque não exportamos soja.” (BEDINELLI, 2015).

Por outro lado, setores do governo se mostraram entusiasmados com construção da ferrovia. Somente mediante os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, previstos

para saírem em 2016, é que poderia se avaliar os impactos da obra, segundo o Ministério dos Transportes. Já o então diretor de operações da Valec, empresa estatal selecionada para conduzir as obras do lado brasileiro, dizia ser razoável a sua completude, uma vez que obtiveram licenciamento ambiental prévio mesmo quando o trajeto passava sobre outras áreas preservadas e aldeias.

Porém, a defesa com maior ímpeto pela construção da ferrovia partiu de Tião Viana, considerado um dos líderes dos chamados “povos da floresta”, apresentados no Caso I, e identificados à luta territorial conservacionista. O então governador do Acre argumentava que o traçado deveria passar por Boqueirão da Esperança, por alguns motivos: pois assim fora determinado pela lei 11.772, de 2008; devido à possibilidade de conectar o Brasil ao porto de Chimbote, no Peru, que melhor acomodaria grandes cargas; e também porque, desta forma, a ferrovia passaria pela parte mais baixa da Cordilheira dos Andes. Segundo o governador, o impacto para o parque seria mínimo: a ferrovia não seria tão prejudicial quanto à abertura de uma rodovia²⁹ e a linha de ferro seguiria o trajeto da BR 364, que já corta várias áreas indígenas, até chegar até Cruzeiro do Sul. Para Tião Viana, a Bioceânica revolucionaria o futuro econômico, ambiental e social do estado trazendo pouquíssimos danos³⁰ e que os governadores cujos estados pelos quais os trilhos passariam deveriam se colocar à disposição dos chineses para ajudar com “as barreiras burocráticas e mediar os entendimentos” entre as partes conflitantes (BEDINELLI, 2015).

Em 2016, foram publicados os estudos técnicos pedidos pelo governo chinês à empresa China Railway Eryuan Engineering Group, que atestaram a viabilidade econômica da

²⁹ Na mesma época, ainda em 2015, a Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA) enviou à Dilma Rousseff, então presidente, uma carta em que expressava preocupação com a rota da ferrovia. Mesmo se tratando de uma estrada de ferro, sua abertura requereria a construção de uma variedade de estradas de apoio e manutenção, aumentando a pressão de colonização e do fluxo de madeireiros ilegais e traficantes na área (BEDINELLI, 31 jul. 2015).

³⁰ Tião Viana chegou a afirmar que “antes da [construção da] estrada [a BR 364], os Katukina [etnia indígena], por exemplo, viviam numa situação muito difícil e hoje 49 índios de lá já têm formação universitária” (BEDINELLI, 2015). A fala é carregada de etnocentrismo ao associar qualidade de vida do povo indígena ao número que entrou para universidades. A hierarquização de modos de vida e, particularmente, o deliberado elogio de um em detrimento de outro demonstram o desajuste entre maneiras de levar a vida e não entendimento das diferentes realidades geográficas de que o estado do Acre é constituído. A sobreposição de uma cosmovisão sobre as demais também pode ser interpretada pela ótica da geopolítica fragmentada quando diferentes projetos territoriais são concebidos para dar conta de problemas materiais que concorrem e se desenrolam sobre uma mesma área. Quem deteria maior poder, maior potência, para fazer valer sua vontade e visão de mundo sobre um território: o modo de vida indígena ou a racionalidade do capital, que traz consigo sua própria concepção de desenvolvimento – o econômico – e que tende a abafar as demais formas de organização territorial?

empreitada (AMORA, 2016). A ferrovia Bioceânica, no total, teria quase 5.000 km, demoraria nove anos para ser construída e começaria no estado de Goiás, cruzaria os Andes a 2.050 metros de altitude e terminaria em Bayovar, norte do Peru. De início, transportaria 23 milhões de toneladas, podendo chegar a 53 milhões em 25 anos. Segundo a reportagem, equivaleria a levar 37% da carga da região do Mato Grosso através do país vizinho com destino ao mercado asiático. Estas foram importantes informações trazidas pelo estudo. Entretanto, sua principal conclusão é a determinação de três caminhos (Norte, Centro e Sul) para implementar a ferrovia no Peru. Segundo dados econômicos, a do Norte seria a mais viável, mesmo sendo 600 km mais distantes, porque passaria por uma área com menor altitude. As demais exigiriam a subida de mais de 4000 km para cruzar os Andes, encarecendo o preço do transporte. Esta informação nos sugere rixas internas no Peru, provavelmente com grupos concorrentes brigando para que o trem passe em cidades consideradas importantes a cada um deles.

Não obstante os avanços, os estudos se mostraram incompletos e, apenas no ano seguinte, tomaram forma suficiente para serem apreciados pelo governo brasileiro. Em 2017, em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a empresa chinesa reiterou a viabilidade econômica do projeto, porém atentou para o fato de que a postura do governo peruano, que tomara a decisão política de não investir na obra, poderia embargar o processo (AGÊNCIA SENADO, 2017a). Os conflitos e discordâncias, ainda incipientes no governo peruano no ano anterior, parecem ter tomado forma e se consolidado. Soma-se a isso ainda o fortalecimento legal das organizações indígenas e de grupos conservacionistas, como visto nos casos descritos anteriormente, na região em que passaria o traçado original da ferrovia. Na exposição, os representantes chineses salientaram que a China teria interesse em financiar a construção da etapa que ligaria Porto Velho (RO) até o limite internacional com o Peru, mesmo que os estudos de viabilidade custassem 50 milhões de dólares. Afinal, se tratava de um projeto com mais de uma década, de relevante interesse econômico para a China e não seria proveitoso desistir neste estágio.

Como estratégia, Bo Qiang, engenheiro responsável pelo estudo, sugeriu modificar os planos originais de construção: primeiro, deveria ser executado o trajeto que ligaria o Centro-Oeste ao Atlântico, por ser mais fácil de ser construído, garantindo o fluxo contínuo de escoamento da produção de grãos e minérios; depois, seria feita a parte que conectaria Campinorte (GO) a Porto Velho (RO); e, por último, chegar ao Acre. Com a finalização do complexo brasileiro, e o conseqüente retorno financeiro, seria mais fácil barganhar com o governo peruano a continuação da obra em direção ao Pacífico.

Um grupo de senadores, liderados por Jorge Viana (PT-AC), irmão de Tião Viana, Acir Gurgacz (PDT-RO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Wellington Fagundes (PR-MT) e Eduardo Braga (PMDB-AM) prometeram pressionar o governo em favor da ferrovia, mesmo que houvesse dificuldades de financiamento (AGÊNCIA SENADO, 2017b). Para eles, a linha é de extrema importância porque garantiria a conexão de “áreas periféricas” brasileiras, que sofrem com a baixa qualidade das estradas, a círculos econômicos mais dinâmicos, melhorando a economia não só do país, mas de todo o continente sul-americano.

Por outro lado, o governo peruano parece não ter se convencido com os argumentos sino-brasileiros. O país continuou insistindo em retrair a linha férrea, fazendo com que ela passasse por uma região politicamente importante, mesmo que esta se encontrasse a 4 mil metros de altitude. A alteração custaria 20 bilhões de reais a mais do que a rota sugerida pelo Brasil, com apenas 2.700 metros de altitude, até alcançar o Pacífico. Na verdade, até mesmo fatos aparentemente banais podem causar problemas de magnitude considerável e aparecer como autêntica questão fronteiriça: a diferença das bitolas das ferrovias brasileiras e peruanas poderia exigir um transbordo da carga na fronteira, encarecendo o projeto. Os entraves geopolíticos e técnicos exemplificados parecem vir na esteira de uma mudança maior: a eleição ocorrida no Peru em 2016. Segundo Dino Batista, Secretários de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil à época, “desde a eleição peruana do ano passado a interlocução está difícil”, a despeito dos esforços do governo brasileiro em manter o diálogo (AGÊNCIA SENADO, 2017b).

Como ficou evidente, há rotas alternativas que não aquela originalmente definida. Enquanto a ferrovia não for devidamente concretizada, seu traçado será alvo de especulações e queda de braço entre atores políticos regionais, nacionais e internacionais para provarem quem tem mais influência e/ou poder. Por exemplo, outra possibilidade de trajeto da ferrovia no Brasil seria seguir a rodovia Interoceânica³¹, mais ao sul do estado do Acre; porém tal caminho não agradava o Governo do estado (BEDINELLI, 2015). Pelo lado peruano, além das alternativas já descritas aqui, recentemente surgiu outra, que recoloca a Bolívia no percurso (REUTERS,

³¹ Segundo Bedinelli (2015), a rodovia que custou quase três bilhões de dólares (10 bilhões de reais na cotação à época da reportagem), entregue em 2011, tinha o mesmo objetivo da atual ferrovia: integrar o Brasil ao Pacífico, através do Peru. Porém, depois de pronta, se mostrou inviável para transportar grãos devido às curvas sinuosas da Cordilheira dos Andes, que não permitiam o trânsito de grandes caminhões. A estrada que sai de Assis Brasil (AC), município na fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, se tornou trajeto turístico, mas trouxe impactos negativos para comunidades locais além de facilitar a expansão das rotas de mineração ilegal, madeireiros ilegais e tráfico de drogas, segundo Marc Dourojeanni (professor emérito da Universidade Nacional Agrária de Lima e ex-chefe da Divisão Ambiental do Banco Interamericano de Desenvolvimento). Segundo a reportagem, o pesquisador afirma que em termos ambientais, as estradas são o pior para a Amazônia; já as ferrovias teriam menos impacto, porém são desnecessárias; a melhor conexão entre Brasil e Peru ainda seria a hidrovía.

2020). Como já visto, a rota não interessa ao governo brasileiro, que deseja que a linha férrea passe ao norte do estado do Acre.

A troca de governo no Peru, em 2016, já acendeu o alerta aos governantes do norte do Brasil, particularmente os do Acre, de que a rota negociada anteriormente entre os dois países, com intermédio da China, poderia ser revista. Em 2019, diante das incertezas da manutenção de acordos feitos previamente mesmo após a tomada de posse de um novo governo no Brasil, foi acelerada a tentativa de negociação entre representantes do Norte e o governo do Peru em prol de reafirmar os antigos pactos. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional chegou a formar uma comissão externa com o objetivo de visitar oficialmente o Peru, quatro meses após a posse do novo governo brasileiro (AGÊNCIA SENADO, 2019). A iniciativa partiu do senador Marcio Bittar (MDB-AC) e a comissão foi formada por três senadores e se encontrou diretamente com o presidente do Peru à época, Martín Vizcarra. Bittar ressaltou o fato de a China atuar junto a autoridades brasileiras e peruanas para viabilizar a construção da ferrovia Bioceânica. Segundo ele, a obra traria enormes benefícios à economia acreana e de outros estados do Norte e Centro-Oeste, pois diminuiria os custos de escala e de transporte sobre a exportação dos produtos dessas regiões, uma vez que não precisariam ser enviados ao sul do país para ser exportados.

Com o tempo, não obstante os esforços de negociação entre alguns setores dos dois governos, se tornou evidente que os interesses, antes compartilhados, entre Brasil e Peru realmente começaram a divergir. No segundo semestre de 2019, o Paraná lançou uma ofensiva frente ao governo federal brasileiro pedindo a reavaliação total do traçado da Bioceânica (MARTINS, 2019): se antes ela cruzaria o Brasil na direção Sudeste - Noroeste, cortando em diagonal o território e saindo pelo Acre, a proposta agora partiria de Paranaguá (PR), atravessaria Paraguai e Argentina até alcançar o porto de Antofagasta, no Chile (figura 12). O governo do Paraná se baseou em estudos técnicos de 2008 realizados pelo BNDES sobre a possível construção de um corredor bioceânico que ligasse o Atlântico ao Pacífico próximo do trópico de Capricórnio (BNDES, 2011) e se aproveitou da proximidade entre o novo governo brasileiro e o governo chileno, além do contexto de arrefecimento das negociações com o Peru.

Figura 12: proposta de corredor ferroviário bioceânico passando pelo sul do continente.



Fonte: BNDES (2011), apud Martins (19 ago. 2019).

Mesmo com o entusiasmo do governo paranaense, o projeto está longe de uma definição, dada a complexidade de sua implantação. Ademais, concorre com seus interesses o alto valor que o governo da China já desembolsou em estudos de viabilidade da ferrovia ao Norte do país. Embora a nova proposta esteja alinhada com as demandas dos setores produtivos dos países envolvidos, em particular o agronegócio, garantindo uma válvula interessante de exportação dos produtos, os problemas fronteiriços têm de ser levados em conta.

Uma vez que o novo traçado passa por mais países, isso se traduziria em cinco problemas de ordem prática (Martins, 2019): a necessidade de um sistema de concessão comum; a integração aduaneira, isto é, a garantia de integridade do embalagem do produto do embarque ao ponto final – a abertura e o fechamento de cada produto ao cruzar a fronteira seriam uma fonte de despesa, lentidão e outros problemas; a questão tributária, que deve ser unificada em todos os países; a tarifa do transporte, que deve apresentar um conjunto tarifário

semelhante ao longo de todo trajeto; e, por último, a unificação das exigências de cunho ambiental. Aliás, este último ponto é visto como um trunfo para os atores que desejam concretizar o plano da ferrovia, uma vez que não apresentam tantas áreas protegidas e nem resistências organizadas como a da região do traçado norte original.

Pelo lado peruano, parece que as negociações emperraram de vez e não há um horizonte próximo de mudanças. O ministro dos Transportes e Comunicações do Peru, Edmer Trujillo, responsabilizou diretamente o Brasil pela paralisação do projeto de construção da ferrovia (REUTERS, 2020). Na mesma entrevista em que coloca a Bolívia, mais uma vez, como componente do trajeto da ferrovia, o ministro peruano argumenta que o novo governo do presidente Jair Bolsonaro estaria mais interessado em estreitar relações com o governo chileno de Sebastián Piñera do que com Peru e Bolívia. Ainda segundo a reportagem, o ministro disse que em junho de 2019, os presidentes do Peru e da Bolívia comprometeram-se a preparar estudos de viabilidade para construção da ferrovia, porém, o projeto se encontra atualmente em estado de suspensão devido ao fraco interesse do governo atual brasileiro. A notícia demonstra um processo que já vinha se desenhando desde 2017 e se intensificou com a mudança de governo brasileiro, em 2019: a alteração do eixo de construção da ferrovia, de norte migrando para sul, e a mudança de parceiros preferenciais dentro do continente sul-americano, com o alinhamento de Brasil e Chile, de um lado, e Peru e Bolívia, de outro. Diante deste cenário, o prognóstico é que a ferrovia bioceânica não seja concluída tão cedo e os chineses não consigam concretizar suas ambições em um futuro próximo.

A opção por organizar descritivamente esta seção a partir da caracterização da possível ferrovia bioceânica, os avanços e retrocessos na negociação entre os países e as decisões tomadas por seus altos escalões políticos não foi despropositada. O papel das organizações indígenas e dos atores conservacionistas foi marginalizado no relato para mostrar que, quando utilizamos a geopolítica fragmentada para entender um evento, devemos perceber que a escala desempenha função fundamental. Decisões podem, e muitas vezes, são tomadas à revelia dos atores instalados no território sobre os quais incidirão as principais mudanças e impactos. A escala do capital, dos grandes empreendimentos e da política externa tem força o suficiente para modelar territórios segundo uma lógica externa à região, e/ou especular deliberações utilizando-o como estratégia. Exemplo disto é o fato de no mesmo dia em que os cinco engenheiros chineses sobrevoaram o PNSD, em 2015, os índios Nawa faziam quatro funcionários públicos federais de reféns (ocorrência descrita no segundo caso), sem que um grupo soubesse da existência ou da ação do outro (BEDINELLI, 2015). Eventos ocorrem concomitantemente,

sobre uma mesma área, mas a diferença das escalas a que pertencem impossibilita o conhecimento de um pelo outro; embora sempre articuladas, as escalas do capital e do território nem sempre se revelam uma à outra.

O caso da ferrovia demonstra que as decisões de gestão do território podem ser tomadas unilateralmente ou serem resultado da negociação entre atores que não participam da mobilização regional ou local. Embora o traçado original da linha de ferro cruze diversas áreas protegidas e terras indígenas, de ambos os lados da fronteira, a decisão final por sua efetiva implantação não coube a nenhum dos atores que vivem nesses territórios. Enquanto houve impulso chinês e articulação entre os dois países, a Bioceânica deu mostras significativas de possível conclusão. Porém, diante da mudança de governos em ambos os países, e aparente realinhamento de alianças e estratégias geopolíticas no continente sul-americano, o projeto sofreu fortes mudanças e/ou se encontra emperrado. Por fim, foram por efeitos não intencionais que a integridade do PNSD, em ambos os lados da fronteira, foi mantida e as tensões territoriais que comporta permaneceram com a mesma configuração.

5.5 Relação entre atores humanos e os objetos geográficos

O último caso não tem por intenção portar o caráter descritivo e analítico dos anteriores. Não trata de um evento específico, nem de um conjunto deles; mas sim de uma proposta que dê conta de entender a influência que objetos espaciais podem exercer sobre o comportamento dos atores em uma dada região. Optamos por deixá-lo por último devido a sua natureza experimental: diferente dos demais casos, abordados sempre a partir de informações e discussões precedentes, este é fruto de um exercício de imaginação geográfica, sob o prisma da geopolítica fragmentada, que traz consigo certo teor de originalidade.

À primeira vista pode parecer um esforço sem muita consistência ou rigor, porque inconcluso. Porém, a intenção é realmente averiguar os condicionantes espaciais das redes estabelecidas pelos atores. Trata-se da aplicação de uma dada perspectiva, sobre os episódios anteriormente descritos. Intentando lograr êxito, admitimos a dificuldade da ação, seja por inabilidade nossa em pôr em prática as ideias, seja pela falta de informações necessárias, ou ainda porque a proposta seja, de fato, pouco coerente e precisa. Talvez seja este o ponto mais vulnerável e, portanto, crítico de toda a dissertação. Mesmo assim, o desafio da tentativa é irrefutável na medida em que pode contribuir para melhor apurar a concepção de geopolítica que propusemos trabalhar até agora.

A inspiração vem da Teoria Ator-Rede, já explorada em capítulos anteriores, de Latour (2012). Ali, o autor defende a existência de íntima dialética mantida entre ator e rede: o ator não é concebido como fonte exclusiva para que uma ação aconteça, mas sim como o produto de um conjunto de entidades, organizadas na forma de rede, que se digladiam constantemente, compelindo a tomada de posicionamento dos participantes, os tornando, desta forma, atores; a definição do ator como tal acontece somente mediante a configuração da rede, que por sua vez é constituída pelas relações estabelecidas pelos atores. O entendimento da complexidade da realidade implica a indissociabilidade de ator e rede: só podem existir quando juntos e relacionalmente interconectados. Desta maneira, surge o conceito de Ator-Rede.

Esta ideia é tributária de um paradigma maior no qual o autor ancora suas reflexões sobre ciência e maneiras de obter conhecimento. Para ele, a pureza conceitual almejada pela ciência moderna no ato de classificar objetos no mundo nunca existiu. A realidade é caracterizada pela hibridez das coisas, pela inseparabilidade de seus atributos e qualidades. Todas as coisas pertencentes à realidade ou projetadas pela mente humana seriam, portanto, por definição objetos híbridos. Para o prosseguimento da argumentação bastam estas informações; não retomaremos toda a discussão, já feita anteriormente nesta mesma dissertação. O que importa aqui dizer é que os objetos existentes no mundo e que mediam a forma como o conhecemos são híbridos. Trazem consigo, de modo imanente, naturezas aparentemente contraditórias, mas que na verdade são inseparáveis e responsáveis por torná-los o que são. À título de ilustração, um Parque Nacional, por exemplo, pode ser lido como um objeto híbrido na medida que alia a formação geoecológica e física precedente à uma concepção de conservação debatida política e socialmente, e que, em um determinado período, goza de ampla adesão.

A Teoria Ator-Rede funciona como armadura para esta concepção sobre o conhecimento: ao mesmo tempo em que o recobre, auxilia em sua mobilidade, garantindo dinamismo e método prático de aplicação para compreender os fenômenos. Por isso, todo objeto estudado pela perspectiva da Teoria Ator-Rede pressupõe hibridez. Logo, a ideia de que apenas atores humanos, porque dotados de intencionalidade, são os únicos capazes de realizar ações e transformar a realidade material do mundo é questionada. Um grupo que até então é sempre visto como pano de fundo, componente do cenário ou base na qual se desenrola a vida recebe maior atenção: os atores não humanos. De objetos “inanimados”, os objetos não humanos podem ser lidos como geradores de ação, produtores de movimento e de diferenças. Afinal, se a categoria de área protegida *Parque Nacional* não existisse, estaríamos nós aqui a gastar tantas

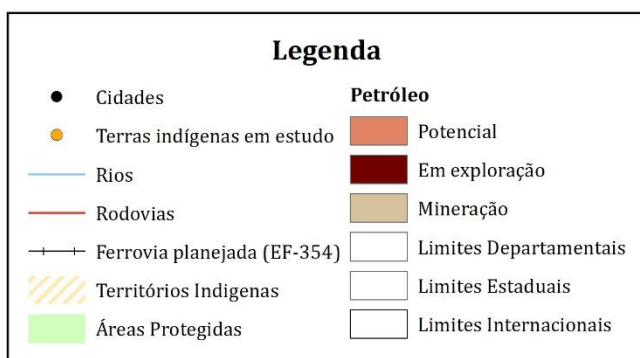
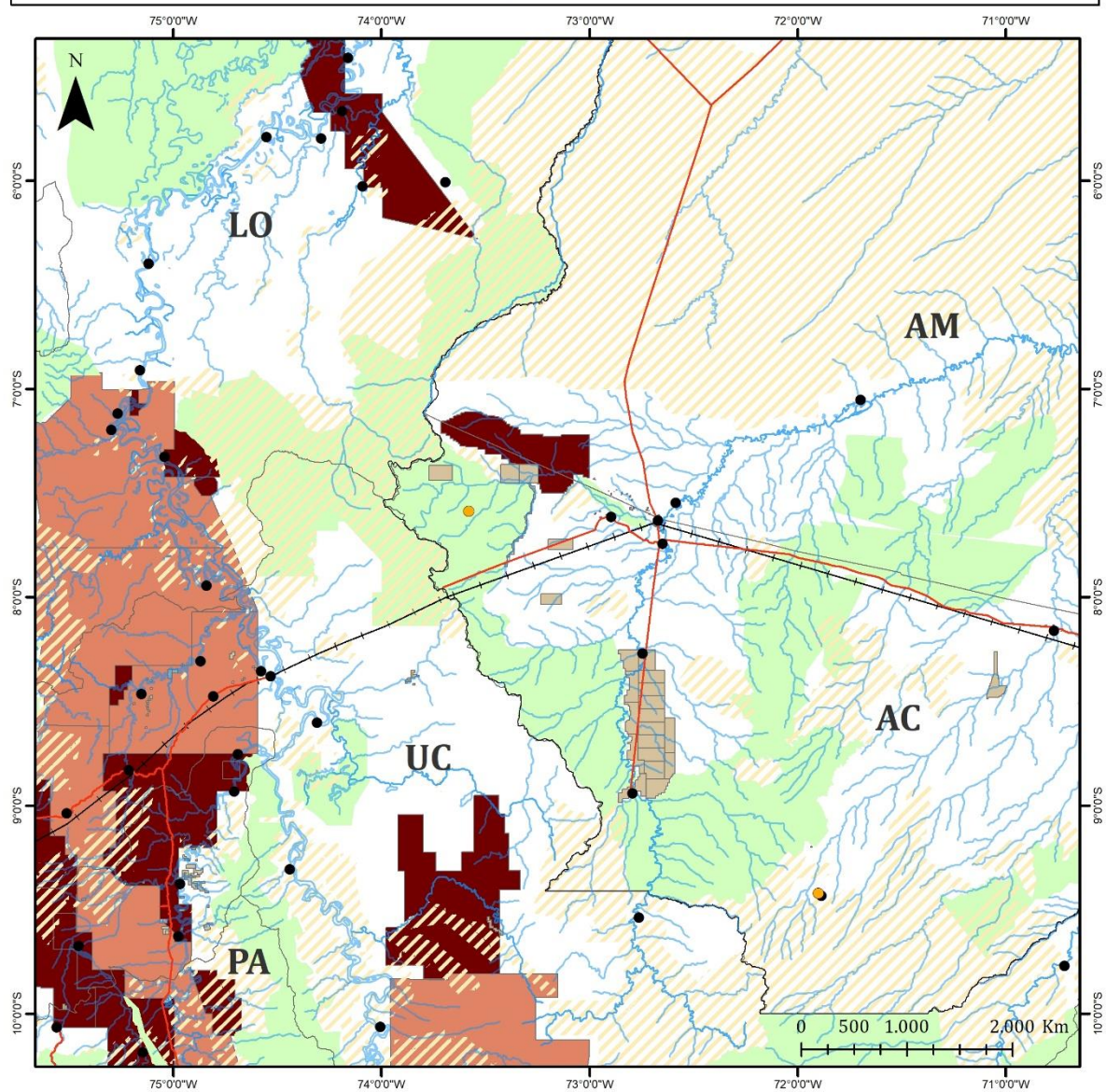
páginas descrevendo e analisando as diferentes relações contraditórias que os agentes da conservação mantêm, levando em conta sua dimensão territorial?

Trata-se de uma perspectiva que tem muito a contribuir à análise geográfica dos fenômenos, mesmo que a princípio desperte sua cota de estranheza. Os atores não humanos podem ser entendidos pela geografia, com algumas adaptações, como objetos espaciais. Seriam objetos presentes em um dado espaço com relevância o suficiente para afetar, influenciar ou, em alguns casos, até mesmo determinar a configurações de territórios; sua materialidade não é condição necessária para ser considerado como um objeto geográfico: basta que sua existência, mesmo embrionária, ainda em projeto ou abstrata tenha crédito o bastante para remodelar as articulações entre os atores, suas relações com os territórios e nas estratégias de defesa e divulgação de gestão. Exemplo disso seria o limite internacional, que não existindo materialmente ainda é capaz de organizar dinâmicas e comportamentos entre populações inteiras e sinalizar para o mundo os limites impostos a cada um dos países. Como vimos no primeiro caso descrito no capítulo, a existência do limite internacional além de separar a etnia Ashaninka em dois países foi decisiva na construção de diferenças da mobilização política de cada um dos grupos.

Refutamos, porém, a ideia de que qualquer objeto meramente disposto no espaço geográfico deve ser reconhecido como operante ativo sob a perspectiva da geopolítica fragmentada. Caso fosse, a área de estudo, assim como as relações que engendra, seria distinguida apenas como suporte espacial ou mesmo um cenário para o desenvolver dos acontecimentos. Após criar sólida problemática de pesquisa, os objetivos e questões servem como balizadores e avaliadores de quais elementos da área de estudo devem ser considerados para entender sua dinâmica geopolítica. Sua seleção depende da intencionalidade do pesquisador, da escala do fenômeno e do grau de influência que estes objetos têm regionalmente; em outras palavras, não aspiram a ser a própria realidade, mas um recorte espacial e metodológico dela. Por exemplo, na figura 13, destacamos todos aqueles objetos, concretizados ou não, cuja existência, de alguma forma, funcionam como verdadeiros atores-redes: eles se articulam entre si, de forma tal que cada objeto induz outros agentes a executarem seus movimentos, constituindo verdadeiras redes em que o movimento de um dos atores impacta e influencia no comportamento dos demais.

Figura 13: mapa dos atores não humanos na região da Serra do Divisor – Sierra del Divisor.

Elementos de tensão no entorno do complexo da APT Serra do Divisor-Sierra del Divisor



Org.: Rian Q. Cunha/ GIS: Pedro A. T. do Amaral
 Fonte: RAISG; IBGE / Ano: 2019

A geopolítica clássica se preocupou em tratar as relações entre poder e ambiente, Estado e território, guerras e estratégias. Entretanto, sempre a partir de um recorte já previamente estabelecido, o do território correspondente ao Estado-nação (COSTA, 1992). A geopolítica fragmentada tem como proposta inverter o ponto de vista. Características como forma e posição ainda são de suma importância. Porém, o recorte tem que ser ajustável conforme varie o problema que ele pretende investigar, não é tão mais estável e imóvel como antes, adquire características de ritmo dinâmico e suscetível de alteração a qualquer disputa entre os atores pela gestão hegemônica daquela área. Agora, a existência de territórios dentro de territórios, territórios sobrepostos a territórios, é uma realidade que não pode ser desconsiderada.

Por sua vez, o Estado não é mais o ator por excelência da geopolítica. Ele convive, compete e se alia a outros, internos e externos. Junto ao seu clássico uso para o desenvolvimento em guerras, a estratégia agora é empregada em ações menos belicosas, porém mais amplas e duradouras; a conquista e competição direta de forças gradativamente migraram para disputas de legitimidade, prestígio e capacidade de influência entre os atores dentro de um campo específico.

Na conservação, por exemplo, como visto no segundo caso descrito no capítulo, movimentos conservacionistas ligados à ONGs e organizações internacionais disputam com grupos indígenas a oportunidade de gerir o território da Serra do Divisor. A tensão entre visões diferentes de como proteger a natureza, que se dá no interior do campo conservacionista, entende que a gestão de um território é uma forma de exprimir e atestar suas convicções, discursos e ganhar, com isso, legitimidade e maior status dentro do mesmo campo da conservação. Por uma geopolítica fragmentada, o puro controle sobre um território não é de tanto interesse. Além de muito oneroso, desgasta a imagem dos envolvidos e cria impasses somente possíveis de resolução por meio da força. Não mais importa quem possui direito a gerir e organizar um território, apenas. Importa, sobretudo, ser um ator reconhecidamente influente dentro do campo, visto como referência e capaz de difundir suas ideias para serem aplicadas em outros lugares pelo mundo; os projetos geopolíticos tendem a refletir essa ambição.

Pelo que vimos ao longo da pesquisa, são exatamente os objetos geográficos³², portanto não humanos, os alvos das disputas. Embora imerso e moldado por discursos ambientalistas, o

³²Talvez valha a pena neste ponto esclarecer que artefatos e dispositivos que não tenham, em si, uma dimensão espacial não podem ser considerados como um destes objetos a que nos referimos, mesmo que possam ser classificados como atores não humanos, dentro da perspectiva de Latour (2012). A legislação ambiental é um exemplo disso. Quando vista por si, não faz sentido incluí-las como um objeto geográfico. Porém, os efeitos territoriais provocados por ela podem e devem ser considerados como tal, à medida que influenciam a gestão ambiental e a organização do território.

campo conservacionista só goza de sua plenitude na prática, na implantação de seus conceitos sobre uma dada área, por um tempo que garanta a observação dos efeitos das mudanças empregadas. Esta contradição serve como fundamento para todo o desenrolar descrito no segundo caso, por exemplo. A existência de uma floresta, em si, não condiciona ou promove disputas e lutas. Porém, a tensão latente entre a existência material da formação geocológica e a abstração traduzida por conceitos como “conservação” e “desenvolvimento econômico”, garantem à floresta qualidade suficiente para ser considerado um objeto geográfico a ser incorporado na análise como um ator, pela perspectiva da geopolítica fragmentada.

Esta tensão abarca ainda o conflito que antagoniza legislação ambiental e as sobreposições de territórios indígenas e Parques Nacionais. Enquanto as legislações, de ambos os países, asseguram que os parques devem ser a categoria de área protegida com maior restrição dentre as demais, os indígenas pleiteiam criação de reservas dentro do limite do parque ou expansões de terras em direção ao seu interior. Neste contexto, a floresta serve de laboratório de gestão para ambos os grupos, que representam, quase que arquetipicamente, as divergências dentro do campo conservacionista desde que ele surgiu. De um lado, um grupo pede pelo uso sustentável dos bens florestais, do outro, um grupo diz que a floresta deve ficar intacta e sua unidade não deve ser rompida sob nenhum pretexto.

Da mesma maneira, a natureza em si, e a forma como ela é entendida pelas sociedades que a disputam abrem outras frentes de conflito e disputas, na região. O reconhecimento e respeito à alteridade é um ponto de fragilidade, por exemplo. Gestores de ambos os parques defendendo a pureza conceitual de integridade ecológica, se posicionam contra hábitos ancestrais de comunidades indígenas, como já visto anteriormente. Pelo que tudo indica, ambos os métodos de conservar a floresta são eficazes, a seu modo. O que se assiste é a disputa no interior do campo da conservação: ceder à proposta dos indígenas seria enfraquecer a posição dos ambientalistas, algo que não farão uma vez que detém posições de poder dentro dos Conselhos de Gestão dos parques.

Por outro lado, há ainda um conflito de escalas, que contrapõe as metas e decisões de conservação estipuladas em congressos internacionais à vivência cotidiana local das populações que habitam o parque. Os gestores, defensores das “melhores práticas” da conservação, tendem a replicar sobre os parques de que são responsáveis a orientação vinda de grandes ONGs ou da IUCN, muitas vezes à revelia das características da região (se apresentam população local ou não, a quanto tempo eles se encontram instalados ali, qual a relação entre os meios de reprodução de suas sociedades e aquilo que denominamos de natureza, entre outros). Por seu

turno, os grupos indígenas, mesmo que cada vez mais politizados e capazes de mobilizar em diferentes escalas, não dominam plenamente artefatos que garantem legitimidade no campo da conservação, como a ciência e a técnica moderna.

Este raciocínio recobre mesmo uma controvérsia antiga da geografia: a oposição entre os métodos idiográfico e nomotético. O primeiro diz respeito aos fatos considerados individualmente, em que a descrição de um caso específico ocupa posição central na análise – exposta no fato de qualquer formação postulante a ser conservada no mundo apresenta particularidades que devem ser minimamente consideradas no momento de sua análise, como sua localização (a fronteira desempenha fundamental papel para entendermos os conflitos na região da Serra do Divisor, por exemplo); o segundo trata-se de um método que tenta formular leis gerais para entender um objeto, circunstância ou evento – o fato de organizações internacionais, balizadas por seu conhecimento em ciências naturais e biológicas, elaborarem regras universais de conservação que devem ser aplicadas, independente da região do globo, salvaguarda algumas adaptações necessárias para melhorar sua efetividade. Portanto, fica claro que o embate entre legislação e normas conservacionistas e a existência concreta da floresta, com suas características e populações locais, contrasta gravemente a escala de gestão local à escala de decisão.

O caso da tentativa de Patrimonialização da Serra do Divisor (caso III) é uma adequada ilustração para entender como objetos geográficos, produto de existência material no espaço e intencionalidade e racionalidade humana, contribuem para arregimentar atores humanos em prol de estratégias e, assim, criam redes. Em teoria, e no geral, a transformação de áreas protegidas em Patrimônio da Humanidade é muito vantajosa para sua conservação. Porém, quando o fator “localização” é inserido no quadro, percebemos que a categoria internacional pode gerar conflito. O principal deles é o territorial. A formação geocológica, em si, reúne todas as condições para ser declarada como bem da humanidade. Entretanto, sua posição em região de fronteira acendeu o alerta de ameaça das instituições responsáveis pela defesa nacional. Para a tomada da decisão em declinar da proposta de patrimonialização, a posição da formação geocológica pesou mais do que suas características intrínsecas. Concomitantemente, a existência da fronteira, como objeto geográfico, obstruiu a tentativa dos conservacionistas de criar um plano de gestão compartilhado e, mesmo indiretamente, colocou grupos indígenas como aliados de organizações governamentais com longo histórico de tensão, como o Conselho de Defesa Nacional. Neste contexto, seria responsável desconsiderar a floresta ou a fronteira

como verdadeiros atores importantes para entender esta dinâmica? Ou deveríamos apenas colocá-los como um palco, cenário para o desenrolar das ações sociais e políticas?

O processo de extração de petróleo segue lógica semelhante. Visto nas últimas décadas como meio de desenvolvimento econômico para a região, é razão de conflitos fundiários envolvendo entes conservacionistas e, principalmente, os governos. A existência natural de acúmulo de hidrocarbonetos sobrepostos a territórios destinados à preservação poderia ser harmônica desde que o petróleo não fosse encarado como matéria prima energética e importante dinamizador econômico. Visto desta perspectiva, a localização das reservas, que depois são loteadas por empresas, se torna origem de tensões e modeladores de comportamento dos atores. No Brasil, por exemplo, data ainda de 1970 uma série de estudos realizados visando a prospecção petrolífera; portanto, anteriores a qualquer área protegida existente na região (PIMENTA, 2012b). Ainda segundo o mesmo autor, as atividades de prospecção foram retomadas e intensificadas a partir de 2007, fortemente incentivadas pelo então governador do Acre, Tião Viana. Este processo acirrou ainda mais os conflitos, pois neste momento a maioria das áreas protegidas já estava declarada e até mesmo consolidada no estado. A resistência das organizações conservacionistas é um dos motivos, por exemplo, da exploração, de fato, nunca ter sido iniciada.

Datam também da década de 1970 as atividades de exploração de petróleo e gás em territórios indígenas no Peru. Espelhando o processo acontecido no Brasil, em 2007 o governo peruano intensificou a política de concessões de lotes para a pesquisa e extração de matérias-primas energéticas do seu subsolo às empresas estrangeiras. Os lotes estão sobrepostos em aproximadamente 80% das terras das comunidades indígenas, incluindo reservas territoriais para povos isolados, segundo o Observatório da Fronteira³³. A valorização socioeconômica de um determinado recurso natural coloca em xeque a própria conservação da floresta, além de provocar conflitos acirrados. O massacre da cidade de Bagua, em 2009, no norte do Peru, é um exemplo. Mais de trinta pessoas, entre policiais e indígenas morreram após conflito armado. Naquele mesmo ano o governo pretendia aprovar um conjunto de decretos e leis com intenção

³³ Por exemplo, segundo o Observatório da Fronteira, na região de Ucayali os lotes 126 e 138 estão sobrepostos aos territórios de comunidades Ashaninka no rio Tamaya, titulados ou não. Com extensão contínua de 1,4 milhão de hectares, os dois lotes estão em fase de prospecção, e têm limites com a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, e o Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre. O Lote 126 foi concedido para a canadense *Veraz Petroleum*, e o Lote 138 para *Pacific Stratus Energy*, também canadense. Este último tem sobreposição com a Reserva Territorial Isconahua para povos isolados.

de abrir ainda mais o território ao investimento privado no setor petrolífero, e consequentemente, avançando sobre as reservas indígenas.

Como dito, as áreas protegidas comportarem jazidas de petróleo não seria, naturalmente, nenhum problema; desde que combustíveis fósseis não fossem a principal matriz energética atual e capaz de dinamizar e movimentar a economia. A inseparabilidade entre sua condição natural imanente e sua construção socioeconômica garante aos reservatórios de petróleo status de ator na rede de relações regionais da Serra do Divisor. Como visto, a tensão entre o campo conservacionista e o campo econômico se desdobra em processos transfronteiriços, quando, por exemplo, na mesma época os dois países optam por explorar o recurso natural, enfraquecendo suas políticas ambientais. A existência da fronteira dinamiza o valor econômico da exploração ao causar diferenças no marco regulatório sobre extração de petróleo, quantidade de capital estrangeiro de empresas que podem estar envolvidas na prospecção em ambas as faixas de fronteira, entre outras. Porém, agentes desenraizados do território, como empresas canadenses, são responsáveis por organizar a gestão territorial da região. A escala do capital, neste sentido, busca operar de forma transfronteiriça e espelhada. Entretanto, choca-se com a capacidade de ordenamento político e resistência de organizações ambientalistas regionais, que dependem do uso e manutenção daqueles territórios para sua existência e reprodução, como tal.

A construção da ferrovia bioceânica segue similar lógica. Embora ela ainda não tenha sido concretizada, seu projeto (agora paralisado), mobiliza articulações e alianças entre os atores ambientais regionais de ambos os lados da fronteira. Não obstante seus desígnios não terem muito peso no momento da decisão, o reordenamento de atores em defesa da manutenção da integridade geocológica da Serra do Divisor frente a uma obra viária que nem mesmo saiu do papel é notável. Basta-nos para sugerir que podemos tratar como objetos geográficos, e, por conseguinte, atores não humanos, até mesmo aqueles que ainda existem apenas virtualmente. A ferrovia trata-se de um projeto político desenvolvimentista. Tem, portanto, características de tempo lento, isto é, é engendrado como projeto do Estado, independente dos governos transitórios e temporários que o lideram ocasionalmente. Na prática, acaba sendo empregada como estratégia, deliberada ou não, para driblar os intentos de movimentos sociais, que tendem a ser de tempo rápido, isto é, podem ser desmobilizados e remobilizados em curto período, mediante transformações significativas nos objetos alvo de defesa e mobilização. A construção de uma ferrovia pode criar um verdadeiro cosmos de relações, uma intrincada rede de alianças e antagonismos em torno de sua realização, mesmo que nenhum trilho tenha efetivamente sido posto na região da Serra do Divisor.

Por fim, os objetos e interações expostos até aqui não podem ser entendidos apenas como mero contexto ou cenário. Todos tiveram força o suficiente para mobilizar ações e reações de atores diversos, reorganizar alianças e antagonismos dentro do campo conservacionista e manusear a noção de fronteira segundo estratégias particulares. Podem ser considerados, portanto, também como atores, só que não humanos – são objetos geográficos que impõe restrições e cooperação de acordo com os interesses que nele são projetados e a forma como são entendidos pelos atores humanos. Reafirmamos que, comparado aos demais casos, talvez este possua menor solidez, porque é fruto de um exercício livre de aplicação do conceito de geopolítica fragmentada à uma ideia de que a relação entre atores na geografia não pode ficar restrita apenas a relações humanos - humanos. Entretanto, tal movimento garante abertura maior a críticas e observações por parte de quem lê esta dissertação, o convidando a desenvolver seu próprio posicionamento sobre as ideias aqui defendidas. Se outro valor não tiver, pelo menos as páginas que se seguiram contribuíram para a mudança de foco estritamente expositivo para uma proposta maior de interação. Posição esta que acreditamos ser mais pertinente a qualquer ciência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira é paradoxal: reflete as regras e a desigualdade criadas pelo limite político internacional ao mesmo tempo que o decompõe e sugere a integração, o contato e, também, o conflito. É alvo das ações daqueles que desejam tirar proveito da diferença política, jurídica ou institucional entre países, mas impõe condições de relação específicas. Sendo assim, cria uma realidade geográfica própria que se corporifica no uso dos territórios imediatos à fronteira. No primeiro caso analisado percebemos, ainda que em muitos momentos latente, o efeito da fronteira sobre os Ashaninka. Brasil e Peru tem políticas indigenistas diferentes, criando assimetria nos direitos políticos dos grupos indígenas. Não obstante as injustiças socioambientais que sofrem historicamente, os indígenas brasileiros, sobretudo os amazônicos, conseguiram se articular politicamente, ter apoio de importante parcela da sociedade e conquistar visibilidade na mídia internacional. Por sua vez, a construção como agentes políticos é mais difícil para os indígenas peruanos, devido a fragilidade do aparato legal da figura indígena e do posicionamento estatal pelo não reconhecimento de seus territórios. Uma mesma etnia, mesmo coesa culturalmente, quando exposta a tamanha dissimetria tende a produzir diferenças internas intraétnicas. A fronteira, na demarcação de dois sistemas nacionais, contribui para forjar e reproduzir diferentes identidades. Os Ashaninka brasileiros, tendo seu território já demarcado, lutaram para mantê-lo intacto e livre dos assédios externos, aumentando a conexão interna e solidificando laços. Já os peruanos ansiavam pela oportunidade de verem suas terras reconhecidas, se colocando abertos a alianças precárias.

O paradoxo fronteiriço é incorporado ao modo de vida Ashaninka, nesse momento. O limite internacional os distanciou e gerou desigualdade. Porém, foi justamente essa assimetria que expôs a necessidade de pensarem, juntos, uma política étnica transfronteiriça. A fronteira pode ser encarada como o local propício para tentar projetos geopolíticos originais. O espaço criado pelas fronteiras é impresso como territorial em sua origem; as relações de poder e de disputas não são contornáveis nos fenômenos fronteiriços. Não à toa as ONGs o encaram como um laboratório privilegiado de gestão. É a oportunidade de materializar o discurso internacionalista da conservação: o conjunto formado por ambos os espaços imediatos ao limite internacional, por não admitir controle legítimo de nenhum dos países vizinhos, seria melhor gerido por um árbitro pretensamente neutro e alheio aos interesses de cada Estado. Além disso, qualquer projeto bem-sucedido de conservação ambiental empreendido ali teria repercussão mundial.

Os agentes conservacionistas internacionais apenas se equivocam em um ponto: atribuir peso maior à importância do limite político, estanque e separador, do que à da fronteira, altamente dinâmica e volátil. Não entendem que a fronteira se nutre do choque de escalas, que ali o local tem potencial de se tornar global. Elaboram projetos alinhados com a discussão mais atualizada sobre a biologia da conservação, mas não reconhecem que a fronteira pressupõe relação local mediada pela experiência e pelo conhecimento do terreno, da população e de suas características particulares. Dessa forma, o conflito entre as ONGs e os agentes locais podem se dar de pé de igualdade: as primeiras dispõem de ciência e técnica, trunfos geopolíticos fundamentais em um mundo conectado e organizado em rede, porém o segundo grupo tem o conhecimento da vivência do local, conhecem profundamente o local e o transformam em instrumento político. Acreditamos que isso justifica a união transfronteiriça dos Ashaninka, apesar de seu desentendimento inicial, dos assédios empresariais e extrativistas e da desassistência dos governos. Por mais instável o campo de fora estivesse na região do Alto Juruá, as ONGs e agentes internacionais de conservação não conseguiram implementar seus projetos geopolíticos e os Ashaninka se tornaram importantes atores regionais.

O caso I mostrou que não se pode pensar em grupos sociais internamente coesos, em absoluto, mas sim em alianças temporárias e estratégias objetivas. O caso II exemplifica e aprofunda essa ideia. Nele, se percebe a concorrência dentro do campo da conservação. Uma corrente defende medidas mais restritivas quanto ao uso da terra. Outra argumenta que as florestas já são habitadas ancestralmente e há harmonia entre pessoas e o meio. Teorias válidas caso a discussão se limitasse ao campo das ideias. De um lado reconheceríamos o valor dos conceitos conservacionistas e o papel da ciência para desenvolvê-los: a ideia de biodiversidade, corredores ecológicos e *hotspots* naturais transformou a forma como encaramos a natureza e garantiu razões para sua proteção para além das considerações morais e/ou contemplativas. Areladas a essa mudança estão as abstrações corporificadas por palavras como diagnóstico, eficiência, efetividade e gestão. De outro lado estaria a serventia da experiência adquirida gradativamente ao longo do tempo, das percepções deixadas pelas sucessivas tentativas de lidar com o meio, da vivência do local. Ambos os pontos de vista têm seus méritos e o embate entre essas ideias contribuiu bastante pro avanço da discussão sobre conservação.

Porém, quando aplicados no território as retóricas trazem consigo efeitos previstos e imprevistos. No Peru, a associação entre indígenas e agentes conservacionistas pela transformação da Zona Reservada da *Sierra del Divisor* em Parque Nacional é um exemplo. A aliança previa a incorporação das reservas indígenas ao traçado do Parque, num primeiro

momento, e seu reconhecimento subsequente. Por ser a categoria mais restritiva de uso da terra, o estatuto legal do Parque Nacional protegeria os indígenas isolados da região dos assédios extrativistas e, junto com as forças conservacionistas, as organizações indígenas depois poderiam pleitear o reconhecimento de suas terras com maior tranquilidade junto ao governo peruano. No entanto, uma vez declarado o Parque, seus gestores não reconheceram as reservas indígenas em seu interior e apelaram para o argumento normativo que diz ser incompatível a presença humana com a integridade natural da área. Argumentavam pela necessidade de uma gestão transfronteiriça da natureza, formando com sua contraparte brasileira, o Parque Nacional da Serra do Divisor, uma APT. Compartilhar a gestão do parque com outra população ou admitir a presença de pessoas em seu interior seria muito prejudicial para obter apoio e reconhecimento internacional da IUCN na empreitada.

A disputa sempre foi pela legitimidade de exercer domínio e influência na gestão regional. Por essa perspectiva, a latente aliança formada entre gestores do parque e o governo desenvolvimentista peruano não é vista como contraditória. Como já dito no capítulo anterior, o Peru concebeu a região amazônica como fronteira de recursos a ser integrado ao restante do território, autorizando, por exemplo, a exploração de petróleo e gás muito próximas ou incidentes a reservas indígenas. A gestão do Parque, apelando para o conceito de desenvolvimento sustentável³⁴, reconhecia a importância do cumprimento de contratos de exploração pretéritos nos seus arredores, justamente sobre as reservas indígenas cujo reconhecimento afetaria a integridade territorial do parque. Desta maneira, a gestão se colocava como parceira estratégica aos empreendimentos do Estado e das empresas na região que, por sua vez, reconheceriam sua legitimidade em gerir o território. A aceitação social sobre a exploração de hidrocarbonetos tende a ser maior quando um ator do campo conservacionista não opõe resistência; da mesma maneira que o Estado é o definidor das políticas e do ordenamento territorial que ocorre nas fronteiras. Nesse sentido, ambos sairiam fortalecidos da relação.

A fronteira tem tamanho potencial de laboratório de gestão que o movimento conservacionista internacional, para ver consolidada uma APT, disputa com outros atores dentro do campo, faz alianças contraditórias e desenvolve projetos geopolíticos próprios. O processo que percebemos no Peru acontece também do lado brasileiro, com a contenda entre o

³⁴ Mais uma vez, um conhecimento oriundo dos debates teóricos, científicos e técnicos é empregado para dar argumento e legitimidade a uma ação. No campo da conservação, conceitos são artefatos e também instrumentos de disputa.

ICMBio, gestor do PNSD, e os indígenas Nukini e Nawa, que desejam expansão e reconhecimento de suas terras, respectivamente. O comportamento de ambas as gestões em relação aos indígenas é espelhado porque deriva da mesma lógica de conservação ambiental e tem um intuito claro: a transfronteirização da conservação da natureza.

Nesse sentido, a geopolítica é estratégia indispensável para se firmar, seja no campo da conservação seja na região transfronteiriça. As disputas territoriais não são eventuais consequências de disputas nem agravamento de tensão, mas são parte integrante do fenômeno. A conservação ambiental só pode se concretizar no processo de territorialização que, por definição, implica em conflito.

E o caso três mostra a dimensão multiescalar que fronteira tem, e como esta pode ser apropriada pelos diferentes atores. Há o choque entre a perspectiva histórica do Estado, que a concebe como fundamental para a segurança de seu território, com a proposta patrimonialista internacional. Os atores operantes na escala local fogem à essa lógica e executam suas próprias estratégias. Enquanto o Conselho de Segurança Nacional se desentendia com o ONGs e o Ministério do Meio Ambiente sobre regularizações da fronteira, os atores em escala local, como indígenas Ashaninka, auxiliavam as forças armadas no combate a atividade ilegais na fronteira. A fronteira mobiliza imaginários e discursos e, nesse sentido, é incorporada aos mais diversos argumentos: deve ser uma área de restrição, de segurança e estabilidade para o Estado; deve ser uma região de contato, de troca e de preservação para os entes conservacionistas da conservação. Mas qualquer uma dessas ideias esbarram na materialidade das coisas: fronteiras são dinâmicas e feitas a partir das relações do local. Qualquer discurso abstrato deve se submeter a configurações concretas criadas pela fronteira. O território exige que os conceitos sejam reelaborados. Ali, não é incomum que indígenas se aliem ao exército no monitoramento da ilegalidade transfronteiriça; ali, não se estranha que indígenas entrem em competição com ONGs internacionais pela gestão de territórios compartilhados.; ali não se estranha quando governos pretensamente progressistas defendam integração viária danosa à preservação da natureza. As florestas mobilizam relação política e ecológica, simultaneamente.

A fronteira reflete conflitos que não se originam no seu entorno imediato. Discussões são realizadas e decisões são tomadas em outros lugares, mas incidem sobre os territórios fronteiriços com grande potência. Alianças estratégicas e produtivas entre países, mudanças conjunturais de governo, variação do valor das commodities, grandes projetos de infraestrutura, parcerias comerciais, entre outros fatores acontecem à revelia dos desejos dos atores locais e ainda assim os influencia. Devido à desigualdade entres sistemas políticos e jurídicos criados

pela fronteira, as negociações são tão sensíveis nessa parte do território. É o que mostra o caso IV, com a construção da Bioceânica. O traçado da ferrovia, mesmo que virtual, é incorporado materialmente aos discursos e práticas geopolítica dos atores. Aqueles do campo da conservação se reúnem e se postam contrários ao elemento ameaçador ao funcionamento, e mesmo existência, de sua esfera de disputa. Os objetos geográficos devem ter uma determinada ordem para que o campo continue existindo. Por exemplo, as áreas protegidas não podem ser recategorizadas, os territórios indígenas não podem ser maculados, a tensão dos empreendimentos extrativistas precisam ser ameaça em potencial. A abertura de um eixo de integração na região muda a configuração territorial e, por conseguinte, a estrutura do campo de disputa. A fronteira, encarada como elemento de integração econômica, estimula o embate entre a escala de tomada da decisão, que tende a ser governamental, e a escala da determinação territorial, que envolve os atores localmente situados. Todo objeto territorialmente localizado na fronteira deve empregar em sua análise uma abordagem relacional e multi-situada, portanto. A convergência de duas ou mais escalas sobre as APTs cria uma escala de análise própria, na qual os protestos dos Nawa e Nukini pelo reconhecimento de seu território devem ser articulados com a comitiva de senadores do Norte indo ao Peru para pressionar a autorização da construção da ferrovia. Todos compõem uma só problemática: a tentativa de implantar um empreendimento transfronteiriço e as resistências que o território impõe.

Resistencia derivada da disposição dos objetos geográficos, estudados no caso V. Entender a conservação da região do Juruá como transfronteiriça não é recente. A floresta tem significado também político, pelo menos, desde a década de 1980, com a relevância da causa indígena e dos povos tradicionais. No entanto, com a criação do Parque Nacional *Sierra del Divisor* em 2015, território espelhado do Parque Nacional Serra do Divisor brasileiro, criado em 1989, há significativa mudança na disposição das forças e dos atores. As disputas discursivas sobre o melhor uso de uma mesma formação natural se acirram. A mobilização de categorias abstratas transforma a realidade concreta fazendo dos objetos geográficos verdadeiros atores, na perspectiva ator-rede, porque podem ser mobilizados pelos discursos dos diversos atores participantes. Por exemplo, a existência de petróleo é inegável. Seu uso como recurso energético ou catalisador de desenvolvimento econômico é arbitrário. O discurso pró-exploração coloca de maneira latente que o petróleo teria um fim óbvio que somente poderia ser concretizado mediante sua utilização. Atribui a uma coisa nexos intencionais. Por sua vez, outros atores podem alegar que independente do material que esteja no subsolo, a integridade da floresta acima dele deve ser mantida intacta. O posicionamento vencedor depende do

contexto histórico e da proposta de sociedade que naquele momento tiver maior força para se impor.

Na verdade, sem exageros, se pode afirmar a coexistência de, pelo menos duas realidades: a dos objetos geográficos em si e aquela construída pelos discursos de quem tenta mobilizá-los de acordo com seus interesses. Uma floresta, ao se tornar uma área protegida, pode ser enxergada como um entrave ao desenvolvimento econômico da região, um laboratório de gestão eficiente e um elemento indispensável para reprodução sociocultural. Seu uso será determinado pelos atores mais fortes naquele dado tempo e espaço. Nesse sentido, os projetos geopolíticos superpostos servem para um ator impor sobre os demais sua própria realidade particular; por meio da geopolítica busca-se a legitimação de uma visão da realidade sobre os demais, se almeja validade social para um determinado uso da terra. É possível perceber o surgimento de um novo espaço, conflituado e fragmentado. Cria-se, portanto, uma geopolítica fragmentada, na qual o território, construído a partir da coexistência de diferentes atores, é disputado por interesses contraditórios e discursos geopolíticos concorrentes.

A geopolítica fragmentada foi pensada como instrumento analítico para comportar as redes que atuam sobre o mesmo território, mas com propósito diferente. No processo de disputa, os atores se organizam para conquistar seus direitos e defenderem seus direitos políticos, sociais e ambientais, mas, sobretudo, territoriais. Na fronteira, os conflitos algumas vezes podem passar despercebidos, podem ser latentes para alguns atores. Mas a geopolítica fragmentada pode desvelar o invisível. Os Ashaninka peruanos nunca presidiram a AIDSESEP até 2017. Tendo em vista sua recente relação com as empresas madeireiras, a Associação poderia enxergar os Ashaninka como uma ameaça ou facilmente cooptáveis. Porém, a aliança mantida com os Ashaninka brasileiros e, principalmente, a transformação da Zona Reservada da *Sierra del Divisor* em Parque Nacional, transformaram o peso político dos indígenas. Para fazer frente à gestão do Parque Nacional *Sierra del Divisor* e conseguir apoio institucional para reconhecer as reservas indígenas que se sobrepõe a ele, a AIDSESEP se alinha à forte aliança transfronteiriça Ashaninka. Essas disputas intra grupos ficam latentes e somente são organizadas a ponto de se tornar inteligíveis ao aplicar o filtro da geopolítica fragmentada à situação.

Não é incomum que as pesquisas sobre a temática ambiental atribuam o surgimento dos conflitos ao antagonismo dos interesses entre os atores. Por exemplo, os diferentes projetos de apropriação do território das áreas protegidas derivariam de antagonismos entre desenvolvimentistas *versus* ambientalistas, entre frentes de exploração x vivência dos povos locais. A construção não é equivocada, porém carece de complexidade porque toma como

pressuposto a homogeneidade dos grupos sociais. Ao conceber a conservação ambiental como um campo de disputas, a geopolítica fragmentada evidencia que atores, no senso comum, vistos como aliados naturais podem competir entre si e se mostrarem mais prejudiciais uns aos outros do que as ameaças exteriores.

A perspectiva dos conflitos socioambientais parte de polos muito bem definidos e delimitados, mas a realidade, ainda mais a fronteira, é mais complexa do que isso e, sendo dinâmica, está sujeita a mudanças rápidas e transformações significativas exigentes de instrumentos de análise mais adaptáveis. O campo da conservação se caracteriza justamente pela heterogeneidade de atores e, por consequência, a multiplicidade de pensamentos e uso para o território, refletindo-se em diferentes projetos geopolíticos.

Tentamos, com a geopolítica fragmentada, analisar o campo conservacionista e seus efeitos territoriais. Defendemos que há uma hierarquia e verticalidade entre os atores que compõe este campo, porém eles se organizam em redes e buscam afetar a fronteira com estratégias originais capazes de efetivar suas visões próprias de geopolítica. A conservação deve ser retirada da concepção moral e instada a migrar para a política. Áreas protegidas e territórios indígenas coexistem com concessões exploratórias e discursos estatais sobre segurança na fronteira, produzindo novas disposições políticas, ambientais e territoriais que demandam interpretações próprias que buscamos suprir pela perspectiva da geopolítica fragmentada. Afinal, uma área protegida transfronteiriça é um instrumento geopolítico, em primeiro lugar.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, William *et al.* “New spaces for nature: the re-territorialisation of biodiversity conservation under neoliberalism in the UK”. **Transactions of the Institute of British Geographers** 39:574-588. 2014.
- AGÊNCIA SENADO. CRE vai buscar aproximação comercial entre Brasil e Peru. **Senado Notícias**. 2017b. Disponível em: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/699027308/cre-vai-buscar-aproximacao-comercial-entre-brasil-e-peru>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- AGÊNCIA SENADO. Ferrovia bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública. **Senado Notícias**. 2017b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- AGÊNCIA SENADO. Ferrovia bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública. **Senado Notícias**. 2017b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- AGÊNCIA SENADO. Ferrovia Bioceânica, que liga Brasil ao Pacífico, enfrenta problemas para implantação. **Senado Notícias**. 2017a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/08/ferrovia-bioceanica-que-liga-brasil-ao-pacifico-enfrenta-problemas-para-implantacao>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- AGNEW, John. “The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory”. In: **Review of International Political Economy** 1:1 Spring. 1994
- AGNEW, John. **Geopolitics: re-visioning world politics**. Routledge: London, 1998.
- AIDSESEP. AIDSESEP gana importante batalla al Estado peruano en defensa y protección de los pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial. 2019 **AIDSESEP**. Disponível em: <http://www.aidesep.org.pe/noticias/aidesep-gana-importante-batalla-al-estado-peruano-en-defensa-y-proteccion-de-los-pueblos>. Acesso em: 06 mai. 2019.
- AIDSESEP. **CARTA Nº 211 -2012-AIDSESEP**. 2012. Disponível em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/wpcontent/uploads/sites/3/2016/03/ANEXO-1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- AIDSESEP. Estado Peruano reconoce la existencia de pueblos indígenas en aislamiento en la propuesta de Reserva Indígena Sierra del Divisor Occidental. **AIDSESEP**. 2018. Disponível em: <http://aidesep.org.pe/noticias/estado-peruano-reconoce-la-existencia-de-pueblos-indigenas-en-aislamiento-en-la-propuesta>. Acesso em: 05 mai. 2019.
- AIDSESEP. Pueblos Indígenas en Situación de Aislamiento del Corredor de Bosques Continuos Yavarí – Yaquerana – Tapiche Amenazados por Inacción e Incumplimiento de las Leyes de los Gobiernos del Perú y Brasil. 2017 **AIDSESEP**. Disponível em: <http://www.aidesep.org.pe/noticias/pueblos-indigenas-en-situacion-de-aislamiento-del-corredor-de-bosques-continuos-yavari>. Acesso em: 06 mai. 2019.
- ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1998.
- ALBERT, Bruce. “Indian lands, environmental policy and military geopolitics in the development of the Brazilian Amazon: the case of the Yanomami”. **Development and Change** 23:35-70. 1992.

ALMEIDA, Alfredo W. de. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: M. A. D’INGAO & I. M. da SILVEIRA (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 521-537.1994.

AMORA, Dimmi. Ferrovia bioceânica, para ligar o Brasil ao Pacífico, é viável, indica estudo. **Folha de São Paulo**. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790571-ferrovia-bioceanica-para-ligar-o-brasil-ao-pacifico-e-viavel-indica-estudo.shtml>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BACA J & DEVINE J. “The political forest: Decentering the state.” In: **Antipode**. Ainda não publicado.

BARBOSA, Anny. Acre e Peru discutem projeto de manejo para a Serra do Divisor. **G1**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/05/acre-e-peru-discutem-projeto-de-manejo-para-serra-do-divisor.html>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BECKER, Bertha K.. ”O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo”. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H.; SILVEIRA, Carmem B. (ORGs). **Abordagens políticas da Espacialidade**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação: Rio de Janeiro. 1983

_____. “Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio”. In: VIEIRA, Ima C. G. (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Vol 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2015a. (Primeira edição: 1990) p. 171 – 324.

_____. “A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável”. In: CASTRO, Iná Elias de, *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995.

_____. “Um futuro para a Amazônia”. In: VIEIRA, Ima C. G. (ORG.). **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Vol 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2015b. (Primeira edição: 2008) p. 7 – 199.

BELAIDI, Rabah. “As áreas protegidas transfronteiriças: reflexões críticas acerca de um uso geopolítico do direito da biodiversidade”. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 392-406, 2016

BENDINELLI, Talita. Ferrovia patrocinada pelos chineses ameaça ‘terra intocada’ do Acre. **El país**. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/30/politica/1438262981_380956.html. Acesso em: 23 jun. 2019.

BNDES. **Corredor Bioceânico Ferroviário: Estudos técnicos referentes ao Eixo de Capricórnio Relatório Consolidado**. Rio de Janeiro: Híbrida, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “Avenir de classe et causalité du probable”. **Revue Française de Sociologia**. Paris, v. 15, n.1, p.3-47, jan./ mar. 1974

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva. 1987.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Sobre o campo político**. Lyon : Presses Universitaires de Lyon. 2000.

BRANDÃO, Carlos. “Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos”. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila. 2010, p. 241-272.

BRASIL. **Lei nº 9985**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes: 1991.

CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência. 2018

CARVALHO, Adalcimar. Servidora que ficou detida em aldeia no AC crê em ação 'premeditada'. **G1**. 2015 Disponível: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/07/servidora-que-ficou-detida-em-aldeia-no-ac-cre-em-acao-premeditada.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CARVALHO, Isabel C de M. “Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural”. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun., 2001.

CARVALHO, Isabel C. de M; STEIL, Carlos A. “O *habitus* ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, N. 34. Set./dez., 2009.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo; COUTINHO, Bruno H.; FREITAS, Leonardo Esteves. “Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas”. In: GUERRA, Antonio J. T.; COELHO, Maria C. N. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p 25-65.

CAVALCANTE, Ricardo *et al.* “A Teoria Ator-Rede como referencial teórico-metodológico em pesquisas em saúde e enfermagem”. In: **Texto contexto – enfermagem**. Vol 26. Nº4. Florianópolis, 2017

CHATURVEDI, Sanjay. **The polar regions: A political geography**. Chichester: John Wiley & Sons. 1996.

CIMI. Povo Nawa libera servidores e comissão seguirá para Brasília negociar demarcação. **Conselho Indigenista Missionário**. 2015a. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/07/37446/>. Acesso em 24 jun. 2020.

CIMI. Povo Nawa retém funcionários da Funai e ICMBio para reivindicar demarcação de terra. **Conselho Indigenista Missionário**. 2015b. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/07/37430/>. Acesso em 24 jun. 2020.

CLARK, Nathália. Sierra del Divisor: categorização avança na proteção florestal, mas desconsidera áreas de isolados. **Povos isolados na Amazônia**. 2016. Disponível em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2016/03/22/1208/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. RJ: Zahar. 1979

COELHO NETO, Agripino Souza. “Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia”. In: **GEOgraphia**. Niterói, UFF, vol. 19, n. 41, set/dez. 2017

COELHO, Maria C.N.; CUNHA, Luis H.; MONTEIRO, Maurílio A. “Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política”. In: GUERRA, Antonio J. T.; COELHO, Maria C. N. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p 67 – 111.

COIAB. Famílias do povo Nukini, no Acre, sofrem ação repressora por consequência de reintegração de posse exigida pelo Ibama. **ISA**. 2005. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/familias-do-povo-nukini-no-acre-sofrem-acao-repressora-por-consequencia-de>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CONKLIN, Beth; GRAHAM, Laura. “The Shifting Middle Ground: Amazonian Indians and Eco-Politics”. **American Anthropologist**, n° 97 (4): 695-710. 1995.

CORREIA, Pedro de P. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia: Volume I – Conceitos, Teorias e Doutrinas**. Coimbra: Quarteto Editora. 2002.

CORSON, Catherine. “Corridors of Power: Assembling US Environmental Foreign Aid”. In: **Antipode: A Radical Journal of Geography**. Vol. 0 No. 0. 2018

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HucitecNSP. 1992

CUNHA, Rian de Q. **Atuação de ONGs ambientalistas em unidades de conservação fronteiriças: o caso do WWF Brasil**. Monografia em Geografia. IGEO. UFRJ, Rio de Janeiro. 2017.

DALBY, Simon. **Security and environmental change**. Polity Press, Cambridge. 2009

DIEGUES, Antonio C. “Introdução”. In: DIEGUES, Antonio C. (Org). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/ USP. 2008. p.9 – 21.

DOUROJEANNI, Marc J. “Organizaciones no gubernamentales internacionales o 605 “transnacionales”?”. In: **Ecologia Aplicada**. 5 (1,2). ISSN 1726-2216. Departamento Académico de Biología, Universidad Nacional Agraria La Molina, Lima, Peru. 2006

DOWIE, Mark. **Conservation refugees: the hundred-year conflict between global conservation and native peoples**. MIT Press, Cambridge, Mass.; Cambridge. 2009.

EKEN, Mehmet. How geopolitical becomes personal: Method acting, war films and affect. **Journal of International Political Theory** 15 (2):210–28. 2019.

FERNANDES, José. “Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade”. **Política Internacional** 26 Outono-Inverno. 161 186. 2002.

FERNANDES, Marisa. “El conocimiento geopolítico de José Marini e a Geopolítica Clássica Revisitada: o conceito de Geopolítica, o seu objeto e método de estudo”. **Nação e Defesa**. N° 163 – 5ª série pp. 277-299. 2013

FERNANDES, Marisa. **O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2009.

FERNANDES, Rubem. C. “Sem fins lucrativos”. In: **Sem fins lucrativos – as organizações não governamentais no Brasil**. LANDIM, Leilah. (ORG). Rio de Janeiro: ISER. 1988.

- GALLOIS, Pierre M. **Géopolitique les Voies de la Puissance**. Paris: PLON. 1990.
- GALTUNG, Johan. **The true worlds – a transnational perspective**. Nova Iorque: The Free Press. 1980
- GARCIA, Maria Manuela. “O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu”. In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. N. 97. 1996
- GESISKY, Jaime; PRESOTTI, Clarissa. ONGs querem Parque Nacional da Serra do Divisor como patrimônio da humanidade. **Conservação Internacional**. 2017. Disponível em: <https://www.conservation.org/brasil/noticias/2019/10/18/ongs-querem-parque-nacional-da-serra-do-divisor-como-patrim%C3%B4nio-da-humanidade>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- GONÇALVES, Maryline P. (org.). **Justice for Forest: improving criminal justice efforts to combat illegal logging**. Washington: World Bank Series. 2012.
- GONZÁLEZ, Sara. “Las narrativas escalares da globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas”. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila. 2010, p. 123-149
- HERCULANO, Selene C. “ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade”. In: **Meio ambiente: questões conceituais**. HERCULANO, Selene C (ORG.). Niterói: Riocor. 2000.
- HIRSCH, Joachim: “The State's New Clothes: NGOs and the Internationalization of States”. In: **Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society**, 15:2, 237-262. 2003
- HODGETTS Timothy *et al.* “Conservation geopolitics”. **Conserv Biol**. Apr;33(2):250-259. 2019.
- HORTA, Célio. “Geografia política e geopolítica: velhas e novas convergências”. **GEOgraphia**. Ano VIII -N. 15. 2006.
- IPHAN. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF: Iphan, 2008.
- IRVING, Marta de A. “Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (AP- Brasil): “Ultraperiferia” ou “Laboratório” para a Cooperação em Gestão da Biodiversidade nos Espaços Amazônicos de Fronteira? “. In: **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VI. Nº 10. Julho de 2004. Salvador, BA. 2004. Pp. 26 - 37.
- ISA. Índios isolados e dinâmicas fronteiriças no Estado do Acre: políticas oficiais e agendas futuras para sua proteção. **Instituto Socioambiental**. 2008. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/noticia/94282>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- IUCN. **Guidelines for Protected Areas Management Categories**. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 1994. Disponível em < <https://portals.iucn.org/library/efiles/edocs/1994-007-En.pdf>>. Acesso em novembro/ 2019.
- JIMÉNEZ, Carla. O sonho de chegar ao Pacífico de trem. **El país**. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/09/politica/1433870873_894438.html. Acesso em: 23 jun. 2019.

- JORNAL DO BRASIL. Índios fecham parque no Acre. **Terras Indígenas – ISA**. 2002. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/4158>. Acesso em 07 mai. 2019.
- KORINMAN, Michel. **Quand l'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique**, Paris, Fayard, 1990.
- LARSEN, Peter; BROCKINGTON, Dan (Eds.). **The Anthropology of Conservation NGOs: Rethinking the Boundaries**. Library of Congress Control Number: 2017945332. 2017.
- LATOURE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro (RJ): Editora 34; 1994
- LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: EDUFBAEDUSC; 2012.
- LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo (SP): Annablume; 2013
- LENÁ, Phelippe. “Novos atores sociais, desenvolvimento sustentável e Organizações Não Governamentais”. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997. p.297-338.
- MACDONALD David. “Mammal Conservation - Old Problems, New Perspectives, Transdisciplinarity and the Coming of Age of Conservation Geopolitics”. **Annual Review of Environment and Resources**. Vol. 44:61-88. 2019.
- MACHADO, Altino. Parque Nacional da Serra do Divisor é inscrito na Unesco como candidato a Patrimônio Mundial Natural. **Ecoamazonia**. 2017. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2017/01/parque-nacional-serra-divisor-inscrito-unesco-candidato-patrimonio-mundial-natural/>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- MACHADO, Lia O. “Limites, fronteiras, redes. ”. In: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (ORGs.). **Fronteiras e espaço global**. AGB – Porto Alegre: Porto Alegre. 1998. P. 41 – 49.
- MACHADO, Lia O.; NOVAES, André; REGO MONTEIRO, Lício C. “Building Walls, Breaking Barriers: Territory, Integration and the Rule of Law in Frontier Zones”. **Journal of Borderland Studies** 24(3): 97-114. 2009
- MACHADO, Lia O.; RIBEIRO, Leticia P.; REGO MONTEIRO, Lício C. 2014. “Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia”. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, 23 (2): 15-30. 2014
- MARINI, José. **El Conocimiento Geopolítico**. Buenos Aires: Circulo Militar. 1985
- MARTIN, Adrian *et al.* “Understanding the co-existence of conflict and cooperation: Transboundary ecosystem management in the Virunga Massif”. In: **Journal of Peace Research**. 48(5) 621–635. 2011
- MARTINS, Célio. Após 10 anos, projeto de corredor bioceânico ganha novo capítulo. **Gazeta do Povo**. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/apos-10-anos-projeto-de-corredor-bioceanico-ganha-novo-capitulo/>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- MINAM. Perú propone sitios naturales, culturales y mixtos para ser reconocidos como Patrimonio Mundial. **Ministerio del Ambiente**. 2019. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/sernanp/noticias/77951-peru-propone-sitios-naturales-culturales-y-mixtos-para-ser-reconocidos-como-patrimonio-mundial>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MIRUMACHI, Naho & ALLAN, John Anthony. “Revisiting transboundary water governance: Power, conflict cooperation and the political economy”. **Proceedings from CAIWA International Conference on Adaptive and Integrated Water Management: Coping with scarcity**. Basel, Switzerland, 12–15 November. 2007

MOISIO, Sami. “Geopolitics/Critical Geopolitics”. In: AGNEW, John *et al.* **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Oxford: John Wiley & Sons. 2015

NAKAMURA, Rafael. Governo peruano reconhece a existência de isolados nas Reservas Indígenas Yavari Tapiche e Yavari Mirim. **Povos isolados na Amazônia**. 2018. Disponível em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2018/01/10/governo-peruano-reconhece-existencia-de-isolados-nas-reservas-indigenas-yavari-tapiche-e-yavari-mirim/>. Acesso em 12 mai. 2019.

NIEZEN, Ronald. **The origins of indigenism: human rights and the politics of identity**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 2003.

O'LEAR, Shannon. **Environmental geopolitics**. Lanham: Rowman & Littlefield. 2018.

OLIVEIRA, Camilla da Rocha. **Áreas Protegidas, Territorialidade Indígena e Conflitos na Zona de Fronteira Brasil-Peru**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2015

PERU. **Lei n° 26834**. Regulamenta os aspectos relacionados à gestão das áreas naturais protegidas e sua conservação em conformidade com o Art. 68 da Constituição do Peru. 1997.

PERU. **Lei n° 28736**. Lei de proteção dos povos indígenas ou nativos em situação de isolamento e em situação de contato inicial. 2006.

PIMENTA, José. “Povos indígenas, desenvolvimento e integração fronteiriça: o caso do Acre e da fronteira Brasil-Peru”. In: PIMENTA, José; SMILJANIC, Maria I. (Orgs.). **Etnologia Indígena e Indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012a.

PIMENTA, José. “Unir para além da fronteira: um esboço da etnopolítica transnacional Ashaninka”. In: **Dossiê: Estados e etnias nas fronteiras amazônicas – Fronteira Peru-Brasil**. Pp. 173 – 204. 2018

PIMENTA, José. “Unir para além da fronteira: Um esboço da etnopolítica transnacional Ashaninka”. **Anuário Antropológico**, II, 173-204. 2018.

PIMENTA, José. “Parentes diferentes”. **Anuário Antropológico**, I, 91-119. 2012b.

POPKEWITZ, Thomas. “História do Currículo, Regulação Social e Poder”. In: SILVA, Tomaz (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 1994.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMUTSINDELA, Maano *et al.* “The Geopolitics of Protected Areas”. **Geopolitics**, volume 25, edição 1, pgs. 240-266. 2019.

REUTERS. Projeto de ferrovia entre oceanos Atlântico e Pacífico está parado 'por causa do Brasil', diz ministro peruano. **O Globo**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/projeto-de-ferrovia-entre-oceanos-atlantico-pacifico-esta-parado-por-causa-do-brasil-diz-ministro-peruano-24207829>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANDWITH, T. *et al.* **Transboundary protected areas for peace and co-operation**. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec.1999.

SERNANP. **Parque Nacional Sierra del Divisor**. Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado. 2019. Disponível em: https://patrimoniomundial.cultura.pe/sites/default/files/li/pdf/15.%20Sierra%20Divisor%20Nacional%20Park%20-%20Esp_compressed.pdf. Acesso em 14 mar. 2020.

SMITH, Neil. “Geography, difference and the politics of scale.” In: DOHERTY, Joe et al (ORGS). **Postmodernism and the Social Sciences**. Londres: Palgrave Macmillan. 1992

STEIMAN, Rebeca. **Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira da Amazônia Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **“Áreas Protegidas em Zona de Fronteira”**. In: Para Onde?! Porto Alegre: UFRGS. pp. 101-121. 2011

TERBORGH, John W. & BOZA, Mario A. “Internacionalização da conservação da natureza”. In: TERBORGH, John, *et al.* (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário. 2002. p. 414 – 425.

TERBORGH, John W. “Superando os impedimentos para a conservação”. In: TERBORGH, John, *et al.* (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário. 2002. p.267 – 273.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. “Pierre Bourdieu: a teoria na prática”. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 40 (1): 27-55, Jan/fev. 2006.

TUATHAIL, Gearóid. “Imperialist Geopolitics”. In: Ó TUATHAIL, Gearoid *et al* (Ed.) **The Geopolitics Reader** (pp. 15-27). Nueva York: Routledge. 1998.

TUATHAIL, Gearóid. **The Geopolitics Reader**. London: Routledge. 2006.

TUATHAIL, Gearóid; AGNEW, John. “Geopolitics and discourse. Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy”. **Political Geography**, 1(2), 190-204. 1992.

TULE, Luis G. “Organización del espacio global en la geopolítica “clásica”: una mirada desde la geopolítica crítica”. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, 13(1), 221-238. 2018.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural**. Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura. 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o1972.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VANDERGEEST, Peter and PELUSO, Nancy. “Political forests”. pp 162–175. In R Bryant (ed) **The International Hand-book of Political Ecology**. Cheltenham: Edgar Elgar. 2015.

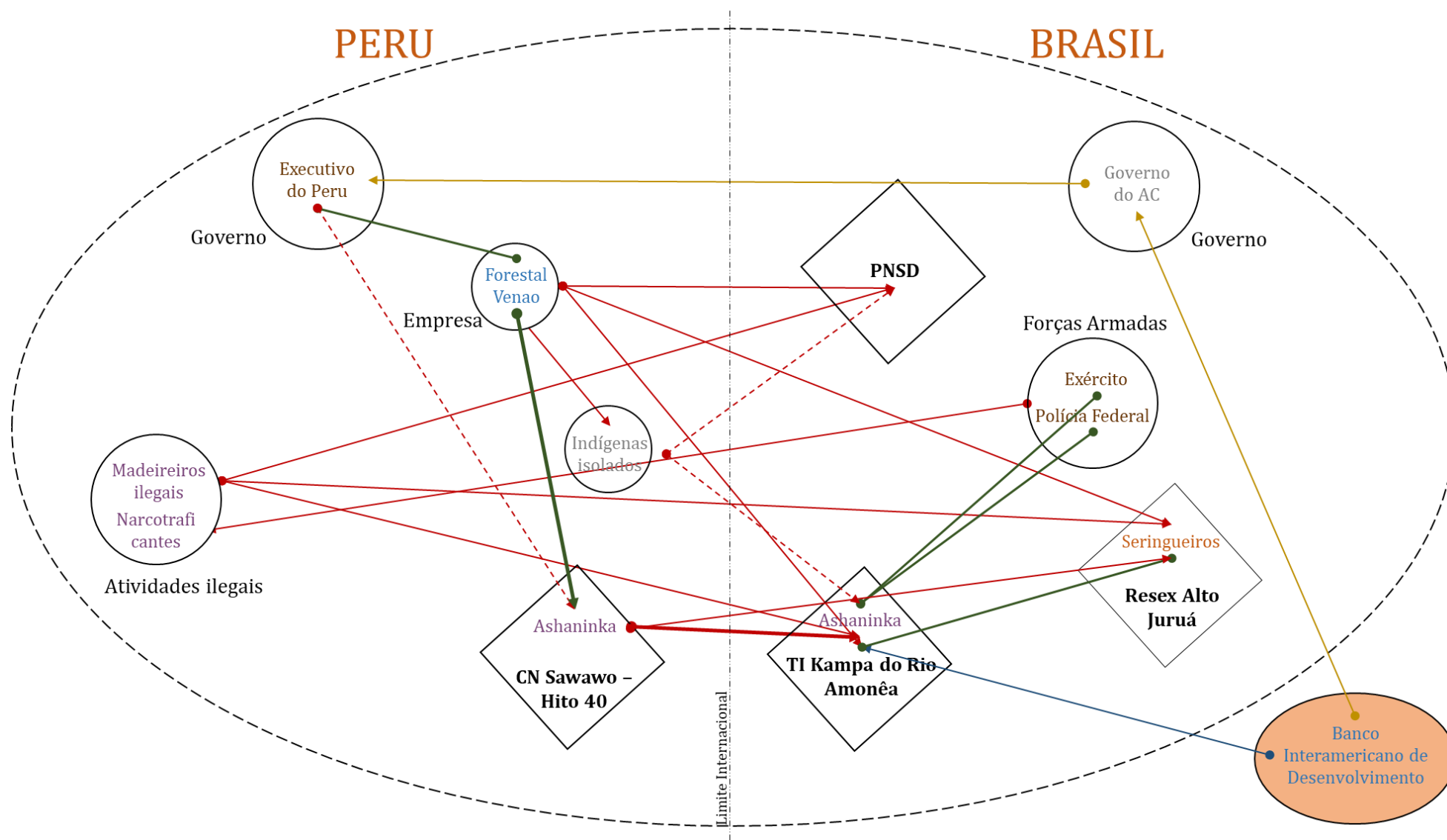
VENTURINI, Tommaso. “Diving in magma: howto explore controversies with actor-network theory”. **PublicUnderstandingof Science**, 19(3): 258-273, 2010.

VESENTINI, José W. “O apogeu e o declínio da geopolítica”. **Revista do Departamento de Geografia** – n° 11, São Paulo: FFLCH – USP. 1997.

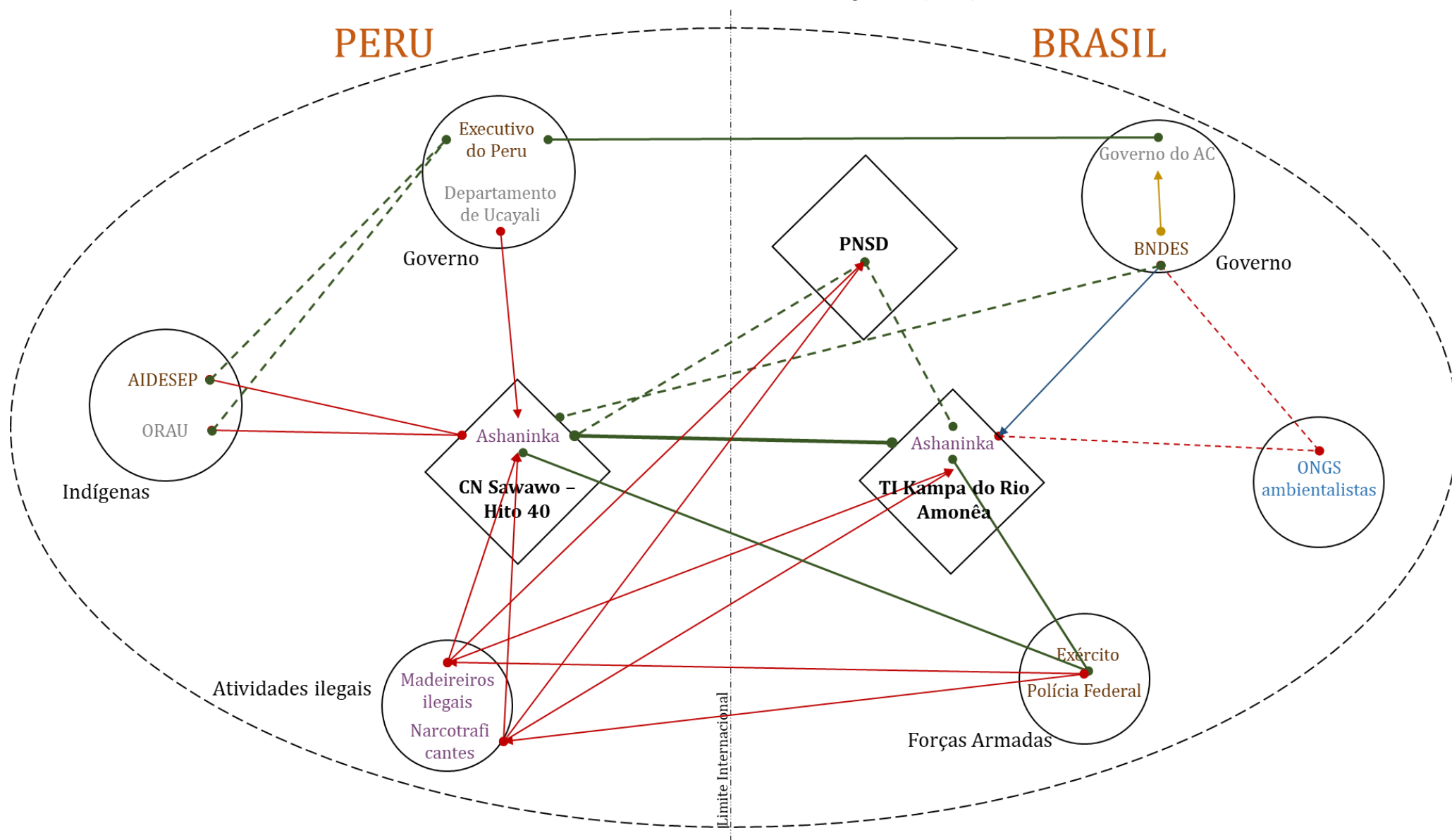
VESENTINI, José W. **Novas geopolíticas**. SP: Contexto. (2000).

VIÉGAS, Rodrigo N. “Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009.

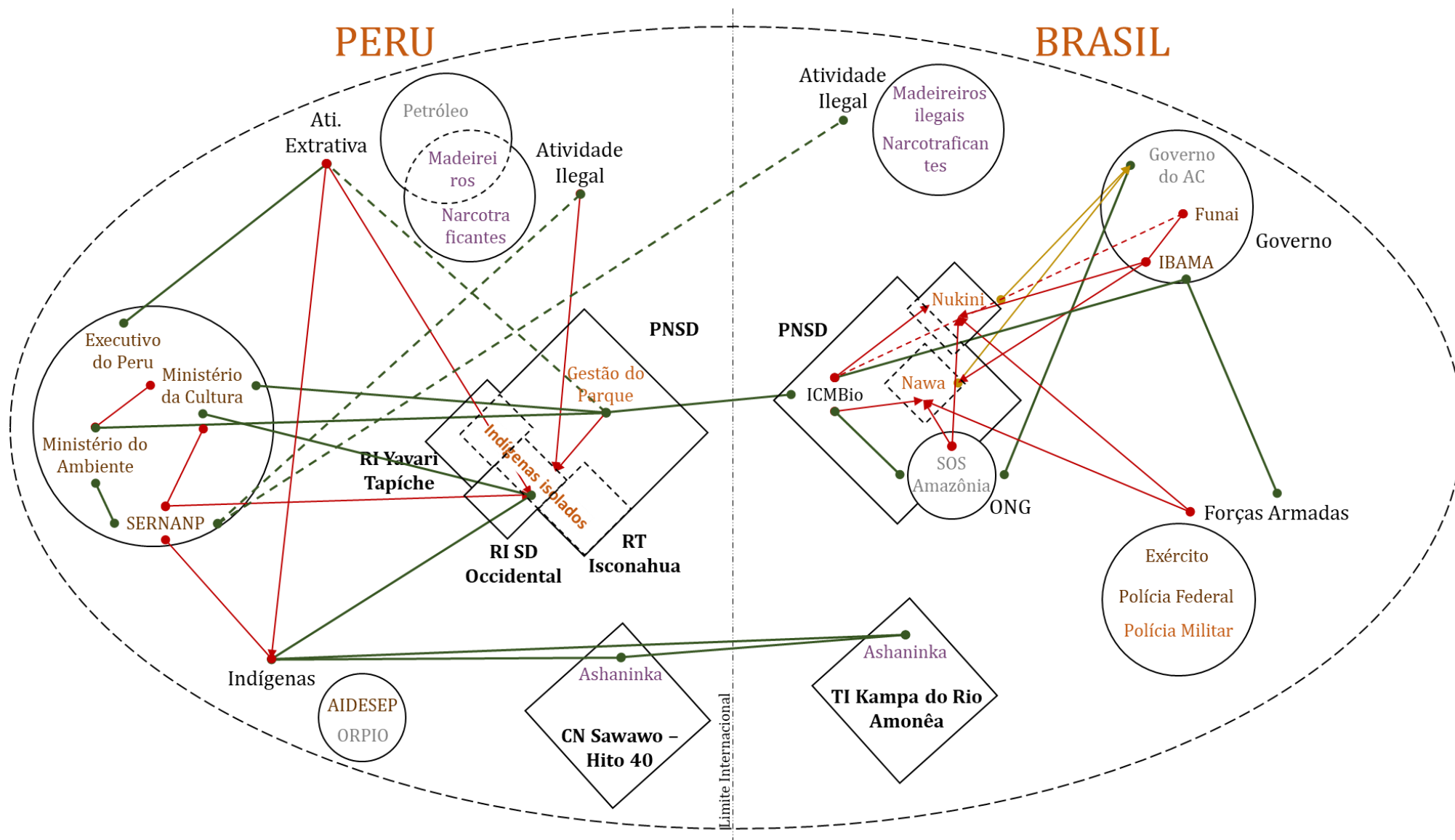
ANEXO D: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO I. PRIMEIRA PERIODIZAÇÃO: ANOS 1990 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 2000.



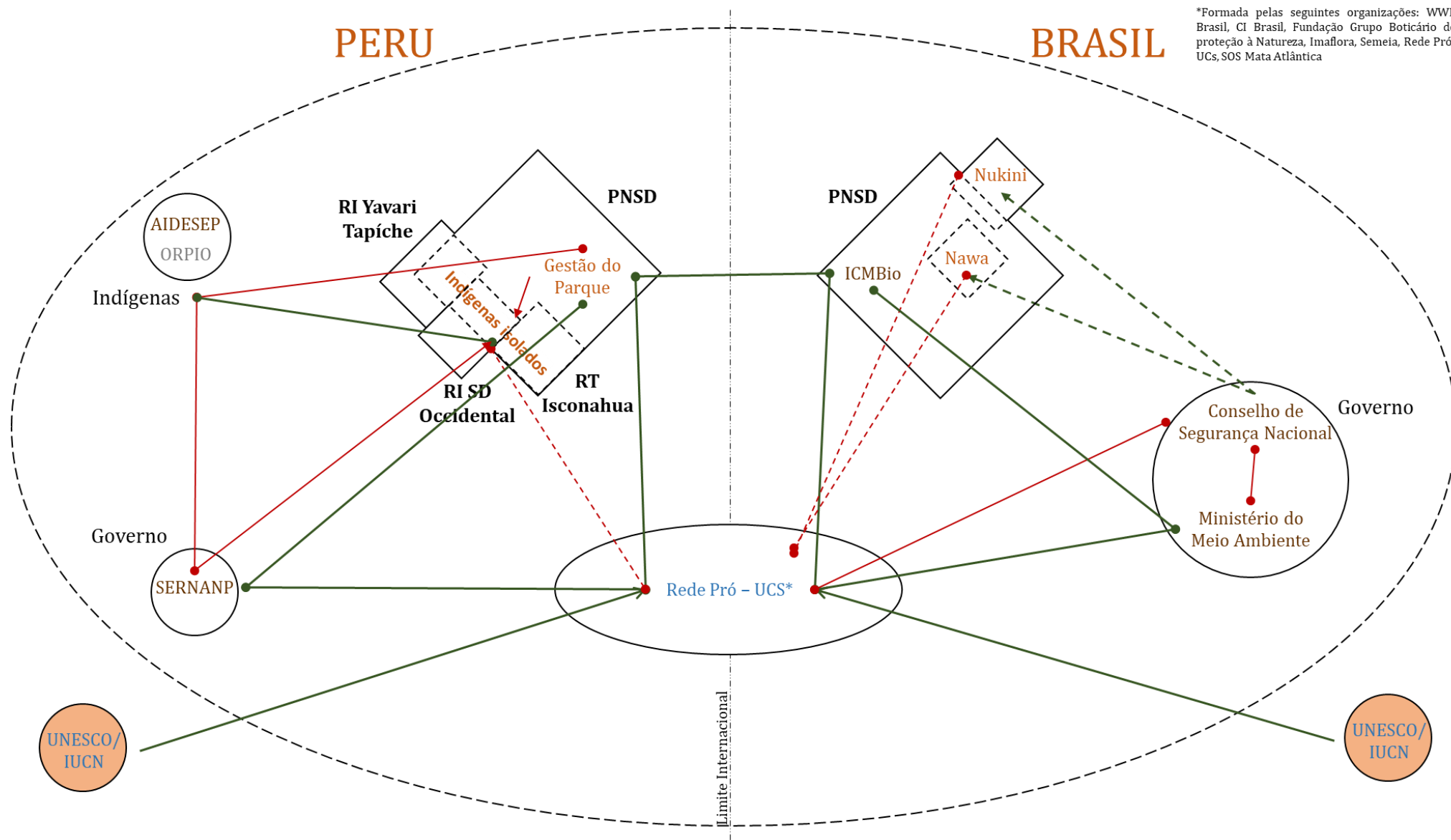
ANEXO E: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO I. PRIMEIRA PERIODIZAÇÃO: MEADOS DA DÉCADA DE 2000 ATÉ O PERÍODO DA PESQUISA (2019)



ANEXO F: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO II.



ANEXO G: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO III.



ANEXO H: QUADRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES DESCRITOS NO CASO IV.

